



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

**NOVA EXPANSÃO CANAVIEIRA, MUDANÇAS ESPACIAIS E
PRODUTIVAS: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA – PB**

JOSIAS MATIAS



**João Pessoa – PB
2010**

**NOVA EXPANSÃO CANAVIEIRA, MUDANÇAS ESPACIAIS E
PRODUTIVAS: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA – PB**

JOSIAS MATIAS

**NOVA EXPANSÃO CANAVIEIRA, MUDANÇAS ESPACIAIS E
PRODUTIVAS: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA – PB**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO DE
MESTRADO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA, EM CUMPRIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TERRITÓRIO TRABALHO E AMBIENTE

IVAN TARGINO MOREIRA
ORIENTADOR

João Pessoa-PB
2010

**“Nova Expansão Canavieira, Mudanças Espaciais e Produtivas:
O Caso do Município de Santa Rita - PB”**

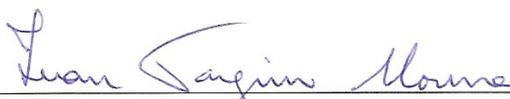
por

Josias Matias

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

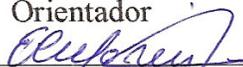
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



Prof. Dr. **Ivan Targino Moreira**

Orientador



Profª Drª **Emília de Rodat Fernandes Moreira**

Examinadora interna



Prof. Dr. **Aldenor Gomes da Silva**

Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Outubro/2010

O segredo da conquista é não desistir jamais!

Josias Matias

*A João Matias (in memoriam) e Severina Feliciano Matias, meus pais. A Eunice, minha
companheira, e a meus filhos João, Enrique e Vitória, pelo amor, companheirismo e estímulo
na constante caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos BENEDITO (in memoriam), BENEDITA, JONAS, JORGE JOSEANE, ROSÂNGELA, JOSIVALDO, ANA RITA e demais parentes tios, sobrinhos (as), cunhado (as), sogra, que de alguma forma contribuíram na concretização desta dissertação

A IVAN TARGINO, orientador, pelo estímulo e disposição para indicar, com base na sua experiência acadêmica, os meios mais adequados para se alcançar o objetivo proposto.

A EMILIA MOREIRA, que mesmo em horas difíceis sempre encontra uma maneira de contribuir com suas sugestões, sempre elevando o nível de estudo da geografia.

A MARIA FRANCO GARCIA, pela sua disponibilidade nas discussões acadêmicas que tanto me ajudaram no desempenho de várias atividades desta pesquisa.

A ROBERTO SASSI, pela brilhante atuação acadêmica e ótimo relacionamento com o corpo discente do PPGG.

À Secretária do PPGG, SÔNIA MARIA DO NASCIMENTO, pela dedicação, carinho e respeito no tratamento com os alunos do programa.

A MANOEL VIEIRA, pela amizade e companheirismo na luta de todos os momentos.

Aos amigos acadêmicos GUSTAVO FERREIRA, MARIA GLORIA, ALEXANDRE PEIXOTO, KÁTIA, MARA, YURI, HENRIQUE ELIAS, ALDO, ENILDO, LEANDRO, SEVERINO, AMANDA, ERICSON, SILVANIA FELIX, JULIANO, dentre outros, pelo estímulo dado desde a fase embrionária desse trabalho.

Aos companheiros do grupo de estudo da professora Emilia, particularmente a LIDIANE, MICHELL, PABLO, NOEMI, ELTON, pelo aproveitamento das riquíssimas leituras debatidas em grupo.

A FÁBIO MELO (IN MEMORIAM), pela boa vontade em querer sempre ajudar, inclusive no empréstimo de livros, para consultas relacionadas a esta pesquisa.

A MARTA TINTO, pelo entendimento e dispensa das atividades de trabalho nas horas mais difíceis.

A MARYLANDE, pela ajuda na elaboração dos mapas da área pesquisada.

À Secretaria de Educação de Bayeux, pela liberação parcial do trabalho o que possibilitou a dedicação a esta investigação acadêmica.

À advogada GRACILENE MORAIS CARNEIRO, pelo trabalho desempenhado na conquista da liberação do trabalho em Santa Rita, para plena dedicação a atividades acadêmicas.

Enfim, a todos aqueles que direto ou indiretamente estiveram engajados nas discussões críticas e nas sugestões.

RESUMO

O principal objetivo da pesquisa é identificar as mudanças ocorridas no espaço agrário do município de Santa Rita, durante as últimas décadas (1975-2009). O estudo tem como suporte teórico a concepção do espaço desenvolvida pela geografia crítica, isto é, o entendimento de que o espaço é um produto social. Para alcançar o objetivo proposto foram utilizados diversos procedimentos metodológicos: a) a pesquisa bibliográfica para a construção da fundamentação teórica, para a reconstituição do processo de formação do espaço agrário municipal e para aprofundar aspectos das mudanças recentes; b) a pesquisa secundária junto aos órgãos governamentais, em particular junto ao IBGE, e a entidades de classe, tendo em vista a obtenção de dados para analisar as modificações em curso; e c) pesquisa direta que compreendeu visitas de campo para reconhecimento da realidade estudada, entrevistas com lideranças sindicais, trabalhadores e técnicos das empresas sucroalcooleiras. Foi feito uso, também, da documentação fotográfica do espaço pesquisado e da cartografia. Para se ter a dimensão das transformações da atividade canavieira no período recente e suas possíveis transformações tanto no espaço como nas relações estabelecidas no processo produtivo, foi feita a recuperação do processo histórico de configuração do espaço agrário de Santa Rita, bem como a descrição dos seus elementos naturais. A realização do estudo mostra que nas últimas décadas podem ser identificadas três fases distantes: a) o período de expansão comandado pelo Proálcool (1975-1986), quando ocorreu um crescimento extensivo do sistema; b) o período de crise (1987-2000), quando se verificou uma retração da atividade canavieira e redução da produção de açúcar e do álcool; e c) a atual expansão caracterizada pelo aprofundamento da intensidade tecnológica, pela melhoria das condições de trabalho, mas mantendo como característica fundamental a exploração do trabalho.

Palavras-chave: Espaço agrário. Agroindústria canavieira. Santa Rita-PB.

Abstract

The main objective of the research is to identify the occurred changes in the agrarian space of the city of Rita Saint, during the last decades (1975-2009). The study of the conception of the space developed for critical geography has as theoretical support, that is, the agreement that the space is a social product. To reach the considered objective diverse methodological procedures had been used: a) the bibliographical research for the construction of the theoretical recital, for the reconstitution of the process of formation of the municipal agrarian space and to deepen aspects of the recent changes; b) the secondary research next to the governmental bodies, in particular next to the IBGE, and the entities of classroom, in view of the attainment of data to analyze the modifications in course; c) direct research that understood visits of field for recognition of the studied reality, interviews with syndical, diligent leaderships and technicians of the sucroalcooleiras companies. Use was made, also, of the photographic documentation of the searched space and the cartography. In such a way to have the dimension of the transformations of the canavieira activity in the recent period and its possible transformations in the space as in the relations established in the productive process, the recovery of the historical process of configuration of the agrarian space of Rita Saint was made, as well as the description of its natural elements. The accomplishment of the study sample that in the last few decades can be identified three distant phases: a) the period of expansion commanded for Proálcool (1975-1986), when an extensive growth of the system occurred; b) the period of crisis (1987-2000), when one verified a retraction of the canavieira activity and reduction of the production of sugar and the alcohol; c) the current expansion characterized for the deepening of the technological intensity, for the improvement of the conditions of work, but keeping as characteristic basic the exploration of the work.

Word-key: Agrarian space. Canavieira Agroindústria. Rita-PB Saint

LISTAS DE MAPAS, QUADROS E FIGURAS

Mapa. 01-Localização do Município de Santa Rita na Paraíba-PB	42
Mapa. 02- Limites do Município de Santa Rita- PB	43
Quadro. 01- Paraíba: Engenhos existentes na Paraíba durante o domínio holandês	55
Figura 01- Santa Rita- Clima - Classificação de Koppen	44
Figura 02- Mesorregião da Mata Paraibana – Classificação climática de Gaussen	45
Figura 03- Santa Rita – Principais compartimentos morfológicos	46
Figura 04- Santa Rita – Vegetação Primitiva	48
Figura 05- Santa Rita – Principais Tipos de Solos	50
Figura 06- Localização das Usinas e Destilarias em Santa Rita -PB	70
Figura 07- Companhia Usina São João	96
Figura 08-Área central da Vila Operária da Cia Usina São João	96
Figura 09- Imagem da expansão canavieira sobre as pequenas lavouras V. Operária U.S.João	97
Figura 10- Expansão canavieira entre as pequenas lavouras e a mata atlântica na Cia U.S.João	97
Figura 11-Imagem da expansão da cana as margens da estrada de acesso a C. do Esp. Santo em terra da Cia Usina S. João	98
Figura 12-Imagem de área de entrada da Vila Operária da Cia Usina S. João	98
Figura 13- Espaço do antigo Engenho Real Tibiri	99
Figura 14- Capela de São Sebastião no antigo Engenho Real Tibiri (restaurada)	99
Figura 15-Área de entrada da Destilaria Japungu , irrigação do plantio	100
Figura 16-Área de entrada da Destilaria Japungu, plantio de cana	100
Figura 17-Área de entrada da Destilaria Japungu, em detalhe o vinhoto	101
Figura 18- Área de entrada da Destilaria Japungu, em detalhe, espaço de reflorestamento	101
Figura 19- Destilaria Japungu, em detalhe reservatórios para produção de álcool	102
Figura 20- Área interior da Destilaria Japungu, parte externa dos alojamentos	102
Figura 21- Área interior da Destilaria Japungu, parte externa dos alojamentos	103
Figura 22- Área interior da Destilaria Japungu, parte interna dos alojamentos	103
Figura 23- Área interior da Destilaria Japungu, p. interna dos alojamentos, inst. De trabalho	104
Figura 24- Área interior da Destilaria Japungu, p. interna dos alojamentos, dormitórios	104
Figura 25- Área interior da Destilaria Japungu, p. interna dos alojamentos, dormitórios	105
Figura 26- Área interior da Destilaria Japungu, p. interna dos alojamentos,lavanderias	105
Figura 27- Área interior da Destilaria Japungu, p. interna dos alojamentos, lavanderias	106
Figura 28- Área interior da Destilaria Japungu, p. interna dos alojamentos, banheiros	106

Figura 29- Área interior da Destilaria Japungu, p. interna dos alojamentos, refeitório	107
Figura 30 - Área interior da Destilaria Japungu, p. interna dos alojamentos, refeitório central	107
Figura 31 e 32- Destilarias Japungu, irrigação do plantio de cana	108
Figura 33 - Trabalhadores canavieiros	108
Figura 34 - Trabalhadores canavieiros	109
Figuras 35- Transporte canavieiro - caminhão	109
Figuras 36- Transporte canavieiro - ônibus	110
Figuras 37- Espaço da antiga Usina Santa Rita as margens do Rio Paraíba do Norte	110
Figura 38 - Balança e capela no Espaço da antiga Usina Santa Rita	111
Figura 39 - Chaminé e capela em ruínas na antiga Usina Santa Rita	111
Figura 40 - Permanência do plantio de cana no espaço da antiga Usina Santa Rita	112
Figura 41- Vila Operária da antiga Usina Santa Rita	112
Figura 42 - Secretaria da Agricultura de Santa Rita - PB	113
Figura 43- Santa Rita – área urbana e plantio de cana	113
Figura 44- esboço das regiões agrárias da Paraíba	116
Figura 45 – esboço da localização dos primeiros engenhos da Paraíba	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Santa Rita – Indicadores da evolução da organização agrária municipal entre 1970 e 1980	67
Tabela 02- Santa Rita – Evolução das principais lavouras – 1970-1986	68
Tabela 03- Santa Rita – Evolução da composição das despesas dos estabelecimentos agrícolas entre 1970 e 1980	69
Tabela 04- Santa Rita – Produção de açúcar e álcool segundo usinas e destilarias nas safras de 1975/76-1985/86	71
Tabela 5- Paraíba –Evolução da área, da quantidade e do rendimento médio da cana-de-açúcar - 1985/1995	73
Tabela 06- Paraíba- Produção de açúcar e álcool segundo as usinas e destilarias – 1985/86 e 1996/97	73
Tabela 07- Paraíba –Evolução das usinas e destilarias autônomas -1975/76-1996/97	74
Tabela 8 -Santa Rita – Área colhida e quantidade produzida de cana-de-açúcar – 1990-2000	75
Tabela 09- Paraíba –Evolução da área plantada e da quantidade produzida de cana –de- açúcar – 1999-2008	80
Tabela 10- Paraíba – Área colhida com cana-de-açúcar em hectares, segundo os principais municípios produtores – 1999 - 2008	81
Tabela 11-Santa Rita – Área plantada e quantidade produzida das lavouras temporárias – 2000-2008	83

LISTAS DE SIGLAS

1. ASPLAN- Associação dos Plantadores de Cana de açúcar no Estado da Paraíba
2. ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica
3. CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza
4. DRT – Delegacia Regional do Trabalho
5. EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba
6. GESTAR- Grupo de Estudo em Saúde e Trabalho Rural
7. IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
8. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PB
9. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
10. INTERPA – Instituto de terras do Estado da Paraíba
11. MPT- Ministério Público do Trabalho
12. OEA - Organização dos Estados Americanos
13. PAC - Política Agrícola Comum
14. PB - Paraíba
15. PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool
16. SINDALCOOL - Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado da Paraíba
17. STR/SR - Sindicato dos trabalhadores Rurais de Santa Rita- PB

SUMÁRIO

Introdução	15
I. O espaço como produto social: considerações teóricas e metodológicas	26
1.1. Conceito de espaço segundo diferentes escolas geográficas	28
1.1.1. O espaço como dado: o positivismo geográfico de Ratzel	28
1.1.2. O espaço como possibilidade de atuação humana: o possibilismo geográfico de La Blache	30
1.1.3. O espaço no método regional: o espaço absoluto de Hatshorne	31
1.1.4. O espaço na Nova Geografia: a estatística na organização espacial	32
1.1.5. O espaço na Geografia crítica: o conhecimento do espaço como instrumento de libertação	33
1.1.6. Algumas abordagens do espaço como produto social	34
1.2. Metodologia da pesquisa	38
II. Município de Santa Rita – PB: aspectos naturais e estruturação do espaço agrário	41
2.1. Aspectos geográficos de Santa Rita	41
2.1.1. Localização geográfica e divisão territorial	41
2.1.2. O quadro natural	44
2.1.2.1. O clima	44
2.1.2.2. Geomorfologia e vegetação	45
2.2. Formação histórica do município de Santa Rita-PB	51
2.2.1. O surgimento da Capitania da Paraíba	51
2.2.2. A formação do Engenho Real Tibiri, a origem do Povoado de Santa Rita e sua evolução histórica	52
2.2.3. Organização do espaço agrário municipal	63
III. Mudanças na produção canavieira do município de Santa Rita, do Proálcool aos dias atuais	65
3.1. O Proálcool e as mudanças no espaço agrário de Santa Rita	65
3.2. A Crise do Proálcool e a desarticulação do espaço canavieiro municipal	72
3.3. A expansão canavieira atual: aprofundamento do domínio do capital	77
3.3.1. Mudanças nas relações técnicas	85
3.3.2. Mudanças nas relações de trabalho	86
Conclusão	90
Bibliografia	93
Apêndice: Registro fotográfico e entrevistas	96
Anexos: imagens	116

INTRODUÇÃO

Após o descobrimento, a formação espacial do município de Santa Rita (PB), assim como de toda costa do Nordeste Oriental, foi fundada no processo de exploração da cana-de-açúcar. A dinâmica dessa cultura tem sido caracterizada por movimentos cíclicos de expansão, de estabilidade ou de contração, que deixaram marcas importantes na sua estruturação espacial. Atualmente, presencia-se mais uma fase ascendente desse movimento cíclico, após quase duas décadas de crise. No contexto atual, a expansão em curso implica em mudanças no uso do solo, nas relações de trabalho, nos instrumentos de trabalho, na qualidade e na intensidade de utilização dos insumos químicos, enfim, na forma de organização da atividade com reflexos sobre o meio ambiente e sobre as condições de trabalho e de vida do trabalhador.

O foco central desta pesquisa é estudar a atual expansão da produção canavieira e as mudanças espaciais e produtivas no município de Santa Rita–PB dela decorrentes. Busca-se, também, situar essas transformações no contexto histórico recente – 1975 a 2009, detendo-se, particularmente, nas mudanças sociais e produtivas e nos seus rebatimentos sobre a organização do espaço agrário santarritense ao longo deste tempo.

A formação territorial e econômica do Brasil foi marcada pela produção canavieira, apresentando em seu contexto fases ora de prosperidade, ora de crise, principalmente no Nordeste do país. A relação de trabalho estabelecida nesse processo varia em cada momento, criando novas formas de emprego, destruindo ou reconstruindo relações tradicionais. Essas variações apresentam, no entanto, um ponto em comum: a exploração do trabalhador, com objetivo de acumulação de riqueza.

Para Melo, os motivos que justificam as origens do sistema de organização agrária, no Nordeste canavieiro do Brasil, estão relacionados às diretrizes iniciais da colonização portuguesa neste espaço. As diferenças de meio natural, principalmente de clima, impediram os colonizadores portugueses de transportar para as terras tropicais brasileiras o modelo de organização agrária de sua pátria. Além disso, o contingente populacional de Portugal dificultava a transferência de pessoas para constituir, somente com eles, uma base suficiente para formação de uma ocupação agrícola e de uma sociedade rural apoiada nas atividades de lavoura (MELO 1975, p.29).

Como já salientado acima, no início da colonização brasileira, a Zona da Mata nordestina foi estruturada com base na implantação de grandes extensões de terras destinadas à cultura canavieira. Tais propriedades eram doadas em sesmarias a pessoas que dispusessem

de recursos suficientes para a sua exploração. Desse modo, o sistema aqui implantado constituiria um espaço complementar ao vigente em Portugal, pois o seu sistema de uso da terra, baseado em uma forma de organização de produção diversificada, e as condições naturais ali predominantes não permitiam o desenvolvimento da lavoura canavieira naquele espaço. Além do meio natural, a disponibilidade de recursos humanos para constituir a força de trabalho, eram fatores que distinguiam a metrópole e a colônia (SILVA, 1986, p.19).

Segundo Melo (1975), a agroindústria canavieira tornou-se a atividade econômica mais importante das terras do Nordeste do Brasil, sendo estabelecida toda uma organização social e econômica nesse espaço, em função dos objetivos dessa produção.

Difícilmente se encontrarão formas de utilização dos recursos dos solos que se possa rivalizar com a agroindústria canavieira quanto à capacidade de condicionar um tipo de sociedade e de economia, de modelar um tipo de paisagem e de estruturar um tipo de arranjo econômico do espaço. No nordeste do Brasil temos uma demonstração disso. A agroindústria canavieira, gerando a chamada civilização do açúcar, imprimiu características peculiares às áreas onde se implantou. E o fez de um modo definitivo ou, pelo menos, de um modo dificilmente reversível. (MELO, 1975, p.19)

Nas três primeiras décadas da colonização, os interesses da coroa portuguesa estiveram voltados para garantir os canais de comercialização com o Oriente. O Brasil não estava entre as prioridades portuguesas, pois não havia notícias de metais preciosos na nova colônia. A exploração do pau-brasil constituía a grande alternativa comercial, mas que não oferecia compensações comerciais atrativas à Metrópole. Só depois que se apresentaram as dificuldades para o estabelecimento de um comércio lucrativo com o Oriente, foi que Portugal voltou-se, efetivamente, para o Brasil. Essa mudança deveu-se tanto ao temor dos saques à colônia realizados por piratas europeus, particularmente franceses, bem como o estímulo do mercado à produção e comercialização do açúcar. Esses fatores tornavam necessária e oportuna a ocupação do espaço brasileiro pelo reino português. Conhecedores da fertilidade das terras do Nordeste e que estas se adaptariam plenamente à nova cultura, os colonizadores organizaram, paralelamente, a ocupação do território e a produção de cana de açúcar com o objetivo de atender às necessidades de acumulação da coroa portuguesa, visto que tal fato já era evidenciado em outras colônias propiciando riquezas e poderio a seus senhores. Para isso, o rei de Portugal cria as capitanias hereditárias (SILVA, 1986, p.19 e 20).

Inicialmente, os donatários e, posteriormente, os governadores gerais tinham autoridade para distribuir terras com o objetivo de povoar e promover a valorização

econômica da colônia. As sesmarias¹, nome dado às terras assim distribuídas, davam plena propriedade a quem as recebessem desde que as cultivassem. Os sesmeiros tinham o dever de ocupar efetivamente a terra e rapidamente produzir na mesma (prazo de cinco anos). Caso não alcançassem tal objetivo, seriam forçados a pagar uma multa e, no extremo, poderiam perder a terra, daí porque a sesmaria só seria concedida a quem de fato pudesse comprovar a disponibilidade de recursos para torná-la produtiva. O sesmarialismo colonial tinha, portanto duas características básicas: a gratuidade e a condicionalidade da doação (SILVA, 1996).

Dessa forma, a coroa portuguesa esperava atrair pessoas de posses e ao mesmo tempo povoadores às terras brasileiras. Os sesmeiros tornaram-se, assim, a camada dominante da sociedade que se implantava.

O engenho era a unidade produtora típica da colônia. Porém, era muito mais do que uma unidade produtiva, era a célula da organização da sociedade açucareira, como lembra Melo:

Temos aludido ao sistema engenho como uma estrutura de produção açucareira, portanto como elemento básico de um quadro rural nos seus aspectos econômicos. Não se pode esquecer, entretanto, que essa estrutura econômica identifica-se com uma forma de organização da sociedade rural do açúcar. Não é, portanto, o engenho apenas uma unidade produtora. Ele representa uma organização social rural de que também é célula básica. Trata-se, por conseguinte, da unidade sócio-econômica da organização rural canavieira. (MELO, 1975, p.32)

Apesar do termo engenho ser específico para designar a unidade fabril de transformação da cana em açúcar, ele passou a nomear todo a unidade produtiva. Na sua estruturação física, o engenho era formado pela casa grande, pela senzala, pelo engenho propriamente dito, pela capela e pelos canaviais. Os engenhos poderiam ser movidos de duas formas: através da força da água (engenho hidráulico) e da tração animal (os trapiches).

Demandando grande quantidade de terras para a cultura canavieira, os engenhos surgiram como grandes propriedades, ou seja, ocupavam extensas áreas territoriais. Devido a isto, necessitavam de numerosa mão-de-obra.

A inexistência de mão-de-obra disponível foi o primeiro entrave para ocupação produtiva da terra descoberta. O reduzido número de mão de obra européia aqui existente não se interessava pelo trabalho pesado da cana. Assim, os senhores de engenho procuraram uma alternativa. De início, utilizou-se o trabalho escravo da população nativa junto às nações indígenas. No entanto, tal experiência não vigorou, uma vez que os nativos não se adaptaram

¹ **Sesmaria:** lote de terra inculca cedido pelos reis de Portugal a quem se dispusesse a cultivá-lo, desde que tivesse recurso para isso.

à atividade sedentária e pesada do cultivo da cana e, ainda, não tinham o conhecimento técnico para o trabalho nos engenhos. Como eram bons conhecedores do seu espaço, conseguiam fugir com facilidade para as matas.

Devido a essa situação, os portugueses resolveram importar o negro africano na condição de escravo. As dificuldades de manutenção dos índios em cativeiro e a expansão do comércio de escravos africanos, já organizado e experimentado com sucesso em outras colônias como fonte adicional de lucro, explicam a adoção do sistema escravagista na nova colônia (FURTADO, 1959). A condição de escravo a que foram submetidos os negros africanos é considerada animalesca, como afirma Silva:

Separados de seu “habitat” e de sua família, submetidos pela violência e enfraquecidos pela longa viagem, os negros eram forçados a trabalhar como escravos, inserindo-se como elemento de fundamental importância no cultivo da cana e no processo de produção do açúcar. (SILVA, 1986, p.21)

Segundo Furtado, a mão de obra escrava tornou-se a base de um sistema produtivo mais eficaz:

A mão de obra africana chegou para expansão da empresa, que já estava instalada. É quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado. (FURTADO, 1959, p.42.)

O tráfico negreiro, portanto, “resolveu” tanto o problema da pequena camada de trabalhadores europeus que se recusavam a trabalhar na árdua produção canavieira, como também a questão da inexperiência e falta de adaptação dos nativos que dificultavam o desempenho do processo produtivo no engenho, base do processo de exploração colonial.

A produção de açúcar nas Antilhas, a partir da segunda metade do século XVII, faz com que houvesse uma redução do desempenho do sistema açucareiro no nordeste do Brasil (CANABRAVA, 1981). Nesse momento, organizava-se também uma reestruturação do poder internacional, ou seja, ocorria uma redefinição do centro hegemônico mundial ao mesmo tempo em que se reduzia o poderio de Portugal como potência colonial. Essa nova organização do mercado mundial do açúcar é responsável pela crise do sistema canavieiro nordestino, gerando transformações em sua organização interna que, por sua vez, refletiram-se nas relações de trabalho. Nesse momento de crise, redefiniram-se tanto as relações do senhor de engenho com os pequenos produtores rurais situados nas cercanias da *plantation* (WANDERLEY, 1979), quanto com os trabalhadores livres que foram absorvidos como parceiros no interior dos engenhos (GORENDER, 1992). Assim, tem início o sistema de parceria entre os senhores de engenhos e camponeses, sendo permitido a estes últimos, residir

nos engenhos podendo cultivar uma pequena parcela das terras, sendo considerada como a origem remota do processo de substituição do trabalho escravo nas unidades de produção.

Esse camponês para utilizar o benefício de morar nos engenhos tinha de prestar serviços ao senhor de engenho (com trabalho ou pagamento de uma renda fundiária). Essa nova organização dos engenhos garantia a sobrevivência do sistema, pois a concorrência dos senhores de engenhos dentro de um mercado adverso gerou perda de capitalização, colocando em risco a produção (FURTADO, 1959).

Na segunda metade do século XIX, o açúcar nordestino perde parte do mercado internacional para o açúcar de beterraba da Europa. Diante dessa competição e procurando se restabelecer no mercado mundial, o sistema açucareiro, novamente, tenta mudar a sua organização interna com a introdução dos engenhos centrais. Esse novo sistema implicava na separação entre a atividade agrícola e a atividade industrial. O senhor de engenho seria transformado em mero fornecedor de cana para os engenhos centrais. Além disso, a implantação do engenho central requeria um volume considerável de capital, recebendo, por isso, subsídios do governo central (ANDRADE, 1986; MELO, 1975).

Convém lembrar que, naquele momento, ocorria também outra transformação importante na agricultura brasileira: a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. A maioria dos antigos escravos, em todo o Nordeste canavieiro, transformou-se em moradores. Essa nova relação de trabalho iria assegurar a mão de obra abundante e barata para a exploração canavieira (HEREDIA, 1979; MELO, 1975, ANDRADE, 1986).

Os engenhos centrais, contudo, não lograram êxito, ocorrendo a sua substituição pelas usinas. As palavras de Melo retratam bem esse sistema que ele chama usina.

A nova fábrica, que veio a se chamar usina, corresponde universalmente um período novo na história do açúcar. No Brasil e dentro da sua grande região produtora, que era o Nordeste, a fase da usina chegou mais tarde do que nos principais países produtores exportadores. Além disso, não resultou de um processo tranqüilo de evolução espontânea, alimentado pelo próprio dinamismo do setor ou de um processo auto sustentado, como se diria hoje. Não nos arriscamos a dizer que, de um modo geral, custou menos esforço e sacrifícios a introdução no Brasil, do engenho de açúcar, portanto da própria agroindústria canavieira, do que a introdução da usina. Mas no tocante particularmente ao esforço do poder público, no campo financeiro e dos incentivos, não há dúvida de que a usina exigiu muito mais. (MELO, 1959, p.41)

A grande preocupação na substituição dos engenhos pelas usinas era a inovação de técnicas na atividade agro-açucareira, ou seja, a modernização total das instalações para ampliar o processo produtivo de fabrico do açúcar. Dentre as conseqüências dessa modernização podemos destacar: expansão das terras para o cultivo da lavoura canavieira, em

virtude do aumento da necessidade de cana para moer; incremento do grau de concentração da propriedade fundiária como forma de assegurar o fornecimento de cana para as usinas, fazendo com que uma só usina incorporasse vários engenhos, contribuindo para uma maior concentração fundiária e produtiva; a substituição do açúcar mascavo pelo centrifugado que permitia a permanência do Brasil no mercado internacional e; difusão das relações de trabalho baseadas no assalariamento, de modo especial do trabalho temporário (MELO, 1975; ANDRADE, 1986).

O trabalhador assalariado temporário era aquele que geralmente residia nas cidades, nas pequenas propriedades circunvizinhas ou procedia dos municípios do Agreste (os chamados corumbas) e não mantinha vínculo empregatício com as usinas, estando à disposição das necessidades da produção (bóias frias ou volantes). Já o trabalhador permanente mantém um vínculo empregatício com a usina, morando em suas terras ou nas vilas por ela construídas (no caso dos trabalhadores do segmento industrial), como estratégia de garantir a mão de obra necessária e evitar a evasão do trabalho.

O trabalho nas usinas tornou-se, assim, uma mercadoria. Com efeito, realizada a separação dos produtores diretos dos meios de produção, ao trabalhador só restou a alternativa de vender a sua força de trabalho, fonte da mais valia extraída pelo capital canavieiro, conforme afirma Wanderley: “O processo de acumulação nas usinas se funda, assim, na apropriação da mais valia produzida por operários assalariados e, desta maneira, o capital se realiza enquanto relação social.” (WANDERLEY, 1979, p.11)

Outras classes de trabalhadores se expandem em função da nova organização do espaço agrário canavieiro capitaneado pelas usinas. Um exemplo disso foi o aumento dos posseiros, que passaram a ocupar áreas periféricas dos antigos engenhos, apropriados pelas usinas, geralmente em área com três hectares, em média, utilizada para a produção de subsistência. Esse trabalho era aliado com o trabalho na usina, garantidor de sua renda monetária. Apesar dessas novas formas de trabalho, verifica-se uma tendência de retração do trabalho não assalariado (moradores e foreiros*), embora ainda permaneça nesse sistema, ocupando um papel fundamental. Lima lembra bem a necessidade de manutenção de antigas relações de trabalho:

As formas de relações de trabalho surgidas com a instalação da usina são necessárias a intensidade de reprodução da acumulação capitalista. Por outro lado, a sobrevivência de formas pré-capitalistas de produção é necessária, como forma para uma eventual descapitalização do sistema, coisa tão comum de ocorrência dentro de um sistema primário exportador de produção num país periférico. (LIMA, 1984, p.31)

Com o sistema de usina surgem também novas formas de produtores de cana, com destaque para: a) o fornecedor de cana (geralmente o antigo senhor de engenho) e; b) o lavrador não proprietário, que geralmente aluga terra das usinas para produzir e fornecer cana a essa instituição ou ainda produzindo em suas próprias terras.

Por depender do mercado internacional do açúcar, o sistema usina, assim como ocorreu com os engenhos, torna-se vulnerável às oscilações do preço internacional desse produto, sendo a expansão e a retração desse produto susceptíveis a essas oscilações. Três momentos críticos para a agroindústria açucareira do Nordeste, na vigência do sistema usina, podem ser lembrados: a expansão da cana-de-açúcar no Sudeste, a criação da Política Agrícola Comum (PAC) e a elevação do preço do petróleo em 1973.

A expansão canavieira no Sudeste, particularmente em São Paulo, colocou em risco a agroindústria açucareira do Nordeste, em virtude dos altos níveis de produtividade alcançados naquela região (MELO, 1975). O açúcar do Nordeste, dificilmente, poderia competir com o produzido no Sudeste. Em 1933, para resolver a crise, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que tinha como função principal regular o preço e o mercado.

Com a criação da Comunidade Européia (hoje, União Européia) e o lançamento da Política Agrícola Comum (PAC), houve o fechamento de um dos principais mercados para o açúcar brasileiro. Essa crise foi em parte compensada pela crise cubana, pois com o bloqueio decretado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) a Cuba, as possibilidades de aumento das exportações para o abastecimento do mercado norte-americano aumentaram.

A partir de 1973, ocorre a elevação dos preços do petróleo no mundo, gerando impactos na economia brasileira. Esse fato leva à criação de projetos e programas pelo governo brasileiro, visando diminuir os efeitos desses impactos, como menciona Silva.

Para atenuar os efeitos decorrentes desse impacto, e tentar manter em níveis satisfatórios o crescimento econômico, o governo federal, aliado ao empresariado brasileiro e contando com a ajuda de tecnocratas, lança mão de diversos projetos e programas de desenvolvimento, dentre os quais o Programa Nacional de Alcool – PROALCOOL. (SILVA, 1984, p.33)

A criação do Proálcool, em 1975, inicia uma nova fase de modificação do sistema canavieiro. Para Moreira (1988), o desenvolvimento do Proálcool no Nordeste brasileiro cria as possibilidades de expansão da cana em áreas naturalmente não propícias ao desenvolvimento desta cultura, em função dos investimentos e dos lucros previstos.

Os incentivos governamentais possibilitaram a expansão da cana sobre os tabuleiros, a qual só foi realizada graças à superação dos

obstáculos naturais que eles representavam. Em outros termos, a superação da barreira ecológica constituída pelos baixos planaltos costeiros tornou-se possível a partir do momento em que os preços subvencionados do álcool compensaram os investimentos necessários à aquisição de novas terras, à modernização tecnológica, ao desenvolvimento do emprego de fertilizantes, herbicidas e a utilização de outras variedades de cana mais adaptadas às novas condições ecológicas. (MOREIRA, 1988, p.32)

Procurando reativar a indústria automobilística, afetada pela crise gerada pela elevação dos preços do petróleo, e ao mesmo tempo dinamizar o setor canavieiro, principalmente o nordestino, abalado pela crise do açúcar nos anos 1974 e 75, e ainda equilibrar o nível de desenvolvimento entre as regiões do Brasil, o Proálcool viabilizou a valorização do capital e a sua dominação efetiva sobre a organização do espaço agrário através do apoio do governo. Assim ocorreu a implantação de inúmeras destilarias autônomas e outras anexas às usinas. As anexas às usinas estão localizadas nas áreas tradicionais açucareiras. Já as autônomas se instalaram em áreas de fraca ocupação ou anteriormente desocupadas. Dentre os pontos críticos do Proálcool, resultantes da expansão da área cultivada com cana e do incentivo da criação das destilarias, estão a intensificação dos conflitos pela posse de terras entre empresários e pequenos proprietários, a expulsão de posseiros, moradores e sitiantes e a retração da produção de alimentos.

Ao mesmo tempo em que ocorre a expulsão do homem do campo, as novas tecnologias empregadas não substituem completamente o trabalho humano, permanecendo a necessidade de mão-de-obra em abundância para o desempenho de determinadas tarefas nesta atividade agrícola. Isto é, reduziu a necessidade de mão de obra no plantio e nos tratos culturais, mas manteve a demanda elevada por trabalhador durante a colheita. Isso levou à intensificação do trabalho assalariado temporário.

A expansão canavieira estimulada pelo Proálcool foi sustada com a crise da economia brasileira no início da década de oitenta do século XX, quando o monitoramento realizado pelo FMI impôs restrições aos incentivos fiscais e levou o governo a cobrar as dívidas da agroindústria canavieira para com o setor público. Ao mesmo tempo, tem-se a queda do preço internacional do petróleo, reduzindo bastante a competitividade do álcool como combustível (MOREIRA e TARGINO, 1997). Em consequência, o setor sucroalcooleiro entra em profunda crise, particularmente o segmento mais tradicional, isto é, as usinas de açúcar que pertenciam a capital de famílias tradicionais paraibanas.

A elevação recente do preço do petróleo recolocou, na ordem do dia, a questão energética, levando o governo brasileiro a lançar um novo programa energético, onde o

álcool ocupa uma posição de destaque. Assiste-se, assim, a uma nova expansão canavieira, alimentada também pelas mudanças significativas no mercado internacional do açúcar. Nesse novo quadro, observam-se alterações significativas na forma de organização da produção canavieira (MOREIRA, 2009).

O foco central desta pesquisa é estudar a atual expansão da produção canavieira e as mudanças espaciais e produtivas no município de Santa Rita–PB. A investigação busca, também, situar essas transformações no contexto histórico recente – 1975 a 2009, detendo, particularmente, as mudanças espaciais, sociais e produtivas na organização do espaço agrário nordestino e municipal santarritense ao longo deste tempo.

Dentro desta perspectiva, uma análise dos impactos ambientais será importante, pois de acordo com as inovações tecnológicas inseridas no processo produtivo da atividade canavieira, possivelmente as formas de agressão ao meio ambiente poderão ser amenizadas, desde que se leve em consideração a importância de preservação da natureza para manutenção da vida na terra.

Entende-se por impacto ambiental, segundo as palavras de Branco (1988):

...uma espécie de “trauma ecológico” que se segue ao choque causado por uma ação ou obra humana em desarmonia com as características e o equilíbrio do meio ambiente (Branco, 1988, p.18)

Mediante o exposto acima, fica claro que, toda e qualquer ação humana que quebra a sintonia ou equilíbrio entre os elementos formadores da natureza pode ser entendida como impacto ambiental.

Quanto às mudanças sociais e produtivas pode-se dizer que, foram originadas, sobretudo, pelas inovações tecnológicas inseridas no processo produtivo, visando atender as necessidades de sobrevivência, manutenção ou expansão da atividade canavieira com base nos moldes capitalistas de produção.

Moreira e Targino (1997) comentam as diferentes formas de adaptação encontradas pelo sistema capitalista, para sobreviver às crises e ampliar suas formas de exploração na produção açucareira paraibana e santarritense, conforme a citação a seguir:

Quer em crescimento, quer em crise, a exploração da cana de açúcar comandou o processo de organização do espaço da porção oriental do Estado da Paraíba. Toda dinâmica espacial aí processada, desde o início da colonização, foi plasmada segundo os ditames de interesses do capital açucareiro. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.65)

Nas fases ascendentes dos ciclos, verificava-se a expansão dos canaviais não só nas terras dos engenhos, como também nas terras dos lavradores livres, situadas nas franjas do domínio açucareiro. Nos momentos descentes do ciclo, verificava-se uma retração da área cultivada, fortalecendo a produção alimentar nas terras marginais. Independentemente da fase, contudo, permanece o comando do capital açucareiro sobre a dinâmica da organização produtiva e social do espaço agrário. Essa característica permanece na atualidade, com algumas alterações: a lógica da valorização do capital açucareira se sobrepõe à lógica da produção camponesa, submetendo-a aos seus interesses, trazendo conseqüências importantes como, por exemplo, migração rural-urbana, ampliação das áreas periféricas urbanas, redução áreas cultivadas com produtos alimentícios, desemprego, dentre outros.

Entende-se assim, que a dinâmica da atividade canvieira no espaço paraibano é resultante das necessidades de sobrevivência e manutenção do processo de valorização do capital na agricultura. Neste contexto, está inserido o espaço agrário do município de Santa Rita, cuja dinâmica está sujeita às conjunturas do mercado do açúcar e do álcool.

Assim sendo, a história da formação espacial de Santa Rita se confunde com a introdução da atividade canvieira na região Nordeste do Brasil. Durante muito tempo, essa cidade recebeu o título de “rainha dos canaviais”, referência inequívoca à importância que a atividade canvieira desempenhou na ocupação e formação territorial desse município, como será analisado com maiores detalhes no capítulo III desta dissertação. Essa influência não se deu apenas na dimensão econômica. Ela também teve desdobramentos na estrutura de poder, na ordenação social e cultural do município. Foi, exatamente, essa “onipresença” da dominação açucareira que motivou a escolha desse espaço canvieiro como objeto de estudo da presente pesquisa. Por outro lado, existe uma forte ligação entre o pesquisador e a área em estudo, uma vez que o mesmo passou grande parte de sua vida a observar determinadas mudanças nesse espaço sem compreender os fundamentos da realidade que justificavam tais modificações, e, particularmente, que explicavam o poder de dominação que uma família exercia sobre milhares de trabalhadores de Santa Rita. Além dessas motivações, visa-se também contribuir para a ampliação e o aprofundamento dos estudos da temática da atividade canvieira e as conseqüentes transformações em cada momento do contexto municipal santarritense.

Além desta introdução, que especifica o objetivo central e os objetivos específicos da pesquisa e delinea o problema a ser investigado a partir da contextualização histórica da produção canvieira nordestina e paraibana no período recente (1975-2009), a dissertação encontra-se estruturada em mais quatro capítulos: a) no segundo capítulo, expõe-se a

fundamentação teórica do estudo, centrada em dois grandes eixos: as concepções de espaço e de relações sociais de produção, estruturando um breve histórico da utilização da categoria geográfica “espaço” e da importância das relações sociais na sua constituição; b) no capítulo terceiro, mostra-se a importância histórica da produção canavieira no processo de organização do espaço agrário de Santa Rita – PB, analisando os fatores de ordem natural, econômica e social que contribuíram para a introdução e a permanência da cultura canavieira no espaço agrário deste município; c) o quarto capítulo investiga com base nos dados coletados se de fato, são evidenciadas ou não, as mudanças recentes de ordem espaciais e produtivas do setor canavieiro no espaço agrário de Santa Rita – PB e; d) no último capítulo, são expostas as principais conclusões obtidas no estudo.

CAPITULO I - O ESPAÇO COMO PRODUTO SOCIAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Conceituar ou definir espaço não se constitui em fácil tarefa, uma vez que cobre uma variedade muito ampla de significações. Na filosofia antiga, por exemplo, o significado de espaço era tão grande que cobria desde o mais simples utensílio doméstico (uma cadeira, uma panela, uma escultura etc.), passando por dimensões mais extensas como uma casa, um bairro ou até mesmo uma cidade, até alcançar uma visão cósmica.

Em virtude dessa amplitude de significações, a necessidade de se estudar o espaço como categoria analítica, não importando a perspectiva teórica adotada, requer a escolha daquela que melhor se adéque à análise do objeto de estudo.

Na história da formação da ciência geográfica, o espaço foi frequentemente analisado, pela maioria dos geógrafos como algo inanimado associado ao tempo. Este era responsável pela produção e reprodução espacial. Com base nessa percepção Soja (1993), propõe um estudo do espaço através da interação entre espaço e tempo, ou seja, da interação entre a dinâmica espacial e a dinâmica temporal entendida por ele como *espacialização critica*.

Em sua obra “Por uma Geografia Nova” (1978), Milton Santos critica a maneira com que o espaço vem sendo tratado pelos geógrafos, alegando o esquecimento desse conceito ou categoria na produção do conhecimento geográfico. Santos afirma que existe uma dialética na produção espacial, que o ato de produzir as condições materiais de vida consiste também na produção do espaço.

A partir da segunda metade do século XX, a ciência geográfica é marcada pela busca do saber “epistêmico e ontológico”, sendo este primeiro termo referente ao *conhecimento* e o segundo ao *ser*. Essas duas perspectivas norteiam os enfoques da renovação da visão da categoria espaço nas pesquisas geográficas e na evolução do pensamento geográfico.

Para Ruy Moreira, no momento recente, o grande desafio dos geógrafos é alcançar uma teoria do espaço que ao mesmo tempo seja uma teoria social. Ele afirma que a definição de geografia como ciência da organização do espaço negligenciou sua fundamentação científica (2008, p.62). Esse autor propõe um estudo do espaço em geografia de maneira integrada com a sociedade, quando afirma que “*o espaço geográfico é um espaço produzido*”, ou ainda que a *natureza seja a condição concreta da existência social dos homens*, ficando ressaltado que qualquer forma de estudo do espaço na geografia, que separe a natureza da humanidade, faz com que essa categoria perca o seu caráter social.

Ruy Moreira também comenta que as tradicionais formas de pesquisas sobre o espaço em geografia levaram em consideração a dupla dimensão espaço e tempo, ou seja, consideraram a relação homem-meio como tempo e de forma rara, como espaço. Ele chama atenção para a importância das leis de caráter dialético, de transformações recíprocas de conteúdo e forma nos estágios de mudanças das formações espaciais. Assim, uma visão dialética do espaço- tempo torna-se fundamental para a análise de qualquer formação espacial.

O espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço como produto social, o espaço das atividades humanas chamado por muitos geógrafos de espaço geográfico. Engels relata que a natureza social é consequência do trabalho humano em sociedade no meio natural, conforme o exposto abaixo.

A natureza social do espaço geográfico decorre do fato simples de que os homens têm fome, sede e frio, necessidades de ordem física decorrente de pertencer o homem ao reino animal, parte de sua dimensão cósmica. No entanto, à diferença do animal, o homem consegue os bens de que necessita intervindo na “primeira natureza”, transformando-a. Transformando o meio natural, o homem transforma-se a si mesmo. Ora, como a obra de transformação do meio é uma realização necessariamente dependente do trabalho social (a ação organizada da coletividade dos homens), é o trabalho social o agente de mutação do homem, de um “ser animal” para um “ser social”, combinando estes dois momentos em todo o decorrer da história humana. (Engels, 1978 *apud* Ruy Moreira, 2008, p. 65.)

Ao transformar o espaço de acordo com suas “necessidades”, a humanidade vai se transformando, ou seja, sofre também, a ação desse trabalho em conjunto na transformação da natureza, e assim o trabalho social acaba moldando o ser animal em um ser social ao longo da história da humanidade.

Segundo Moreira (1988, p.9), o espaço geográfico constitui um produto da ação humana sobre a natureza, ação esta inserida num contexto mais amplo: como ele organiza a produção e é essa forma de produzir que torna o espaço uma realidade social, diferenciando-o daquilo que se convencionou chamar espaço-natureza.

Ainda na visão dessa autora, se a produção do espaço encontra-se intimamente relacionada à forma de produção da existência humana, então cada espaço possui as características do modo de produção que o originou, e como todo modo de produção se transforma como resultado das mudanças das forças produtivas ao longo da história, o espaço passa a ser reorganizado em função das necessidades de cada momento histórico. A seguir é feita uma rápida recuperação da concepção de espaço de acordo com as diferentes escolas geográficas.

1.1. Conceitos de espaço segundo diferentes escolas geográficas

Para aprofundar o significado do termo “espaço” em geografia, torna-se necessário o entendimento de que a acepção que este termo ou categoria apresenta ao longo da evolução do pensamento geográfico, recebeu e recebe uma variedade de sentidos em cada momento da história dessa ciência. A seguir apresenta-se de forma resumida a evolução do conceito “espaço” a partir do final do século XIX, de acordo com as principais correntes do pensamento geográfico: determinismo ambiental, possibilismo, método regional, nova geografia e geografia crítica.

1.1.1 Espaço como dado: o positivismo geográfico de Ratzel

Ratzel (1844-1904) foi um dos introdutores do positivismo no campo do conhecimento geográfico. Sua produção contribuiu para o desenvolvimento da geografia abordando a questão da relação entre a sociedade e as condições ambientais.

Para Ratzel, a geografia poderia ser ao mesmo tempo uma ciência humana e da terra, ou seja, um domínio de contato entre fenômenos naturais e sociais (MORAES, 1990, p. 9). Ele dividiu a geografia em três grandes campos de pesquisa: geografia física, biogeografia e a antropogeografia.

Analisando o campo da Antropogeografia, sua principal contribuição aos estudos de geografia humana, nota-se que ocorre também uma tríplice repartição nesta pesquisa, sendo o tema de maior indagação dos geógrafos a *questão das condições que a natureza impõe à história*. De acordo com Ratzel, a diversidade dos povos era explicada pela diversidade ambiental, assim o estudo da ação dos elementos naturais na evolução da sociedade seria o objeto primordial de investigação, constituindo o primeiro campo de interesse da antropogeografia.

O segundo campo de interesse desta pesquisa estaria no estudo da distribuição das sociedades humanas no globo, além da localização atual dos grupos investigando sua mobilidade passada, para levantar as suas origens e itinerários. O estudo da difusão dos povos sobre o espaço seria o complemento desse segundo campo de investigação. O estudo da formação dos territórios seria o terceiro tema de interesse da pesquisa antropogeográfica.

Ratzel preconizou os procedimentos analíticos através da adesão ao positivismo e da concepção naturalista. Contrariando o uso de procedimentos dedutivos, ao levantamento de hipóteses lógicas e a especulação em geral, ele colocou a antropogeografia como uma

”ciência empírica”, pautada na observação e indução. Ele parte da descrição minuciosa de elementos diferenciados entre os quais encontram-se os fenômenos humanos. Em seguida faz uma comparação chegando assim a uma classificação.

O método positivista domina completamente a antropogeografia ratzeliana, considerando este como único método comum a todas as ciências. Para Moraes (1990, p.12) a postura positivista de acentuado ranço naturalista na antropogeografia de Ratzel, descaracteriza as qualidades próprias dos fenômenos humanos, obrigando sua análise a partir dos procedimentos das ciências naturais. Essa maneira de estudo é chamada por Moraes de *reducionismo naturalizante*, comum a todo positivismo.

Essa visão positivista e naturalista de Ratzel, apesar de ser uma inovação para época, desfavorece um estudo pautado na associação entre sociedade e natureza. Segundo Moraes:

A visão positivista de causalidade introduz um empobrecimento na formulação ratzeliana que anula sua rica e complexa proposta de objeto. No equacionamento da problemática das influências, frente a normatização mecanicista, as condições naturais passam a ser vistas como o *locus* da determinação, como o elemento de causação a partir do qual a história humana se movimenta. A sociedade passa a ser vista como elemento passivo, que apenas reage a uma causalidade que lhe é exterior. O homem torna-se, assim, efeito do ambiente. Dissociam-se – hierarquizando – natureza e sociedade, e se perde a possibilidade de apreender a dinâmica e as qualidades próprias dos fenômenos sociais. Como é através do método que substantivam as intenções propostas no plano da definição do objeto, a antropogeografia de Ratzel acaba por veicular uma perspectiva naturalista. (MORAES, 1990, p.13)

As causas naturais justificam os movimentos da história humana, ou seja, a sociedade humana estaria passiva à natureza, sendo, assim, uma conseqüência do ambiente que ocupa. Tais idéias justificavam o domínio das nações capitalistas da época.

Segundo Corrêa (1987), essa corrente da geografia chamada de determinismo ambiental, estruturada no final do século XIX e fundamentada nas teorias naturalistas de Lamarck sobre a hereditariedade dos caracteres adquiridos e as de Darwin sobre a sobrevivência e a adaptação dos indivíduos mais bem dotados em face do meio natural, faz a geografia emergir como disciplina acadêmica, desvinculando-se do chamado saber totalizante ou universal, começando a configurar um conhecimento próprio, preservando, contudo, uma visão global da realidade. O alemão Frederico Ratzel foi o grande mentor e criador da geografia humana, chamada por ele de antropogeografia, influenciada pelas idéias adquiridas das ciências naturais.

Para Côrrea, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, o determinismo marca a origem da geografia, ambos justificando uma natureza favorável tanto ao progresso natural

como à expansão territorial através da colonização e exploração de outras terras. Portanto, a ideologia determinista justifica a dominação imperialista imposta por esses países.

Ratzel, por sua vez engajado no projeto de expansão, alemã, legou-nos o conceito de espaço vital, quer dizer, o território que representaria o equilíbrio entre a população ali residente e os recursos disponíveis para suas necessidades, definindo e relacionando, deste modo, as possibilidades de progresso e as demandas territoriais. O espaço vital está implicitamente contido na organização espacial, delimitando, no campo do capitalismo, parte da superfície da terra organizada pelo capital e pelo Estado capitalista, extensão que se tornou necessária à reprodução do mesmo. Em linguagem organicista, espaço vital equivale à expressão *espaço do capital*. (CORRÊA, 1987, p.11)

A citação acima mostra que o conceito de espaço vital (Alemanha) aparece como sinônimo de território de equilíbrio, no caso, justificando o desenvolvimento do capitalismo alemão, bem como o domínio deste país sobre outras partes do mundo.

1.1.2 O espaço como possibilidade de atuação humana: possibilismo geográfico de La Blache

O possibilismo surge na França, no final do século XIX, na Alemanha no início do século XX e nos Estados Unidos em 1920. Ele foi, de certa forma, uma resposta às ideias propostas pelo determinismo ambiental, alegando que a natureza não determinava o comportamento humano. O movimento de reação ao determinismo ambiental foi mais acentuado na França devido ao confronto entre ela e a Alemanha.

O mestre do possibilismo, Paul Vidal de la Blache, passa a considerar o homem como principal agente geográfico. A natureza passa a ser vista como fornecedora de possibilidades de mudanças exercidas pelo homem. A proposta vidaliana não representa uma ruptura fundamental com o método proposto por Ratzel. Segundo Moraes:

Em termos de método, a proposta de Vidal de La Blache não rompeu com as formulações de Ratzel, foi antes um prosseguimento destas. As únicas diferenças residiram nos princípios. Vidal era mais relativista negando a ideia de causalidade e determinação de Ratzel; assim seu enfoque era menos generalizador. De resto, o fundamento positivista aproxima as concepções dos dois autores, e, vinculado a este, a aceitação de uma metodologia de pesquisa oriunda das ciências naturais. Vidal, mais que Ratzel, hostilizou o pensamento abstrato e o raciocínio especulativo, propondo o método empírico-indutivo, pelos quais só se formulam juízos a partir dos dados da observação direta, considera a realidade como o mundo dos sentidos, limita-se a explicação aos elementos dos processos visíveis. La Blache propôs o seguinte encaminhamento para análise geográfica: observação de campo, indução a partir da paisagem, particularização da área enfocada (em seus traços históricos e naturais), comparação das áreas estudadas e do material levantado, e classificação das áreas e dos gêneros de vida, em “séries de

tipos genéricos”. Assim, o estudo geográfico na concepção vidalina, culminaria com uma tipologia. (MORAES, 1988, p.71,72)

Nesta corrente do pensamento geográfico, o conceito de espaço apresenta-se relacionado ao de paisagem. Essa concepção de Vidal de La Blache torna-se interessante para o homem como um estudo de interesse relacionado ao contingente numérico, presente numa porção da terra e assim, como na visão ratzeliana do determinismo ambiental que valoriza os dados relacionados à importância da natureza sobre a existência humana, La Blache privilegia apenas dados de agrupamentos humanos, nunca de sociedade, descartando as relações sociais que se travam no processo de produção e a pesar do apelo à história a importância naturalista permanece mantida.

1.1.3 Espaço no método regional: o espaço absoluto de Hatshorne

Opondo-se ao determinismo ambiental e ao possibilismo, que partem da diferenciação das áreas com base nas relações homem e natureza, o método regional focaliza seus estudos na integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra (CORRÊA, 1987, p.14).

A pesar do Método regional dedicar uma atenção aos estudos geográficos em função da expansão mercantilista do século XVI e XVII, externamente e internamente buscando um método geográfico em seu paradigma, só ganhou maior dimensão a partir de 1940 nos Estados Unidos com o geógrafo americano Hatshorne.

Para Hatshorne, o estudo geográfico não isolaria os elementos, ao contrário trabalharia com suas inter-relações. A forma anti-sistemática seria mesmo a singularidade da análise geográfica. Desta forma, Hatshorne deixou de procurar um objeto da geografia, entendendo-a como um “ponto de vista”. Seria um estudo das inter-relações entre fenômenos heterogêneos, apresentando-as numa visão sintética. Entretanto, as inter-relações não interessariam em si, e sim na medida em que “desvendam o caráter variável das diferentes áreas da superfície da Terra” (MORAES, 1988, p.87)

Segundo Hatshorne, os conceitos espaciais são de fundamental importância para a geografia, sendo tarefa dos geógrafos descrever e analisar a interação e integração de fenômenos em termos de espaço.

A concepção hatshorniana de espaço se confunde com o de “espaço absoluto”, sendo este um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa (CORRÊA, 2000, p.18). Baseado nas idéias de Kant, que por sua vez foi influenciado por Newton, afirma que o espaço (e o tempo) associa-se a todas as dimensões da vida. Trata,

portanto, a geografia como a ciência que investiga os fenômenos espacialmente organizados e a história como o estudo dos fenômenos numa dimensão de tempo.

O espaço na visão de Hatshorne teria o sentido de receptáculo no qual as coisas são inseridas. O espaço ganha sentido de área que

... é somente um quadro intelectual do fenômeno, um conceito abstrato que não existe na realidade (...) a área, em si própria, está relacionada aos fenômenos dentro dela, somente naquilo que ele os contém em tais e tais localizações.” (HATSHORNE, 1939, p. 35)

Esse conceito apresentado por Corrêa (2000, p.19) associa-se a uma visão idiográfica, em que numa determinada área ocorre uma combinação única de fenômenos naturais e sociais. Cada porção do espaço absoluto é vista como resultado de uma combinação, que não se repete (unicidade), considerando como a única lei geral nos estudos da geografia, aquela em que todas as áreas são únicas. Na seqüência, o autor supracitado comenta que as críticas feitas às concepções hatshorniana concentram-se na percepção de que o conceito de espaço absoluto por ele apresentada só pode ser usada em certas circunstâncias, em determinados momentos, pois as práticas humanas contribuem para diferentes conceitos de espaço.

1.1.4 O espaço na nova geografia: a estatística na organização espacial

Com o objetivo de justificar a expansão capitalista e camuflar as transformações que afetaram os gêneros de vida e paisagens solidamente estabelecidas com perspectivas de “desenvolver” a curto e médio prazo, e alegando que o subdesenvolvimento seria uma etapa necessária, sendo superada em pouco tempo, surge, na segunda metade de 1950, a chamada Nova Geografia.

A Nova Geografia tem sua origem na Europa (Suécia e Inglaterra) e ao mesmo tempo nos Estados Unidos, adotando uma postura pragmática associada a uma expansão do sistema de planejamento do Estado capitalista e ao positivismo lógico como método de apreensão do real. Por utilizar técnicas de estatísticas variadas de menor ou maior grau de sofisticação, foi chamada de geografia teórica ou geografia quantitativa (CORRÊA, 1987, p. 18).

Considerando a região como um caso particular de classificação assim como ocorre nas ciências naturais, critica o conceito de região adotado tanto pelo Determinismo ambiental quanto pelo Possibilismo. O conceito de organização espacial aparece na Nova Geografia em função da rapidez de mudanças locais na superfície da Terra de formas criadas pelo

homem, utilizando grandes quantidades de recursos com objetivo de atender as necessidades de localização rearranjada da expansão capitalista do pós- guerra (CORRÊA, 1987, p. 19)

1.1.5 O espaço na geografia crítica: o conhecimento do espaço como instrumento de libertação

A geografia crítica surge durante a década de 70 e 80, calcada no materialismo histórico e na dialética marxista, cujo objetivo maior seria uma transformação da sociedade com base nas idéias de Elisée Reclus e Piotr Kropotkin, propondo uma geografia militante em busca de uma sociedade mais justa através da análise espacial como instrumento de libertação do homem.

A grande discussão consiste no questionamento da presença do espaço na obra de Marx, e se presente, qual seria sua natureza? Segundo Claval (1975), o espaço em Marx aparece marginalmente, admitindo ser tema central para os neomarxistas.

Para Soja (1993), os marxistas consideraram o espaço como um espelho externo da sociedade. Marx enfatiza para sua vez o tempo e a temporalidade.

Segundo Corrêa, a reafirmação do espaço como espelho externo da sociedade é destacado por alguns autores:

... A obra de Soja (1993) tem por finalidade última reiterar o papel do espaço e da espacialidade como fundamentais para constituição e o devir da sociedade. Harvey(1993), por sua vez, estabelece conexões entre espaço e tempo ao discutir a pós modernidade. (1993, p.24)

Para este autor o desenvolvimento da análise do espaço em Marx ocorre devido à crise do capitalismo em 1960 que o transforma num “receptáculo de contradições sociais e espaciais no mundo”.

Corrêa afirma que vários autores das diversas áreas do conhecimento (economia, sociologia e em particular na geografia) em suas obras trabalharam as relações sociais de produção em todos os níveis espaciais.

Dentro desta perspectiva, aborda-se no presente trabalho essa visão crítica da produção do espaço, levando-se em consideração as relações sociais de produção. Assim, destacam-se a seguir, algumas dessas obras geográficas que abordam o espaço como produto social com inspiração no marxismo.

1.1.6. Algumas abordagens do espaço como produto social

O espaço em geografia pode ser abordado de várias formas, no entanto o seu entendimento como produto é antes de tudo um resultado da ação das diferentes sociedades existentes, no seu esforço de construir as condições necessárias a sua sobrevivência. Para Ruy Moreira, em o discurso do Avesso, a sociedade é o próprio espaço. Em seu entendimento, o resultado da relação homem-meio é a formação do espaço em um determinado tempo.

A sociedade é espaço porque sua organização é impossível, sem a distribuição territorial da estrutura dessa organização. E uma sociedade sem organização morre. Como uma sociedade necessita de uma estrutura que a organize, lhe é necessária uma urdidura topológica de natureza territorial. Assim nasce o *arranjo espacial* da sociedade: a organização espacial da relação homem-meio. (MOREIRA, 1988, p.1)

Com este discurso, Ruy Moreira apresenta o conceito de arranjo espacial sendo este uma consequência da estrutura de organização gerada pela relação homem-meio, sem essa organização não existe sociedade. Esse autor ainda menciona que, dependendo da instância em que se analise esse arranjo espacial, em uma sociedade estruturada de forma complexa, esta categoria poderá se apresentar de formas múltiplas a exemplo da instância econômica, jurídica, política e ideológica que se interrelacionam. Veja-se sua concepção de arranjo espacial econômico:

A articulação do espaço com a instância econômica dá origem ao que chamaremos *arranjo espacial econômico*. Tal arranjo é, em essência, o resultado de como no âmbito da instância econômica as forças produtivas se exprimem como relações de produção. A forma de expressão das forças produtivas como relações de produção difere espaço-temporalmente e é, por sinal, o elemento qualificador de cada sociedade. E, portanto, do seu respectivo espaço. (MOREIRA, 1988, p. 2)

Portanto, em cada momento da história, as manifestações das forças produtivas como relações de produção qualificam tanto a sociedade como o espaço. Ruy Moreira ainda menciona, em seu discurso, as articulações estabelecidas entre as forças produtivas para realização do trabalho em uma sociedade capitalista, ou seja, a relação entre força produtiva, objeto e meios de trabalho.

As forças produtivas são a articulação, no processo da realização do trabalho, de três componentes: a força de trabalho, os objetos do trabalho e os meios de trabalho. Os objetos e os meios de trabalho, face à diferença em comum que têm com a força de trabalho, juntam-

se para formar os meios de produção. Sabemos que as formas históricas de propriedade social diferem de um para outro contexto espaço-temporal precisamente na maneira como se põe dentro da relação de propriedade a propriedade da força de trabalho e a propriedade dos meios de produção. No capitalismo, já o vimos, estas duas componentes das forças produtivas são apropriadas por duas diferentes partes da população, que se quebra, então, em burguesia, a que detém os meios de produção, e o proletariado, a que detém a força de trabalho. Somente quando a força de trabalho põe os meios de produção em movimento é que as forças produtivas se ligam organicamente, ganham vida no seu todo e se põem em movimento como um só corpo. A forma de propriedade social que entre elas existe neste momento é que manifestará sua determinação. (MOREIRA, 1988 p.2)

Assim, as diferentes formas históricas de propriedade social determinam em cada contexto a formação espacial ali existente. O espaço considerado como instância econômica e meio de produção para Ruy Moreira possui dupla forma de natureza.

Sabemos já que o espaço confunde-se com a instância econômica como meio de produção, e, então, de dupla forma: primeiramente, como objeto do trabalho, temos a primeira natureza; em segundo, como meio de trabalho (o espaço social já materializado), temos a segunda natureza (ou "espaço produzido"). Isto é, dito de outro modo, como objeto do trabalho, o espaço se insere instancialmente, por meio dos componentes naturais da primeira natureza, sob a forma de matérias-primas brutas ou semi-elaboradas. Como meio de trabalho, o espaço se insere por intermédio dos seus componentes "históricos", isto é, dos objetos nele gerados, organizados e acumulados pelo incessante processo de reprodução ampliada. Sempre se insere como "condição de reprodução... Ora, vimos que este arranjo espacial econômico tem uma natureza que resulta da forma como as forças produtivas se exprimem como relações de produção, ou dito em outros termos: de como se encontram os laços entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o caráter das relações de produção. Nas condições do modo de produção capitalista, para tomarmos um exemplo, as forças produtivas se encontram em alto nível de desenvolvimento, implicando isto numa relação do homem com o meio caracterizado pela forte superioridade do homem sobre o meio, vale dizer, na qual a relação liberdade-necessidade potencialmente se define inteiramente a favor da vitória da liberdade sobre a necessidade. Isto significa uma ampla divisão social de trabalho que confere ao arranjo espacial intensa complexidade de organização. As relações de produção, como são capitalistas, exprimem tais forças produtivas de um modo típico: a força de trabalho, e somente ela, pertence ao proletariado, o qual tem que vendê-la para adquirir os meios de subsistência (desaparece, precisamente aqui, a possibilidade do potencial de liberdade referida acima para esta parcela dos homens); os meios de produção (objeto e

meios do trabalho) pertencem à burguesia, que, com a compra da força de trabalho ao proletário, adquire a totalidade das forças produtivas, reintegrando-as agora em suas mãos (nasce, precisamente aqui, o deslocamento da possibilidade da liberdade da totalidade dos homens para esta diminuta parcela que é a burguesia), para, fundindo-as num processo de produção de mercadorias, torná-lo produção de mais-valia (a possibilidade de liberdade se aliena na acumulação de capital). Assim, o espaço é capital e o arranjo espacial encerra a estrutura e movimento contraditórios da hegemonia do capital sobre o trabalho (da burguesia sobre o proletariado). (MOREIRA, 1988, p.2-3)

Ao construir uma análise marxista do espaço, Henri Lefebvre em sua obra *Espacio y política* comenta que o espaço apresenta uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica de um sistema (LEFEBVRE, 1976, p.25). Com base em Lefebvre, Corrêa (1993) afirma que:

O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções (LEFEBVRE, 1976, p29), nem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional” (Lefebvre, 1976, p30). O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social). (CORRÊA, 1993, p.25)

Portanto, o espaço engloba e ultrapassa a visão de instrumento político, sendo entendido como o lócus da reprodução das relações sociais de produção, ou seja, de reprodução da sociedade.

Influenciado pela visão de espaço de Lefebvre, Santos (1982, p.10) comenta que o espaço é um produto social, pois não se pode escrever a história fora do espaço, não existe sociedade sem espaço. Ele afirma que essa categoria de formação econômica e social é mais adequada na formação de uma verdadeira teoria do espaço.

Esta categoria diz respeito a evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externa de onde mais freqüentemente lhes provem o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se defronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de formação econômica social sem incluir a categoria espaço. Trata-se de fato de uma categoria de formação econômica, social e espacial, mais do que uma simples formação econômica e social, tal qual foi interpretada até hoje. Aceita-la deveria permitir aceitar o erro de interpretação dualista das relações homem-natureza. Natureza e espaço são sinônimos, desde que se considere a natureza como uma segunda natureza, como Marx a chamou.”(1982, p.10)

Nesta visão, o autor propõe um conceito de espaço que não se limite apenas ao ecológico, mas que abarque toda problemática social: “Cada sociedade veste a roupa do seu tempo.” (SANTOS, 1982, p.12) Portanto, é preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da formação econômica social, a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações.

Com essas considerações, Santos mostra que ao longo dos tempos a sociedade modifica suas funções, portanto, nenhuma pode ser marcada por forma definitiva de propriedade e de relações sociais. Santos afirma que para Marx no prefácio de *O capital*, “o desenvolvimento da formação econômica da sociedade é assimilável à marcha da natureza e de sua história”, focalizando as etapas e o lugar central na interpretação da sociedade no desenvolvimento histórico, evitando assim o materialismo abstrato das ciências naturais.

Santos confirma a necessidade metodológica de distinção entre modo de produção e formação social, o primeiro seria o gênero e o segundo as espécies. “O modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada.” (SANTOS, 1982, p.13)

Segundo Moreira (2007), são várias as abordagens ou aspectos que podem conceber o espaço como um produto social, ou seja, como um produto do trabalho. Com base na citação de Santos (1996, p.71), onde enfatiza que “o espaço socialmente produzido é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais”, a referida autora conclui que o espaço produzido socialmente não é algo dado e acabado, mas dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que os homens travam entre si através do trabalho ao longo da história.

Considerando a discussão acima estabelecida, entende-se que um estudo temático dentro da ciência geográfica, não importando a sua escala, não pode prescindir de uma visão completa na análise. Pois para se desvendar a verdadeira realidade que caracteriza as fases de permanência ou de mudanças ali ocorridas, não se deve correr o risco de privilegiar apenas um dos lados de sua estrutura. Essa visão de totalidade requer a utilização da dialética nessas pesquisas, pois só assim se poderá aproximar de forma mais correta da real face do espaço investigado. Levando em consideração essa perspectiva, na seqüência, faz-se uma abordagem da metodologia utilizada nessa dissertação.

1.2. Metodologia da pesquisa

Considera-se que uma visão nova da realidade não pode ser estabelecida sem o conhecimento da estrutura original que gerou essa dinâmica histórica. Assim, busca-se uma investigação da temática aqui exposta com base numa abordagem dialética e histórico-estrutural para uma melhor compreensão da evolução e mudanças no processo de produção canavieira no Município de Santa Rita – PB, e de forma particular, nas transformações espaciais e sociais conseqüentes desse processo. Sem essas preocupações acredita-se ser impossível uma análise mais consistente dessas mutações.

Tomando como base os fundamentos teóricos estabelecidos a partir das obras dos autores citados neste trabalho, destacam-se como categorias fundamentais para o estudo: espaço geográfico, espaço agrário, trabalho assalariado e condições de vida. Entende-se que essas quatro categorias permitirão conduzir a investigação proposta no sentido de melhor compreender as mudanças encontradas no espaço canavieiro do Município de Santa Rita-PB, bem como estabelecer comparações com outras realidades. Nesse processo, alguns procedimentos metodológicos são de fundamental importância no desenvolvimento desta pesquisa, tais como:

- Pesquisa bibliográfica para aprofundamento teórico e dos fatos pesquisados;
- Levantamento de informações junto aos órgãos institucionais responsáveis pela produção de levantamentos de dados sobre o desempenho econômico e social do município.
- Visitas de reconhecimento do espaço canavieiro do município de Santa Rita-PB;
- Elaboração e/ou adaptação de mapas para localização dos espaços estudados;
- Coleta de dados primários através de realização de entrevistas;
- Banco de imagens sobre o espaço municipal, particularmente sobre as mudanças recentes.

Quanto à sua natureza, a pesquisa é do tipo exploratório, procurando identificar e caracterizar as principais mudanças ocorridas nas áreas de produção canavieira de Santa Rita-PB, bem como as conseqüentes alterações espaciais e sociais ali estabelecidas.

A unidade espacial de referência é o município de Santa Rita, localizado na Zona da Mata Paraibana, na Mesorregião do Litoral, mais precisamente na Grande João Pessoa.

A importância da atividade canavieira na construção do espaço geográfico deste município, data desde o início da colonização do Paraíba, estendendo-se até os dias atuais. Essa longevidade da atividade no município de Santa Rita foi um dos motivos que incentivou a sua escolha como área dessa pesquisa.

Quanto às fontes de investigação utilizadas, a pesquisa pode ser considerada como: a) bibliográfica, pois o levantamento de informações em livros, teses, artigos, etc. foram fundamentais tanto para o estabelecimento do marco teórico referencial bem como para a recuperação do processo de constituição do espaço agrário municipal; b) secundária, uma vez que o levantamento de dados secundários, quantitativos e qualitativos, em órgãos tais como IBGE, Sindicato dos trabalhadores rurais foram utilizados para caracterizar a realidade atual; os dados quantitativos levantados são referentes: à composição da produção agrícola municipal (quantidade produzida, área colhida e valor da produção das principais lavouras), à evolução da produção de cana-de-açúcar e; c) primária, uma vez que a realização das visitas de campo foram as fontes que permitiram detectar e discutir as mudanças espaciais e produtivas em curso no município de Santa Rita – PB.

Os dados coletados no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foram essenciais no desenvolvimento desta pesquisa, sobretudo os da evolução produtiva municipal paraibana e santarritense. A visita à sede do IBGE, localizada na cidade de João Pessoa, capital do estado, facilitou bastante os procedimentos de uso das ferramentas encontradas no site deste órgão. Além disso, os funcionários que ali se encontravam forneceram dados de recenseamentos que não estavam disponíveis na internet, principalmente os dos primeiros anos analisados.

Foram também realizadas visitas aos sindicatos tanto dos trabalhadores rurais do município de Santa Rita como, também, dos produtores de cana na Paraíba. No primeiro, foi feita uma entrevista, em 13/10/2009, com o presidente do órgão, o Sr. Edilson Ribeiro Nunes, e com o segundo secretário do órgão, o Sr. José Félix da Silva, conhecido na área como Zé Galego. As entrevistas com esses membros sindicais exploraram principalmente aspectos relacionados com a organização dos trabalhadores e com as mudanças ocorridas nas relações de trabalho no contexto municipal, tais como: número de associados, distribuição dos trabalhadores por sexo e idade, mensalidade paga pelos trabalhadores, forma de desconto, ocorrência de reuniões com os associados, participação dos associados nas assembleias, relação existente entre o sindicato e os empregadores, formas de encontros com os representantes empresariais, estratégias utilizadas pelo sindicato para alcançar sua metas, conflitos ali existentes, organização do dissídio coletivo, mudanças da produtividade

canavieira, formas de contratação do trabalhador e origem desses trabalhadores. Os líderes sindicais também disponibilizaram uma tabela de tarefas para regime de produção no período 2009/2010, que consta nos anexos desta dissertação.

Quanto à visita ao Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool do Estado da Paraíba (SINDALCOOL), ela ocorreu em 16.03.2010. Foi entrevistado o presidente Edmundo Barbosa. Foram objeto da entrevista os seguintes aspectos: característica da atual expansão canavieira na Paraíba (se foi uma expansão horizontal ou vertical); mudanças no nível da produtividade; introdução de novos tipos de cana; incorporação de novos tipos de insumos, a exemplo de matérias orgânicas; trabalho social feito pelas empresas com os trabalhadores da cana; competição com os demais estados produtores de cana-de-açúcar; distribuição dos investimentos e dos recursos públicos disponibilizados para o setor; diversificação dos produtos (energia, adubos, etc.); destinação da produção; novas perspectivas para o setor sucroalcooleiro na Paraíba.

Durante a realização dessa pesquisa, foram visitadas duas unidades produtoras de cana-de-açúcar em Santa Rita-PB, a Usina São João e a Destilaria Japungu. A primeira citada mantém os moldes tradicionais da produção canavieira e ainda é administrada por herdeiros das tradicionais famílias produtoras da cana, produzindo em seu estabelecimento açúcar e álcool. Já a segunda é administrada por um grupo empresarial de fora do estado e apresenta uma série de inovações organizacionais, tecnológicas e produtivas.

Foram feitas, também, duas visitas à Secretária de Agricultura do município com o objetivo de coletar dados para enriquecer a investigação proposta. No entanto, não foi possível encontrar em nenhuma das vezes, o Secretário responsável pela organização do setor. Ainda no prédio onde funciona a prefeitura municipal, foi feito contato com o responsável pela Secretaria de Infraestrutura, com o objetivo de ter acesso às informações contidas no Plano Diretor da cidade, tendo sido facilitado o acesso ao mapa temático utilizado no plano diretor.

A produção iconográfica aqui contida consistiu na produção de alguns mapas elaborados por uma funcionária da SUDEMA-PB, sendo outros adaptados e ou reaproveitados no reforço explicativo dos temas pesquisados. Nessas mesmas condições foram elaboradas tabelas e gráficos para uma melhor apresentação e compreensão das informações aqui contidas.

CAPÍTULO II - O MUNICÍPIO DE SANTA RITA-PB: ASPECTOS NATURAIS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

Este capítulo procura dar uma visão geral dos principais aspectos naturais do município de Santa Rita, assim como analisa o processo histórico de formação e estruturação do seu espaço agrário. Com isso procura-se estabelecer os elementos fundamentais para se discutir as mudanças atuais que se processam nesse espaço, o que será feito no próximo capítulo.

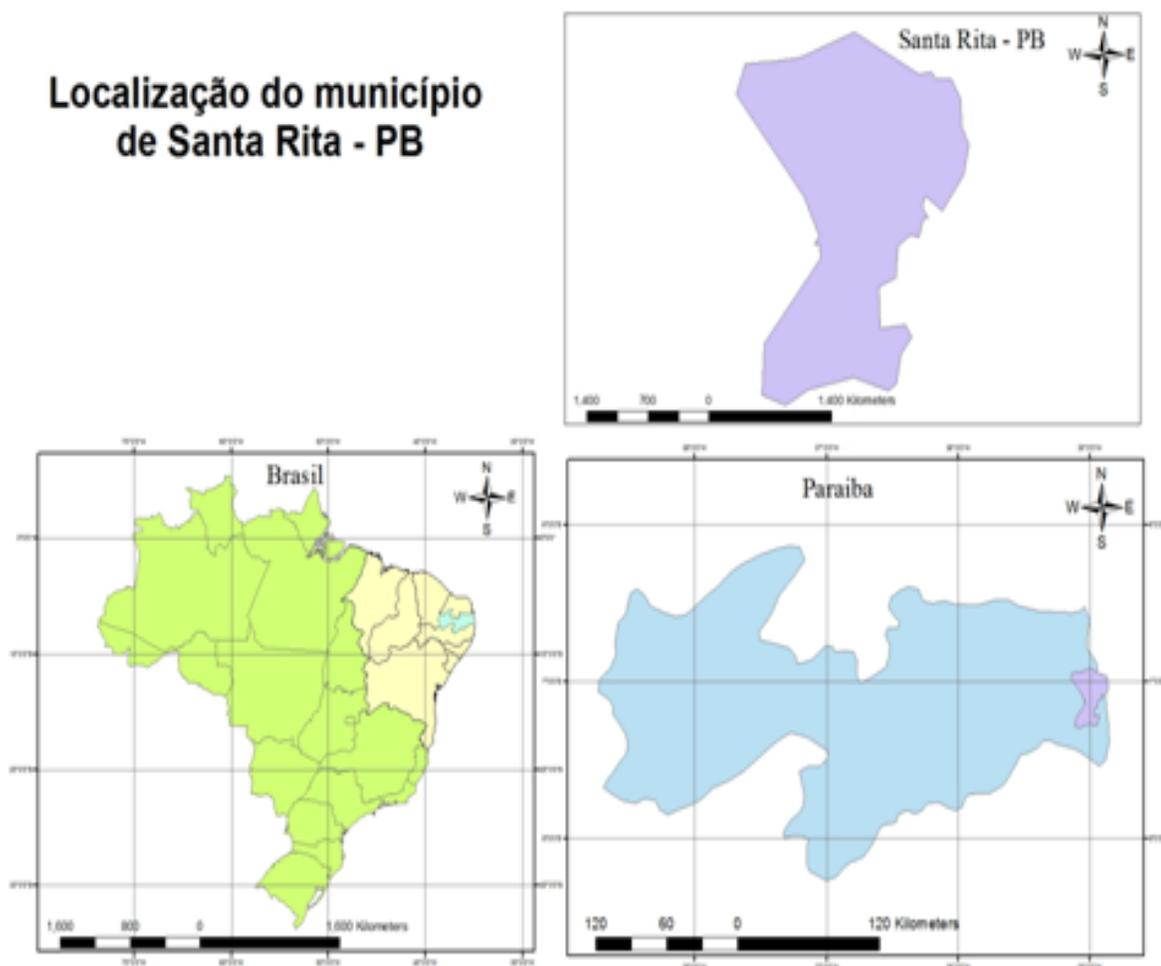
2.1 Aspectos geográficos de Santa Rita-PB

2.1.1 Localização geográfica e divisão territorial

O município de Santa Rita está localizado na mesorregião da Mata Paraibana, na microrregião de João Pessoa. A sede municipal está situada a 34,97° de longitude oeste e a 7,44° de latitude sul. Possui uma área de aproximadamente 727 quilômetros quadrados. Devido à importância que a produção canavieira teve no contexto histórico da formação territorial deste município, a sua sede ficou conhecida como a “rainha dos canaviais”. Hoje, também recebe o título de “Terra das águas minerais” e do “abacaxi”, exprimindo as novas formas de exploração e uso de solo. Esse município se destaca no contexto paraibano não só pela importância de sua economia, como também pelas especificidades de sua paisagem natural, com características específicas da Zona da Mata Paraibana.

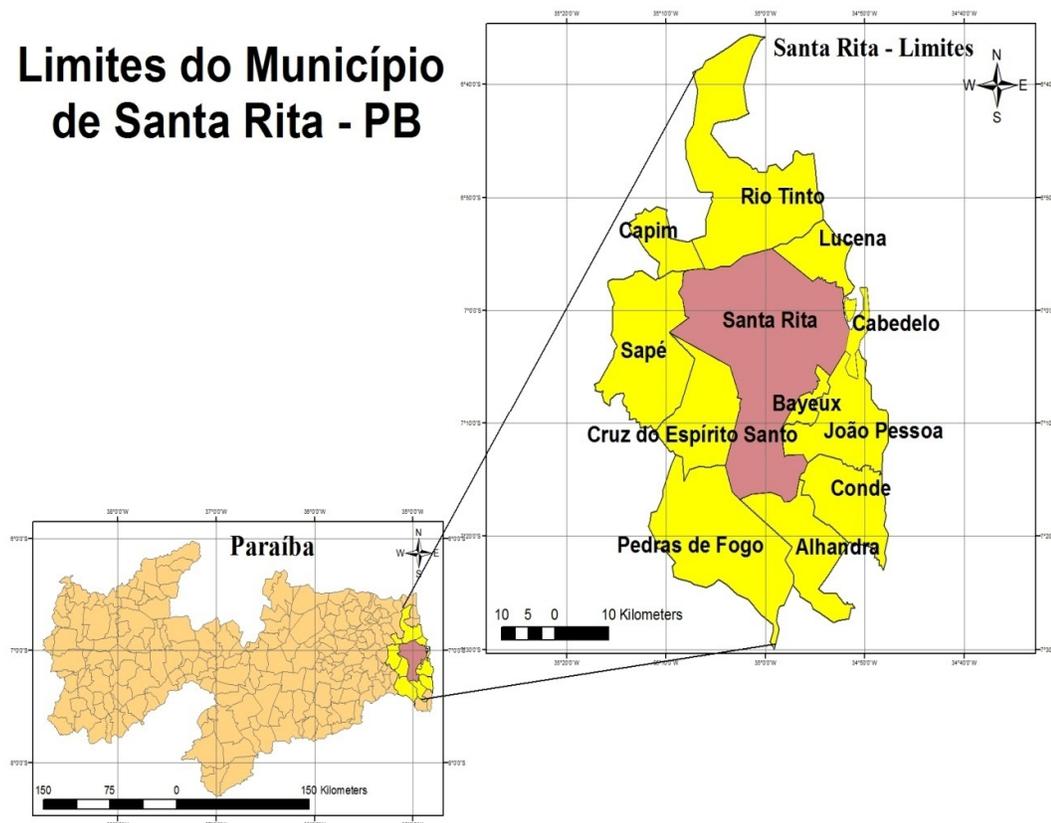
Santa Rita apresenta os seguintes limites: Ao Norte, estabelece fronteiras com os municípios de Capim (28km), Mamanguape e Lucena (27km); ao Sul, com os de Alhandra (45km), Pedras de Fogo (34km) e Conde (18km); a Leste, com os municípios de Bayeux (7km), João Pessoa (12,7km) e Cabedelo (23km); e a Oeste, com os municípios de Sapé (27km) e Cruz do Espírito Santo (12km), conforme pode ser visualizado no mapa 02.

Mapa 1 – Localização do município de Santa Rita



Fonte: IBGE - Adaptado

Limites do Município de Santa Rita - PB



Mapa 2 – Limites do Município de Santa Rita

Fonte: IBGE - Adaptado

A sede municipal está dividida nos seguintes bairros: Açude, Aguiarlândia, Alto dos Eucaliptos, Alto dos Populares, Boa Vista, Centro, Eitel Santiago, Europa I, Europa II, Europa III, Flaviano Ribeiro, Jardim Carolina, Liberdade, Loteamento Nice, Marcos Moura, Miritânia, Mutirão Nova Esperança, Paulo VI, Santa Cruz, Tibiri Fábrica, Tibiri I, Tibiri II, Tibiri III, Várzea Nova (bairro distrito) e Viração.

Além da sede, a divisão territorial do município compreende os seguintes distritos, subdistritos e localidades municipais: Bebelândia, Cadene, Cangulo, Cauira, Chã do Congo, Cicerolândia, Cotovelo, Estiva, Forte Velho, Gargaú, Jacaraúna, Lerolândia, Mel de Furo, Monte Alegre, Mumbaba Alecrim, Mumbaba Bandeirante, Mumbaba Caiçara, Mumbaba (de baixo e de cima), Mumbaba de Pinicho, Livramento, Odilândia, Oiteiro, Prego, Reis, Ribeira (de baixo, do meio e de cima), Santa Ana, Santo André, Socorro, Taboleiro de Santana, Taboleiro do Leandro, Tambauzinho, Tibirizinho, Usina Santana, Usina São João, Usina Japungu e Vigário.

2.1.2 - O quadro natural

As características do quadro natural do município de Santa Rita são favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar, o plantio e a produção de derivados dessa gramínea. Assim, o quadro natural associado aos condicionantes históricos e sócio-econômicos foi responsáveis pela ocupação e desenvolvimento do espaço santaritense. Detalha-se, a seguir, aspectos de cada um dos elementos do quadro natural.

2.1.2.1. O clima

Encontramos no quadro natural de Santa Rita, a presença de uma climatologia Segundo a classificação de Koppen, o clima de Santa Rita é tropical do tipo **As'** – quente e úmido com chuvas de outono-inverno, ou seja, apresenta um período chuvoso, que vai de março a julho, e um período de estiagem que vai de setembro até fevereiro (veja mapa 3). A precipitação pluviométrica oscila entre 1.400 a 1.800 mm anuais. A temperatura média anual é de 26° C.

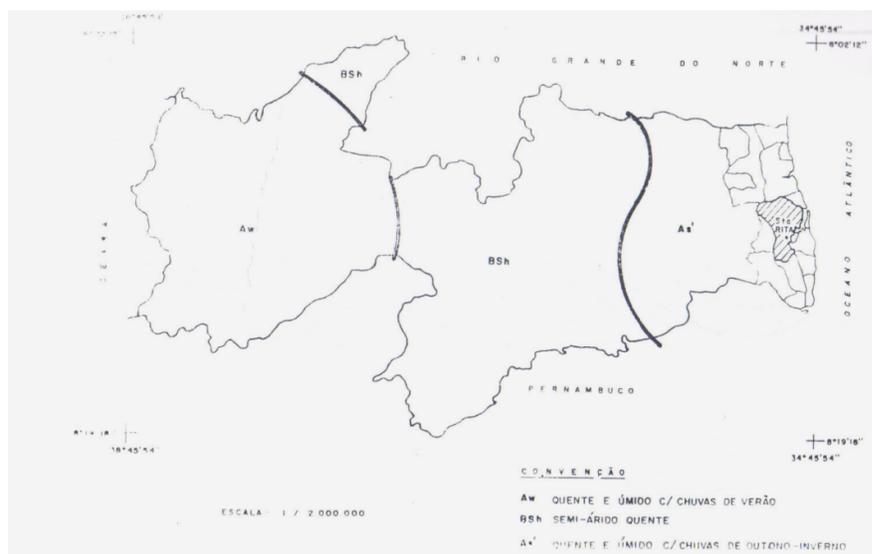


Figura 1: Santa Rita: Clima - Classificação de Koppen (Esboço cartográfico)

Fonte: Lima, 1984.

Com base na classificação bioclimática de Gaussen: "o clima de Santa Rita é o do tipo 3dTh, considerado como de região xerotérica, subregião Submediterrânea, recebendo no Brasil a denominação de Mediterrâneo ou Nordeste sub-seco." (BRASIL, Ministério do Interior, 1973, apud LIMA e MOREIRA, 2002, p.5)

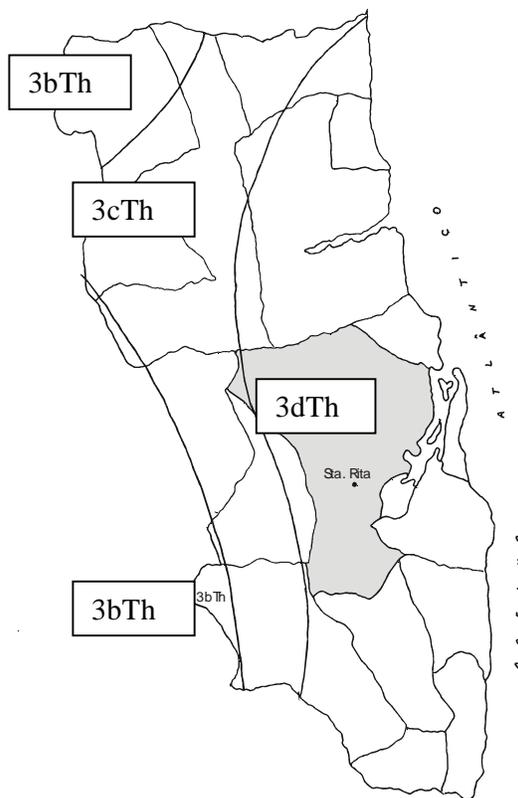


Figura 2: Mesorregião da Mata Paraibana - Classificação climática de Gaussen (Esboço Cartográfico)

Fonte: Transcrito de Lima e Moreira, 2002.

Ainda segundo Lima e Moreira:

Dentre as características deste tipo climático, pode-se apontar: a) o índice xerotérmico, que varia de 0 a 40°; b) a existência de um período seco de 4 meses (de setembro a dezembro); c) uma temperatura média anual de 27°C; d) um regime pluviométrico regular (os meses de março a agosto correspondem aqueles de maior intensidade de chuvas); e) precipitações médias anuais que oscilam entre 1.303 e 1.735 mm; f) uma umidade relativa do ar em torno dos 80%, podendo alcançar os 95% nos meses mais úmidos (2002, p. 6).

2.1.2.2. Geomorfologia e vegetação

A geomorfologia do município é marcada principalmente, pelas seguintes formações: várzeas ou planícies aluviais, mangues, tabuleiros e restingas, como mostra a figura a seguir.

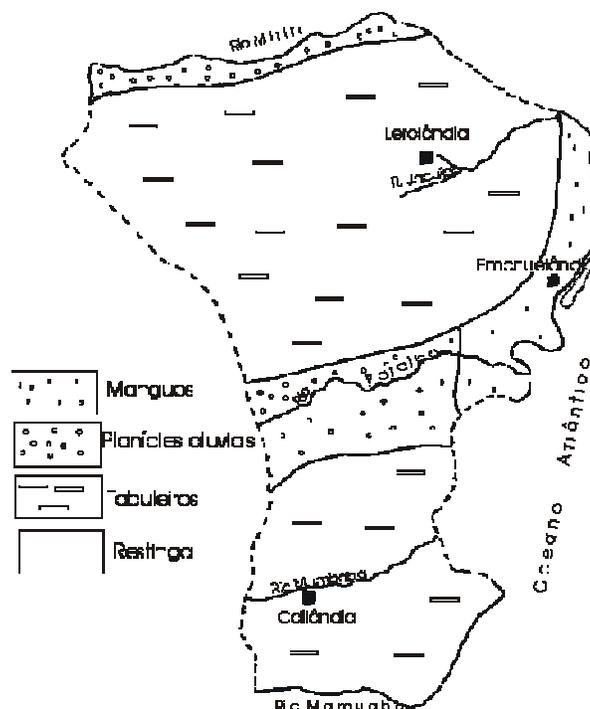


Figura 3 - Santa Rita - Principais compartimentos morfológicos (Esboço Cartográfico)
 Fonte: Transcrito de Lima e Moreira, 2002.

Dentre as áreas de várzeas, destaca-se a do Rio Paraíba do Norte, que atravessa o município no sentido oeste-leste, apresentando inúmeros terraços, diques marginais e rios secundários. Merece destaque, ainda, ao norte do município, as várzeas dos rios Jacuípe e Miriri e, ao sul, as várzeas dos rios Mumbaba e Mamuaba. Segundo Lima (1984), nas vazantes dos rios localizados em Santa Rita, verifica-se também o cultivo de culturas de subsistências tais como: milho, jerimum dentre outros. A pesca é atividade comum, praticada pela população de baixa renda. Segundo este autor, as grandes potencialidades encontradas no solo, que domina a várzea do rio Paraíba, propiciaram o cultivo da cana-de-açúcar que aí se desenvolve desde o período colonial.

A floresta perenifólia de várzea dominava naturalmente as várzeas satarritenses. Hoje ela se encontra restrita em alguns locais, devido ao intenso processo de devastação ali estabelecido.

Os mangues aparecem na porção leste da várzea do Rio Paraíba. Segundo Moreira (1999), o mangue apresenta as seguintes características:

Os manguezais constituem uma formação florestal perenifólia, com espécies altamente adaptadas ao ambiente fluvio-marinho, de salinidade elevada e solos instáveis, pantanosos, com alto teor de matéria orgânica em decomposição. As raízes suportes e respiratórias são expedientes usados pelas plantas para resistirem e sobreviverem nesse tipo de ambiente.

Localizam-se nos estuários e estendem-se para o interior até onde se faz presente as influências marinhas pelo fluxo e refluxo das marés. Sua composição florística é praticamente constante em todos os estuários. Algumas espécies vivem obrigatoriamente no setor pantanoso a exemplo da *Rizophora mangle* L.(mangue vermelho), do *Conocarpus erectus* L. (mangue de botão); *Laguncularia racemosa* L.(mangue branco); *Avicennia schaueriana* Stap e *Lechman* L. (mangue siriúba). Outra espécies, tais como *Acrostichum aureum* L. (samambaia assu) e *Hibiscus tiliaceus* L.(guaxuma), desenvolvem-se nos setores marginais onde o solo é estável e só esporadicamente é atingido pelas marés. Correspondem no Brasil a uma área de 10 mil quilômetros distribuídos ao longo da costa. Servem como maternidade de centenas de espécies dentre as quais destacam se os caranguejos, camarões e moluscos. (MOREIRA,1999)

Observa-se, nessa área do município, a existência de várias ilhas, destacando-se como principais: Ilha da Restinga, Ilha dos Stuarts e a Ilha do Tibiri. O solo da área também chamado de mangue apresenta textura indiscriminada com relevo plano que no passado era completamente coberto pela vegetação natural que vem sendo devastada ao longo dos tempos. Segundo Lima:

A vegetação de mangue possui um aspecto peculiar, apresentando raízes suportes (adventícias) em virtude da elevação periódica do nível de maré e raízes respiratórias (pneumatóforos), para compensar a deficiência da aeração do solo (LIMA, 1984, p.16).

Para este autor, os resquícios da vegetação original ali encontrado, são conseqüências da limitação agrícola dos solos, imposta pelo excesso de água e sais e ainda da variação das marés. Por apresentar um solo de constituição pantanosa, que dificulta sua mecanização, são aproveitados economicamente na atividade de coleta, principalmente de crustáceos (caranguejo e marisco), que são recursos comuns na área.

No sentido leste da área de mangue, ainda no estuário do rio Paraíba, nas porções de algumas ilhas deste estuário, verifica-se a formação de restinga constituída por sedimentos quartzosos marinhos não consolidados. Os solos desta área (associação de areias quartzosas marinhas distróficas e eutróficas fase relevo plano e o solo podzol hidromófico fase campo de restinga e floresta perenifólia de restinga relevo plano) apresentam baixa fertilidade natural. A vegetação de restinga apresenta porte arbustivo, às vezes arbóreo-arbustivo, de densidade variável, ocorrendo com freqüência espaços abertos (campos) onde predominam gramíneas. O coqueiro e o cajueiro eram as espécies vegetais cultivadas nas áreas de restinga de Santa Rita em 1984 (SUDENE, 1972, apud, LIMA e MOREIRA, 2002).

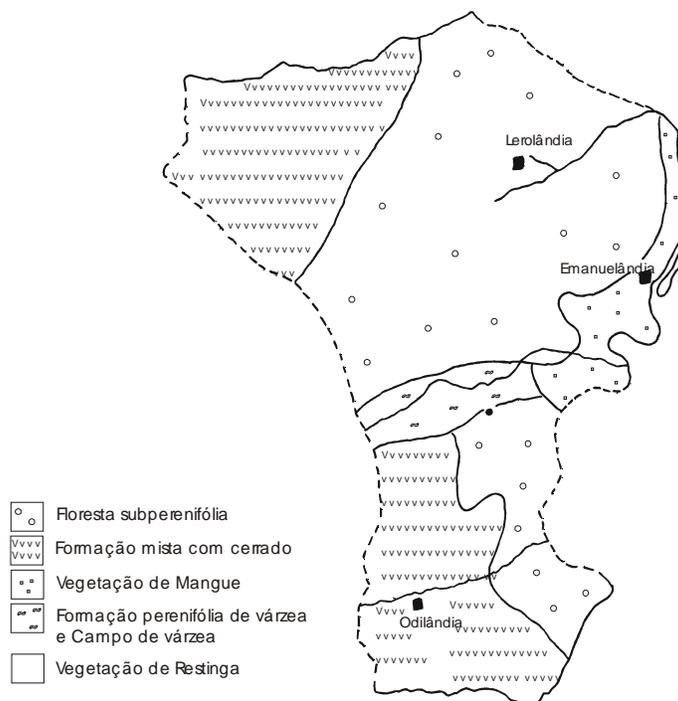


Figura 4- Santa Rita: Vegetação primitiva (Esboço Cartográfico)

Fonte: Transcrito de Lima e Moreira – 2002

Os tabuleiros são forma de relevo que, em termos gerais, pode ser conceituada como um planalto pouco elevado, em geral arenoso e de vegetação rasteira. Lima e Moreira 2002, com base em Carvalho 1982, apresentam uma caracterização simplificada dos tabuleiros.

A partir do vale do Rio Paraíba no sentido norte e sul, são encontrados os baixos planaltos costeiros (tabuleiros) (Figura 4). Os tabuleiros fazem parte do "Grupo Barreiras" referido ao plioceno. São constituídos de sedimentos pouco consolidados, de estratificação predominantemente horizontal, afossilíferos, apresentando sedimentos areno-argilosos, argilo-arenosos, argilas de coloração variada, intercalando muitas vezes com camadas de seixos rolados e concreções lateríticas (LIMA e MOREIRA, 2002)

Em Santa Rita, os tabuleiros ou baixos planaltos costeiros se estendem a partir das vertentes do vale do Paraíba tanto para o Norte (mais extensa), como para o Sul, apresentando-se suavemente ondulado. Esses dois trechos do tabuleiro eram domínios da floresta subperenifolia (veja figura 04). Ela é mais extensa no sentido leste em decorrência da influência da umidade oriunda do Oceano Atlântico, ou seja, pela sua proximidade com o Atlântico sofre a ação direta dos ventos úmidos originados neste oceano. No sentido oeste,

localizavam-se formações vegetais variadas com destaque para floresta e cerrado que ao longo dos tempos foram sendo degradadas em função ora de novas terras exigidas pela cana-de-açúcar, ora pela retirada indiscriminada de madeira da floresta subperenifólia, para comercialização.

Na porção norte, verificam-se duas variações de solos nos tabuleiros (veja figura 5). A primeira é encontrada a noroeste, correspondente ao solo podzólico vermelho-amarelo com variação acinzentada, contendo fragipan e textura indiscriminada em virtude do cerrado relevo plano, apresentando solo podzol hidromórfico fase cerrado relevo plano. A segunda associação é a dos solos podzólico vermelho-amarelo com *fragipan* textura média fase transição floresta subperenifólia, cerrado e relevo plano com os solos podzólico vermelho-amarelo latossólico textura média, fase floresta subperenifólia, relevo plano e podzol hidromórfico fase cerrado relevo plano. Esse solo podzol é o mesmo encontrado na primeira associação apresentada sendo caracterizado pela baixa fertilidade e cujo aproveitamento nas atividades agrícolas é alcançado graças ao uso de técnicas corretivas (LIMA e MOREIRA, 2002).

Na porção sul dos tabuleiros da várzea do Paraíba, encontram-se três associações de solos. A primeira corresponde a um prolongamento da associação dos solos podzólico vermelho-amarelo variação acinzentada e podzol hidromórfico que ocorre no trecho situado a noroeste da várzea.

A segunda associação domina uma pequena faixa no extremo sul, sendo a pelo solo podzol hidromórfico, fase cerrado relevo plano associado ao latosol vermelho amarelo distrófico textura média fase cerrado relevo plano. A terceira associação é encontrada a sudeste, é formada pelo solo gley dístrófico indiscriminado textura indiscriminada fase campos de várzea e floresta perenifólia de várzea, relevo plano e o solo orgânico indiscriminado fase campos de várzea relevo plano (SUDENE, 1972, apud LIMA e MOREIRA, 2002).

Os solos dos tabuleiros, de maneira geral, não eram muito utilizados para agricultura, até meados da década de 1970. Dominava aí a cobertura da vegetação natural de floresta ou de cerrado. Esses solos eram também aproveitados no cultivo de frutas como a manga, o coco, a mangaba e o abacaxi, além da prática em pequena escala do cultivo de mandioca, de milho e da cana-de-açúcar. A plantação de cana-de-açúcar destinada ao comércio resumia-se ao fundo dos vales que cortavam os tabuleiros.



Figura 5 - Santa Rita - Principais tipos de solo (Esboço Cartográfico)

Fonte: Transcrito de Lima e Moreira – 2002

Na segunda metade da década de 1970, a implantação do PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), incentiva uma expansão do cultivo da cana-de-açúcar nos solos de tabuleiros. Neste contexto, ampliaram-se as plantações de cana nos tabuleiros de Santa Rita. Para isso foram utilizadas técnicas de correção do solo, que aumentaram o custo da produção.

A partir da implantação das destilarias de álcool visando uma política de substituição de combustíveis proposta pelo governo através do PROALCOOL, foi possível uma ampliação do cultivo da cana-de-açúcar nos tabuleiros, isto porque o preço do álcool no mercado compensava a elevação dos custos da produção.

Apresentando fatores naturais favoráveis tais como: clima quente e úmido, solo de grandes potencialidades e uma rede hidrográfica perene, as várzeas do Rio Paraíba, em Santa Rita, propiciaram de forma particular, o desempenho da atividade canavieira nesta área do município até meados da década de 1970. Na segunda metade da década de 1970, a política do PROALCOOL, favoreceu a ocupação dos tabuleiros pelos canaviais.

Assim, apesar de toda natureza possibilitar de início, a organização do espaço agrário santarritense baseada no cultivo da cana-de-açúcar, deve-se considerar que o elemento essencial dessa organização foi, inicialmente, a expansão do capitalismo mercantil e

posteriormente o avanço do capitalismo moderno no campo, através da política agrária do governo.

Aborda-se a seguir um pouco da história da formação do espaço agrário santarritense, focalizando-se na expansão capitalista com base no desempenho da atividade canavieira.

2.2. Formação histórica do município de Santa Rita - PB

2.2.1. O surgimento da capitania da Paraíba

Ao se analisar os diversos relatos sobre a origem da estruturação dos diferentes espaços paraibanos, é possível encontrar um ponto comum entre eles, pois vinculam a estruturação desses espaços à expansão ultramarina e, direta ou indiretamente, à atividade açucareira.

Visando garantir definitivamente a posse da terra e ao mesmo tempo utilizá-la na produção açucareira, a Coroa Portuguesa criou a Capitania da Paraíba a partir de um desmembramento da Capitania de Itamaracá (FERNANDES e AMORIM, 1992).

Para evitar as relações comerciais entre os indígenas e corsários franceses que se favoreciam nas trocas com pau-brasil, os portugueses foram amadurecendo o desejo de ocupar a área que posteriormente formaria a Paraíba. Na realidade, como afirma Silva (2007), a criação da Capitania da Paraíba foi resultado de uma ação defensiva do Rei D. Sebastião contra possíveis ataques de índios e corsários à Capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVI.

A criação da Capitania da Parahyba pelo Rei D. Sebastião, decorreu do massacre de Tracunhaém, em 1574. Este acontecimento não foi o primeiro em que os ameríndios atacaram engenhos e queimaram plantações, mas foi o estopim para que o rei resolvesse tomar uma ação contra os ameríndios que ameaçavam os “negócios” portugueses em Pernambuco. Então, pensando numa solução, o rei D. Sebastião resolveu desmembrar parte da Capitania abandonada de Itamaracá para criar a Capitania Real da Parahyba. Onde a Coroa portuguesa tivesse responsabilidade sobre a região próxima à grande produção de açúcar. A colonização serviu como fortalecimento para a Capitania de Pernambuco contra ataques dos indígenas potiguaras e corsários estrangeiros, já que, em Pernambuco, estava centralizado um dos maiores número de engenhos do Brasil. Desse modo habitar a região da Paraíba servia para proteger a Capitania vizinha. (Silva, 2007, p. 28)

Esse autor ainda menciona que a escassez de donatários e sesmeiros para ocupar longas faixas de terras dificultou, de início, uma exploração imediata da área entre as Capitânicas de Pernambuco e Itamaracá. Após a expulsão dos corsários franceses e da dominação dos indígenas potiguaras, a Coroa portuguesa garantiu para si as terras doadas no passado e não exploradas, desenvolvendo a extração de madeiras e a plantação de cana-de-açúcar nas mesmas.

Pelo patrocínio da Coroa portuguesa na maioria das expedições de conquista de terras interioranas, a Capitania da Paraíba já nasce Real. O ouvidor-mor de Pernambuco, Marin Leitão em sua terceira expedição em 1586, seguindo o curso do Paraíba para afastar os potiguaras para o interior, percebe a riqueza do solo nas proximidades do rio Tibiri, um dos afluentes do Paraíba, e ordena a seus homens que, na sequência no combate aos inimigos (corsários franceses e índios potiguaras), fosse construído naquela área, com distância de duas léguas da capital da Capitania, o primeiro engenho da Paraíba (Silva, 2007).

2.2.2. A formação do Engenho Real Tibiri e a origem do povoado de Santa Rita e sua evolução histórica

Segundo Santana (1990), a origem do povoado que formou a atual cidade de Santa Rita na Paraíba, teve seu início com a construção do Engenho Real Tibiri, em 1586, obra implantada pelos colonizadores da Capitania Real da Paraíba. Assim, para essa autora, a fundação do município de Santa Rita se insere nos quadros da política de expansão ultramarina com o patrocínio da produção açucareira, tornando-se o segundo núcleo de povoamento da Capitania da Parahyba, logo após a fundação da cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, atual capital do Estrado, a cidade de João Pessoa. Para tornar assegurada a dominação mercantilista do novo espaço à metrópole e defender a capitania contra agressões de estrangeiros e dos potiguaras, os colonizadores, sob o comando de Martim Leitão, edificaram nas proximidades do engenho real, o Forte de São Sebastião e uma capela em sua devoção (SANTANA, 1990, p. 151).

Fica claro dessa forma, mediante as informações citadas por Santana que, a introdução dos engenhos na Paraíba e em particular o Engenho Real Tibiri, marca o início da organização da produção do espaço canavieiro de Santa Rita, sendo, portanto, de fundamental importância na explicação da formação do espaço agrário paraibano e santarritense.

Ainda na visão de Santana (1990), baseando-se nas informações de cronistas coloniais e analisando documentos da época, a organização dos engenhos encontrava-se estruturada em quatro setores:

- a) **Administração:** exercida pelo senhor ou outra pessoa a serviço da metrópole, tinha a função de supervisionar todas as atividades de produção açucareira. O administrador de engenhos de grande porte, a exemplo do Real Tibiri, que trabalhavam com canas de lavradores e ainda possuíam terras arrendadas, mantinha sempre um apoio legal e contábil, formado por um solicitador, dois licenciados, um cobrador de rendas e um escrivão que decidiam as questões ligadas às terras, ao cumprimento da obrigação de entrega das canas, ao pagamento das rendas e à contabilidade da distribuição do açúcar produzido. Existia ainda um cirurgião prático para tratar os negros, um caixeiro da cidade para relacionamento comercial que geralmente exercia suas atividades em Filipéia de Nossa Senhora das Neves.
- b) **Manutenção:** todo serviço de manutenção e consertos da maquinaria do engenho era executado por um carapina fixo, assalariado e por trabalhadores contratados temporariamente como carpinteiros, pedreiros, calafetes dentre outros;
- c) **Transportes:** o concurso de carros de bois e pelo menos três barcas, garantia tanto o fornecimento de cana para o engenho, como também as demais etapas produtivas e comerciais do açúcar.
- d) **O processamento da cana:** a produção do açúcar compreendia tarefas sequenciais na moenda, na casa de purgar e no setor de secagem e caixotaria. Nas moendas trabalhavam o pequeno feitor e o levadeiro, mais sete ou oito escravos por turno; na cozinha contava-se com o mestre de açúcar, o banqueiro, dois caldeireiros de escumar e catorze escravos por turno e, nos trabalhos noturnos, as funções do mestre de açúcar eram exercidas pelo sotobanqueiro. A casa de purgar contava com o trabalho de um purgador e cinco escravos no turno diurno, enquanto a secagem, a pesagem e o encaixamento requeriam um caixeiro e dezenas de escravos

Até a segunda metade do século XVII, todo trabalho de transportes da cana no processo produtivo e do açúcar produzido era executado por homens livres juntamente com o trabalho dos escravos, a partir desse período ocorre uma maior ocupação da mão-de-obra escrava, como informa Santana:

à medida que o negro tornou-se mercadoria por demais rentável no processo de acumulação colônia via metrópole, essa organização básica sofreu substanciais modificações em sua estrutura, com a substituição da mão-de-obra “livre” por escravos e com notável aumento da escravaria nas fábricas, calculada em 90 peças, isto para os grandes centros produtores de açúcar, como a Bahia e Pernambuco, enquanto para Paraíba, em 1635, o senhor Jorge Homem Pinto, maior devedor à Companhia das Índias Ocidentais, em solicitação de empréstimo para saldar velhas contas ofereceu, em hipoteca, seus nove engenhos completos, trezentos e sessenta escravos negros dos mesmos e cerca de mil bois, inferindo-se que na Paraíba, nesse período, a utilização da mão de obra indígena suplantou, em muito, a mão-de-obra africana, pois segundo Servaes Carpinter, só a partir de 1636 foi que começaram a aparecer os primeiros negros de Angola e Cabo Verde.”(1990: p.153 e 154)

Podemos entender dessa forma que nos primeiros séculos da colonização paraibana foi registrada a presença dos índios escravizados nas atividades produtivas desse espaço, ao lado de trabalhadores livres. Assim como nos demais engenhos da Paraíba, o Engenho Rela Tibiri, tentou utilizar o trabalho manso dos índios, já que a oferta de escravos à época não atendia as necessidades de um engenho de grande porte em plena atividade. Nesse momento, os senhores de engenho reivindicavam ao Estado português uma concentração das missões nas proximidades de suas terras com o objetivo de disciplinar o gentio, defender a propriedade e fornecer força de trabalho para as atividades produtivas. Durante os dois primeiros séculos de nossa colonização, várias aldeias foram unidas para atender as necessidades produtivas daquele momento.

O engenho El Rei Tibiri, que foi implantado nas terras de massapé do Paraíba juntamente com toda estrutura montada para o seu funcionamento, ou seja, instalação da mão-de-obra necessária, obtenção de concessão real ao capitão mor João Tavares para que os colonos e lavradores pudessem moer suas canas no Tibiri, doação de sesmarias aos que tivessem recursos para construir engenhos ao longo das várzeas do Paraíba. Todas as condições favoráveis da Paraíba contribuíram para o cultivo da cana e a adoção da grande lavoura. Assim ocorreu um estímulo para expansão dos domínios fundiários propiciados pela valorização do açúcar no mercado europeu. Essas condições incentivaram a migração de ricos senhores de engenhos da Capitania de Pernambuco para a Paraíba, eles receberam da coroa sesmarias propicias ao cultivo da cana e ali fundaram vários engenhos no final do século XVII (veja tabela 1).

A centralização de gastos exercidos pela burguesia européia na produção de açúcar logo no início da colonização da Capitania da Paraíba e logo após a dominação holandesa,

dificultaram uma ocupação imediata do interior dessa capitania como também contribuiu para a formação do povoado de Santa Rita, conforme menciona Santana:

A concentração dos esforços e gastos da burguesia européia na economia açucareira no início da colonização da Capitania da Paraíba e a posterior dominação holandesa, contribuíram para o retardamento de seu povoamento interior, que apenas em fins do século XVII teve início, sob o estímulo da pecuária e das entradas sertanistas, além da cotonicultura e lavoura de subsistência contribuindo assim para o retardamento do centro do Povoado de Santa Rita, onde se auto-abastecia, sem mencionar a proximidade do povoado à sede da Capitania, constituindo-se mesmo um apêndice desta, numa época em que a população se limitava ao litoral (1990, p.158)

Com a invasão holandesa no Nordeste (1630-1654), Houve um fortalecimento da exploração canavieira, conforme lembra Targino:

No domínio holandês, houve incentivo à produção de açúcar em virtude do acesso ao capital mercantil detido pela Companhia das Índias Ocidentais. Na verdade, os holandeses como detinham um volumoso capital mercantil, eles também controlavam as rotas comerciais e os canais de comercialização do produto na Europa. Assim, o número de engenhos na Paraíba elevou-se a 20. Alguns deles foram vendidos aos holandeses ou foram confiscados em virtude de não pagamento dos débitos contraídos. (TARGINO, 2010, p. 1)

O Quadro 1 apresenta a relação dos engenhos existentes na Paraíba durante o domínio holandês.

Quadro 1- Paraíba: Engenhos existente na Paraíba durante o domínio holandês

Nº	Engenhos	Proprietários
1	Tibiri de Cima ou Santa Catarina	Jorge Homem Pinto
2	Tibiri ou São Felipe e Jacó	Jorge Homem Pinto
3	Três Reis Magos	Francisco Camelo Valcassar
4	São Gonçalo	Antonio Pinto de Mendonça
5	São Francisco	Ventura Mendes de Castello
6	Santo André	Jorge Homem Pinto
7	São Cosme e São Damião ou Inhobi	Duarte Gomes da Silveira
8	Engenho Novo	Duarte Gomes da Silveira
9	Espírito Santo	Mense Francen Aurenhout(*)
10	Barreiros	Josias Marschal (*)
11	Do Meio ou São Gabriel (Middelburg)	Isac de Rasiere (*)
12	Velho (em ruínas)	Duarte Gomes da Silveira
13	São João Batista	Jerônimo Cadena
14	Santa Lúcia	João de Souto
15	S. Antônio ou Van der Dussen	João Cornelisz Jongeneel
16	Genipapo	André Dias de Figueiredo
17	Itapoá	Antonio Valadares
18	Miriri	Francisco Álvares da Silveira
19	La Rasiere	Isac de Rasiere(*)
20	São Tiago	Duarte Gomes da Silveira

FONTE: Santana, 1990: p. 157.

Nota: (*) Engenhos vendidos ou confiscados pela Companhia das Índias Ocidentais.

Essa expansão, contudo, não conseguiu se manter durante a guerra de expulsão dos holandeses:

O progresso da atividade canavieira foi, no entanto, interrompido durante a luta contra os invasores. A destruição dos canaviais e dos engenhos fazia parte da estratégia de luta. Era a estratégia da “terra arrasada”, pois os canaviais eram “fonte dos rendimentos dos ocupantes e do erário público e que estavam quase todos incorporados aos bens dos holandeses devido a violentas e abusivas expropriações dos engenhos.”(LEAL, 1989, p. 41). Ao término da expulsão dos holandeses, só havia na Paraíba dois engenhos em funcionamento. (TARGINO, 2010, p. 2)

Ao final da guerra pela expulsão dos holandeses, em 1654, o sistema canavieira da Paraíba estava bastante destruído. No entanto, houve uma rápida recuperação, de modo que no início da década de 60 do século XVII, já havia 42 engenhos em funcionamento (PINTO, 1977).

Os engenhos passaram por modificações. O antigo engenho São Cosme e São Damião passou a ser chamado de engenho Cumbe, que devido ao favorecimento de sua estratégica situação, facilitava o embarque aos portos para escoar o açúcar como também apresentava um maior suprimento de água e de mata para o seu funcionamento que os demais engenhos, ficou conhecido como o mais importante engenho da Paraíba e deu nome ao povoado até o final do século XVIII. O povoado da atual Santa Rita, teve o nome de Cumbe até 1776, quando foi construída a Igreja de Santa Rita momento em que adotou o nome de sua santa padroeira. Sobre o povoado de Cumbe, Santana relata os seguintes fatos:

Nascido sob o signo do açúcar, o povoado do Cumbe teve a sua evolução subordinada e condicionada ao crescimento e retração da produção açucareira, confundindo-se e sendo um reflexo desta, dependendo da conjuntura externa e de fatores de ordem interna, como as secas e enchentes periódicas e a peste, as destruições provocadas pelas lutas contra os holandeses, além dos prejuízos causados pelos inquéritos e condenações do Santo Ofício e pela perene dependência a Pernambuco. (SANTANA, 1990, p.159)

Essa autora ainda afirma que além da supervisão do funcionamento do Engenho Tibiri e da produção a ser comercializada, a presença de funcionários da coroa no povoado era necessária também, para pesar todo o açúcar produzido na capitania cujo destino seria o mercado internacional e com base nos relatos de Antonio Gonçalves da Páscoa em sua obra “Descrição da cidade e Barra da Paraíba” datado de 1630, menciona que, após o primeiro ano da instalação do engenho Tibiri a “Balança de peso” foi transferida para Filipéia de Nossa Senhora das Neves, fato ocorrido devido ao pequeno porte de suporte de carga para o

transporte do açúcar através de barcos, enquanto que no Varadouro tal suporte para o transporte era três vezes maior. (SANTANA,1990). Na realidade, a transferência da Balança de peso para o Varadouro visava impedir a evasão do açúcar paraibano para o Recife e assim assegurar a cobrança de dízimos reais pela Capitania, pois o contrabando do açúcar produzido na Paraíba para Pernambuco, ocorria freqüentemente.

O contrabando do açúcar da Capitania da Paraíba foi tão intenso nas primeiras décadas do século XVII, que o Estado Português se viu obrigado a impedi-lo recomendando ao Governador Feliciano Coelho de Carvalho a verificação da forma de embarque do açúcar ali produzido, ou seja, se o embarque era feito por conta dos senhores de engenho diretamente do Varadouro, ou pelos mercadores do Recife.

As trocas desfavoráveis do açúcar paraibano por especiarias oriundas da Europa, tais como: vinho, figos, azeite, trigo dentre outros objetos de luxo, executadas pelos senhores de engenhos, desfavorecia o crescimento econômico da Capitania da Paraíba. A remessa da produção de açúcar da Paraíba era recebida pelos mercadores pernambucanos com descontos, sempre inferior ao preço do mercado, que colocava a Capitania da Paraíba em situação difícil. Mas o que tornou ainda mais grave a situação econômica dessa capitania foi a criação do regime de adiantamento com base nas safras pendentes, uma vez que essa relação sujeitava uma série de imprevistos e manobras dos agiotas através da inflação de créditos, que eram sempre reduzidos aos senhores de engenhos da Paraíba, gerando assim uma situação de dependência cada vez mais acentuada.

A dominação dos comerciantes de Pernambuco sobre os produtores da Paraíba tornou-se tão intensa que nas últimas décadas do século XVII a Nova Carta Régia determinou que todo o algodão e todo açúcar produzido na Paraíba fossem recolhidos no Varadouro. Contra essa determinação se insurgiram os senhores de engenho que representados pela Câmara da Paraíba não obedeceram à ordem real e assim todos os navios enviados a Filipéia para carga de açúcar sempre voltavam vazios.

Nas primeiras décadas do século XVIII, momento da primeira grande crise açucareira no comércio mundial, os agiotas de Pernambuco abandonaram os senhores de engenhos da Paraíba, tal fato contribuiu para uma desvalorização comercial ainda maior, do açúcar paraibano conforme informa Santana.

Sufocada pela subordinação a Pernambuco, face de um Recife erigido em entreposto regional, além da precária situação do açúcar no mercado europeu, somando-se as secas e enchentes periódicas, a descapitalização de sua economia e da evasão cada vez maior de sua mão- de- obra para as Gerais e Cuiabá, em meados do século XVIII, com a Paraíba possuindo diversas vilas e freguesias o Governador de Pernambuco informava em carta

aberta, do desperdício da Coroa em manter uma administração na Paraíba: ‘... nesta limitada Capitania, sem gente nem comercio, com pouco mais de vinte engenhos de açúcar, mal fabricados pela pobreza dos donos... a safra sendo boa não iria a muito mais de seiscentos sacos, que era portanto a que estavam reduzidas as 2.000 caixas de cem anos atrás.’ E, complementado prossegue: ‘Nem mesmo com sua defesa valia a pena gastar mais dinheiro: a cidade da Paraíba não pode ser apetejada nem para invadir, porque além do estar a cinco léguas metida pela terra adentro, não há que saquear nela pela pobreza de seus moradores’. (SANTANA, 1990, p.162)

Além de todas essas situações de desfavorecimento, a economia açucareira da Capitania da Paraíba foi também prejudicada com uma evasão dos negros africanos para Minas, momento em que holandeses, ingleses e franceses passam a dominar o comércio de escravos na África. O comércio de negros e artigos europeus por tabaco e açucars estava centrado na Fortaleza de São Jorge em 1717. A transferência do comércio para costa de Minas no Brasil, burlou o monopólio português, pois dispensava o pagamento de impostos devido às Alfândegas do Reino. Esse contrabando obrigava a passagem dos barcos negreiros pelo Castelo de São Jorge onde era cobrada uma taxa de 10% sobre o valor da carga transportada, encarecendo assim o preço do escravo comprado por segundos aos intermediários.

Após a invasão de açúcar e tabaco na Costa da Mina, ocorreu uma desvalorização do preço aquisitivo desses produtos, pois no comércio de negros era intensificado o uso do ouro e da prata que substituíram o açúcar e o tabaco. Dessa forma a Paraíba tornou-se marginalizada dentro dessa atividade comercial principalmente por competir com Capitânicas economicamente mais fortes, em particular com a de Pernambuco a quem se manteve subordinada juridicamente na segunda metade do século XVIII.

O Capitão-Mor João de Abreu Castello Branco, dando continuidade as suas denúncias, afirmava que na Baía da Traição, vários capitães de navios compravam escravos a troco de ouro em pó e moeda no Castelo de São Jorge. Essas embarcações eram oriundas da Bahia, Pernambuco e do Rio de Janeiro.

Além de todos esses problemas que debilitavam a economia da Capitania da Paraíba, ocorreu em 1725 uma seca que afetou o Nordeste brasileiro, tendo como consequência por quase cinco anos, uma convulsão social causada por peste, assaltos, crimes, fugas de índios e escravos (PINTO, 1977).

A instabilidade econômica e de convulsão social gerou a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, ou seja, a “união” dessas duas capitânicas em 1759, momento em que ocorre uma queda nos preços do açúcar. O objetivo dessa companhia era o

de “soerguer” a economia paraibana. De início, a atuação da companhia foi a de explorar as nossas riquezas, causando desagradados à população, por isso, grande parte dos senhores de engenho pressionaram a Câmara da Paraíba a se opor à empresa monopolista, alegando um crescimento de decadência na Capitania.

Com base em relatos de documentos coloniais, Santana (1990) comenta que no período entre o final do século XVIII e início do século XIX, um novo produto favorece a economia do Nordeste e da Paraíba, o algodão, que contribui para o desenvolvimento e ocupação do interior nordestino e paraibano.

A crise de São Domingos, em 1792, associada às guerras napoleônicas contribuiu para uma elevação do preço do açúcar no mercado mundial. Em 1810 o preço do açúcar brasileiro dispara no comércio internacional e se mantém até o final do século XIX. Apesar de uma conjuntura econômica favorável, a capitania paraibana ainda agonizava na crise, sobretudo pela sua subordinação econômica a Pernambuco. O pequeno número de negociantes pobres subordinados aos comerciantes de Pernambuco, o atraso na agricultura, a ausência de mão-de-obra escrava na produção canavieira e do algodão foram fatores que contribuíram para a permanente crise econômica da Capitania da Paraíba. Além de tudo isso, a dependência dos senhores de engenhos de financiamentos para manter e renovar as fábricas de açúcar na maior parte do século XVIII e o monopólio exercido pela companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba mantinha esses financiamentos de longo prazo e a altos juros o que só aumentava as dívidas dos produtores.

Na passagem do século XVIII para o século XIX, graças à consolidação das lavouras de subsistência, da pecuária e do algodão ocorre um considerável aumento demográfico na Paraíba, incrementando as relações comerciais entre Litoral, Agreste e Sertão. Santa Rita é favorecida nessa conjuntura como informa Santana.

Vizinho a cidade da Paraíba, o povoado de Santa Rita beneficiou-se bastante dessa conjuntura, com o incremento dessas relações, já que o processo de produção gerou a necessidade de uma lavoura de subsistência que, por sua vez, acompanhou a lavoura comercial, sobretudo com o aumento de sua população livre, que começou a se deslocar dos engenhos para o centro. (SANTANA, 1990, p.168)

No início do século XIX, ocorre um renascimento da economia açucareira nordestina, no entanto, com acirrada concorrência com a produção açucareira do sudeste.

Em 1817, ocorre no Recife, um movimento chamado de “Insurreição”, apoiados pela Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará. Esse movimento visava a adoção de um

sistema republicano de governo e o fim da hegemonia Portuguesa no Nordeste brasileiro. Santa Rita tem uma participação considerável nessa rebelião.

Detentora de grande parte dos engenhos da Paraíba, Santa Rita participou da rebelião, sob a liderança dos senhores de engenho, Amaro Gomes Coutinho, proprietário do Engenho do Meio, e do Cel. Estevão José Carneiro da Cunha, senhor do engenho Tibiri, juntamente com seus escravos e moradores. O primeiro foi sacrificado pela repressão monárquica em Recife, e o segundo conseguiu fugir para Inglaterra, de onde voltou anistiado em 1821, conseguindo eleger-se Presidente da Junta Governativa da Província da Paraíba, nas eleições de novembro de 1822. (SANTANA, 1990: p.169)

Em 1823, a pedido de Estevão José Carneiro da Cunha, é autorizado pelo Império o funcionamento de uma feira livre semanal em frente à Igreja de Santa Rita, nesse mesmo ano, foram criadas as aulas primárias em Bananeira, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo e Serra da Raiz; cadeiras de Latim em Pilar, Vila Nova da Rainha e Souza. Ainda como expressão da evolução sócio-econômica, é criada a freguesia de Santa Rita pela lei nº2, de 20 de fevereiro de 1839, pelo Presidente João José de Moura Magalhães. Na última década do século XIX, ocorre à construção do engenho Central São João, único engenho central a se estabelecer na Paraíba.

A economia nordestina e paraibana apesar dos benefícios proporcionados por uma conjuntura internacional favorável retorna as crises que são uma constante na história da economia açucareira em virtude da dependência do mercado externo. No final do século XIX, a descapitalização dos produtores fazia com que permanecessem os processos tradicionais de produção. A cana crioula que chegou a Paraíba nos fins do século XVI, quando da instalação dos primeiros engenhos, foi utilizada até o início do século XIX. Em 1810, chega aos engenhos de Pernambuco mostras da Corruptela Caiena – (nativa do Taiti e cultivada na Guiana Francesa) ou Cana Caiana como ficou popularmente conhecida no Brasil. Por ser de maior dimensão, apresentar abundante ramificação, maior quantidade de sacarose e resistência a secas e epidemia substituiu a cana crioula tornando-se predominante juntamente com outra espécie aparentada, a Cana Imperial, praticamente durante as primeiras décadas do século XIX, quando chegaram ao Brasil, na segunda metade do século XIX, outras espécies de canas oriundas de Java e das Maurício.

Até a primeira metade do século XIX, o cultivo da cana na Paraíba baseava-se em trabalho intensivo:

Os produtores enviavam grupos de escravos munidos de enxada e foice, em julho, agosto e começo de setembro, para as áreas montanhosas do Agreste e entre setembro e novembro, para as áreas de massapé do Paraíba, para que plantassem curtos pedaços (nós) de

cana em sulcos. Após duas semanas, os nós da cana enraizavam e rebentavam em folhas, e rebentos, entremeados de outros rebentos daninhos que por sua vez, tinham que ser removidos para que a cana pudesse prosperar. (SANTANA, 1990, p.174)

A partir de 1850, visando modernizar a produção açucareira da Província da Paraíba, o Presidente Antonio Coelho de Sá Albuquerque, produtor da Capitania de Pernambuco, inicia na várzea canavieira do Paraíba o uso do arado, distribuindo alguns desses instrumentos entre os produtores da região, enviando também um prático escravo para ensinar o uso do arado aos lavradores (PINTO, 1977). Nessa época, foram introduzido melhoramentos nas máquinas de roda d'água em vários engenhos.

Ainda na perspectiva de modernizar a agricultura canavieira na Paraíba, em 1855, o Barão de Mamanguape conseguiu autorização da Assembléia para deduzir o imposto de arrecadação sobre o produto, mas todos os fatores mencionados anteriormente como a descapitalização dos produtores, ausência de política de crédito, juntamente com a falta de infra-estrutura e a instabilidade do preço do açúcar no mercado internacional acabaram frustrando as iniciativas para modernização da Província.

Em 1860, a produção canavieira paraibana foi uma das mais críticas, mas a entrada da cotonicultura alivia um pouco a situação econômica e financeira da Paraíba, suplantando o valor do açúcar e contribuindo para construção das primeiras rodovias de penetração para o interior da Paraíba.

A segunda metade do século XIX marca o início da modernização açucareira no sudeste brasileiro, ocorrendo inovações no seu sistema produtivo. Dentre essas mudanças destaca-se a adoção do vapor como força motriz. No Nordeste, Pernambuco e Bahia já utilizavam o vapor como força motriz antes da implantação dos Engenhos Centrais. Na Paraíba, o vapor é adotado a partir da adoção do engenho Central São João em 1880. A entrada tardia da Paraíba no novo sistema gerou descrédito na opinião pública.

As concessões em benefício da produção açucareira na Paraíba foram recebidas com certa desconfiança pelos produtores e acirrou as desavenças entre as classes produtoras, levando o Presidente da Província a condenar os engenhos centrais e a reivindicar em favor da cotonicultura. (SANTANA, 1990, p.194)

Seria um risco para os produtores investir nos Engenhos, uma vez que isso poderia levá-los à ruína, daí o porquê da proposta de dirigir os recursos para produção de algodão.

A concessão do Engenho Central na Paraíba data do início da década de oitenta do século XIX, quando a Companhia de Engenhos Centrais, formada por capital holandês obteve

a concessão de um engenho na várzea do Paraíba (MARIZ,1939). No entanto, a sua construção só ocorre alguns anos mais tarde:

Em meio a grandes festejos, a 20 de agosto de 1885 iniciou-se a construção do Engenho Central São João (na freguesia de Santa Rita, município da capital), com a finalidade de “melhorar o fabrico do assucar de canna mediante o emprego de aparelhos modernos e aperfeiçoados”. (SANTANA, 1990, p. 195)

O Engenho Central São João já nasce em meio a dificuldades por conta dos investimentos e prazos estabelecidos pelo Governo Imperial para sua conclusão, além disso, a escassez de cana para suprir as necessidades da fábrica se apresentava como um grande problema. Com a chegada da República, ocorreram modificações nas concessões dos engenhos centrais, adotando uma lei republicana que permitia e incentivava a companhia a plantar cana.

Em 09 de março de 1890 Santa Rita é elevada a categoria de Vila pelo Presidente Venâncio Neiva, através da Lei nº 10. No entanto, por motivos políticos o município de Santa Rita é extinto pela lei nº 9 de 17/12/ 1892, sancionada pelo Presidente Álvaro Machado.

Em 1912, Santa Rita contempla um aumento demográfico, apesar das crises do açúcar, graças ao desempenho de suas fábricas e conseqüentes aumentos de suas receitas.

...em 1912, conta com uma auspiciosa Fábrica de Tecidos – a Tibiri – Companhia de Tecidos Paraibana, fundada em maio de 1892, com 200 teares e cerca de 260 operários, duas Usinas de açúcar (São João e Santa Rita) uma movida a eletricidade e outra a vapor, 25 engenhos de açúcar e aguardente moentes... (SANTANA, 1990: p.206).

Assim, o início do século XX é marcado por uma série de iniciativas econômicas que fortaleceram a estrutura produtiva local, contribuindo para o aumento da população daquela vila. Em 1924, a Vila de Santa Rita é elevada a cidade. Através da Lei n. 613, o Presidente da Província, João Suassuna, eleva Santa Rita à cidade. A autonomia política, no entanto, teve curta duração, em virtude da disputa dos dois principais grupos econômicos e políticos da época: os Ribeiro Coutinho que já tinham consolidado o poder açucareiro em toda a várzea e eram egressos do perrepsismo, de um lado, e os Velloso Borges, proprietários da fábrica têxtil de Tibiri (Companhia de Tecidos Paraibanos), da corrente aliancista e, portanto, ao recém-assassinado presidente João Pessoa. Para não ferir os interesses de um dos grupos, a saída encontrada por Antenor Navarro foi anexar as terras santarritense ao município da capital. Na sequencia histórica, esses dois grupos vão se unir e formar um único grupo que deteve o controle político e econômica de toda a zona canavieira do Estado, o chamado “grupo da Várzea”.

2.2.3. Organização do espaço agrário municipal

Como já mencionado anteriormente, a história da ocupação inicial do espaço paraibano foi marcada pela introdução da atividade canavieira em solos que hoje formam o município de Santa Rita.

Para Moreira (1983), a atividade canavieira é introduzida na Paraíba a partir da doação das primeiras sesmarias no baixo vale do Paraíba, na segunda metade do século XVI. Nos primórdios do século XVII, já existia ali uma boa quantidade de engenhos.

A Coroa portuguesa desde a conquista do território organizou o espaço agrário paraibano, começando pelo que corresponde ao do atual município de Santa Rita, adotando o mesmo processo estabelecido no litoral oriental nordestino, com a implantação dos engenhos cujo objetivo era explorar e produzir a cana-de-açúcar em grandes dimensões, tendo em vista o fabrico do açúcar para exportação. Nesse contexto, o plantio da cana de açúcar em grande escala, contribui para a formação de latifúndios e para a introdução do trabalho escravo, objetivando atender as necessidades do mercado europeu de açúcar da época. Nos engenhos observam-se também outros tipos de mão - de-obra, como relata Viana e Moreira (2002):

Os engenhos utilizavam juntamente com a mão-de-obra escrava, o trabalho de portugueses pobres nas atividades de administração (o feitor-mór, o feitor-de-campo, o feitor-de-moendas, etc.) e também nas atividades técnicas (mestre de fazer açúcar, mestre purgador, caixeiro, etc.). E fora dos engenhos, nas suas vizinhanças, se aglutinavam pessoas dedicadas a pequenas atividades: os carpinteiros, os ferreiros, os mecânicos e outros (Lima e Moreira, 2002).

Viana e Moreira (2002), ainda relatam que nos períodos de expansão e de retração do sistema canavieiro no nordeste brasileiro e de forma particular em Santa Rita ocorreram e ocorrem mudanças internas na estrutura produtiva.

Do início do século XVI à primeira metade do século XVII, foi notória uma acelerada expansão do cultivo de cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil. Na segunda metade do século XVII, ocorreu uma retração da atividade canavieira no espaço nordestino em função da entrada das Antilhas no mercado internacional do açúcar, como também pelas mudanças de poder hegemônico no cenário mundial paralelamente associada à queda de Portugal como potência colonial. Todo esse cenário contribui para mudanças internas na atividade açucareira do Nordeste, conforme expõem Lima e Moreira (2002)

A nova organização do mercado internacional de açúcar é responsável pela crise de acumulação e de realização que se abaterá sobre o sistema canavieiro nordestino, a partir da segunda metade do século XVII, provocando profundas modificações na sua organização interna. Estas se refletirão nas relações de trabalho (LIMA e MOREIRA, 2002).

A crise do sistema e a elevação do preço de escravos no mercado dificultavam um maior e melhor desempenho das atividades açucareira dos senhores de engenho. Para contornar essa situação foi permitida a entrada e permanência de camponeses nos engenhos, com o objetivo de substituir gradativamente o trabalho dos escravos nos engenhos. Surge assim, o sistema de moradias nessas unidades produtivas. Lima e Moreira fazem os seguintes comentários sobre tais moradores:

Esses moradores eram camponeses, desprovidos de terra e que recebiam do senhor de engenho a autorização para morar nas suas propriedades, podendo cultivar uma roça Mas para usufruírem tal benefício tinham que prestar serviços ao senhor (moradores de condição ou cambãozeiros), ou pagar certa quantia em dinheiro como forma de renda fundiária (moradores foreiros) (LIMA e MOREIRA, 2002).

Nos últimos anos do século XIX, surgem novas mudanças no espaço agrário municipal com a criação do primeiro Engenho Central, nas áreas de várzeas de Santa Rita. Como já referido anteriormente, o Engenho Central São João já nasce com uma série de problemas e, em pouco tempo, é transformado em usina de açúcar. Lima e Moreira (2002) relatam a importância da família no controle das primeiras usinas de Santa Rita.

... as primeiras usinas paraibanas instalaram-se justamente no município de Santa Rita (Usina São João e Santa Rita), à qual se somou a Usina Santana, todas pertencentes à maior oligarquia rural da várzea do Paraíba: a família Ribeiro Coutinho. Com elas tem lugar um aumento da concentração fundiária e a ampliação do trabalho assalariado que vai aos poucos substituindo o trabalho permanente dos moradores e arrendatários. (LIMA e MOREIRA, 2002)

Ainda na visão desses autores, até meados da década de 70, permanecem no Município de Santa Rita apenas as três usinas citadas no parágrafo anterior.

Todas as informações aqui relatadas confirmam a importância da atividade agro-açucareira na ocupação e organização do espaço agrário das terras que hoje formam o município de Santa Rita, contribuindo para o povoamento e a evolução do espaço geográfico santarritense ao longo do tempo. O próximo capítulo será dedicado ao estudo das transformações recentes ocorridas no espaço agrário municipal.

CAPITULO III - MUDANÇAS NA PRODUÇÃO CANAVIEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA-PB, DO PROÁLCOOL AOS DIAS ATUAIS

Durante a década de 1960, mais precisamente entre a safra de 1961/62 e a de 1971/72, o Brasil experimentou um crescimento de 50% na produção de açúcar. Esse crescimento foi motivado, de um lado, pelas exportações de açúcar, que cresceram 106%, estimuladas pelos preços internacionais favoráveis, e, de outro lado, por políticas de apoio ao setor canavieiro². Em compensação, o consumo interno só cresceu 38%.

O descompasso entre aumento da produção e o aumento do consumo interno indicava a existência de uma superprodução, afetando para baixo os preços internacionais do açúcar. A situação relativa do setor canavieiro nordestino tendia a se agravar, uma vez que o crescimento da produção estava concentrado na região Sudeste. Com efeito, a participação do Nordeste na produção de cana-de-açúcar declina de 46%, na safra 1956/57, para 34%, na safra 1966/67. Na Paraíba, esse movimento de queda também se registrou: de 2,16% para 1,66% (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991).

Esse quadro só foi revertido graças aos choques do petróleo da década de 1970, que obrigou o Brasil a implantar um novo programa para setor: o PROALCOOL. Esses fatos evidenciam como o Estado, desde o início da colonização, tem dado sustentação ao capital açucareiro. Ancorada no Estado a produção canavieira, que sempre comandou o “*o processo de organização do espaço da porção oriental do Estado da Paraíba*” (MOREIRA e TARGINO, 1997, P.65), mais uma vez vai exercer esse papel tanto sob o Proalcool, quanto sob o Programa Nacional de Agroenergia, lançado na década de 2000. Esse capítulo objetiva, exatamente, examinar como a organização do espaço agrário santarritense reagiu a esses novos/velhos condicionantes.

3.1. O Proalcool e as mudanças no espaço agrário de Santa Rita

A organização da produção da atividade canavieira na Zona da Mata Nordestina e paraibana sofreu mudanças profundas com a criação e implantação do Proálcool nesses espaços, em meados da década de 70. A partir desse momento a cana-de-açúcar passa a ocupar os espaços, principalmente no litoral paraibano, que antes produziam culturas

² Para poder atender a demanda externa crescente, em decorrência da crise cubana, o governo brasileiro passou a subsidiar fortemente a produção canavieira e a disponibilizar recursos para o crédito. No início dos anos 1970, o governo preocupava-se com o baixo nível de produtividade, tendo criado três programas que objetivavam atacar esse problema: o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar), o Programa de Racionalização da Indústria Açucareira; e o Programa de Apoio à Indústria, Açucareira.

alimentares ou ainda permaneciam com sua vegetação natural original. Dentro desse contexto o espaço agrário de Santa Rita, objeto do presente estudo, sofreu alterações significativas, proporcionadas pelo Proálcool.

Na Paraíba, até 1970, a produção canavieira se concentrava nos seguintes municípios: Mamanguape, Sapé, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, São Miguel de Taipu, Juripiranga, Caaporã, Pedras de Fogo, na faixa litorânea, Borborema, Serraria, Cuitegi, Pilões, Areia, alagoinha, Alagoa Grande e Alagoa Nova na mesorregião do Brejo Paraibano. Segundo Moreira e Targino:

O plantio da cana era restrito às áreas de condições naturais mais favoráveis, tais como as áreas úmidas do Brejo e as áreas mais largas do Litoral. Os tabuleiros costeiros constituíam um limite natural à expansão da cana, em função, sobretudo da baixa fertilidade dos seus solos. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.105)

Toda essa expansão ou avanço da cultura canavieira foram incentivados pela política proposta pelo Proálcool que visava atender as necessidades econômicas e energéticas da conjuntura nacional daquele momento.

O Proálcool foi um projeto criado em 5 de novembro de 1975, com o objetivo de combater a crise do petróleo ocorrida em 1973. Naquela oportunidade, ocorreu um aumento considerável do preço do barril de petróleo, afetando a balança de pagamento dos países importadores desse produto. (PEREIRA e MOREIRA, 1996, p.20).

A importância de colocar em prática esse projeto em nível nacional é comentada por Silva, Romildo dos Santos conforme o exposto a seguir.

A experiência brasileira com a produção e utilização de álcool e o seu parque industrial açucareiro já existente, foram de fundamental importância para implantação do Proálcool que viria a ser o grande substituto do petróleo. Nestes termos era necessário apenas organizar a indústria açucareira do país para a produção de álcool e estimular a indústria automobilística nacional para consumir o novo produto. Foi neste período que as usinas de açúcar do estado começaram a receber gordos incentivos, na forma de crédito subsidiados a juros negativos, para implantarem/ anexarem as destilarias de álcool às usinas já existentes, (SILVA, 1993: 07)

Diante da exposição acima, ficam claras as estratégias de alavancar a economia sucroalcooleira brasileira, modernizando as tradicionais instituições industriais de açúcar e álcool e ao mesmo tempo e incentivando a instalação de novas unidades tecnologicamente mais avançadas. Os estímulos fornecidos pelo governo Federal contribuíram de forma significativa para modernização da produção, ampliação das áreas produtivas, intensificação do uso de fertilizantes, herbicidas e a utilização de outros tipos de cana adaptadas as novas condições ecológicas. (EGLER e TAVARES, 1984).

Dentre as principais mudanças proporcionadas pelo Proálcool na Paraíba, podem ser apontadas: aumento da área cultivada com cana-de-açúcar, levando a uma redefinição da região canavieira no Estado, incorporando novos municípios e ampliando as fronteiras dos tradicionais municípios produtores; fortalecimento das relações de trabalho assalariadas, aumento do grau de mecanização, mudança na composição dos custos de produção com a redução do peso do salário e aumento dos itens relacionados a insumos mecânicos e químicos, introdução de novos cultivares, redução da área de matas naturais, fortalecimento do parque industrial, etc. (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Essas mudanças ocorridas no cenário estadual também foram observadas no espaço agrário de Santa Rita. Os dados contidos na Tabela 1 dão fundamentação factual aos seguintes aspectos:

Tabela 1 – Santa Rita: Indicadores da evolução da organização agrária municipal entre 1970 e 1980

Especificação	1970	1980
Pessoal ocupado	7.014	6.195
Responsáveis e membros não remun. da família	4.897	1.180
Empregado permanente	657	1.125
Empregado temporário	1.459	1.842
Parceiro	-	2
Outras condições	1	2.046
Nº de tratores	65	150
Arados animal	25	15
Arados mecânicos	36	90
Valor da produção agropecuária*	8.944	591.513
Valor da produção animal*	581	11.865
Valor da produção vegetal*	8.258	578.051
Rebanho bovino	2.992	3.369
Área de Matas (hectares)	11.023	6.840
Quantidade produzida de cana-de-açúcar (t)	203.127	518.250
Área plantada com cana-de-açúcar (ha)	5.868	12.823

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

Nota: (*) Valores correntes.

- a) Expansão da área cultivada com cana: segundo o censo agropecuário de 1970, a área cultivada com cana-de-açúcar era da ordem de 5,8 mil hectares; dez anos

depois, a área recenseada era de 12,8 mil hectares. Verifica-se, portanto, que numa década, a área cultivada cresceu 220%. Em consequência, houve um crescimento expressivo na produção de cana: de 203,1 mil toneladas, em 1970, para 512,3 mil toneladas, em 1980. Como a expansão da produção foi superior à da área, tem-se uma elevação da produtividade por hectare de 16,8%. Essa forte expansão da cana implicou em expressivo crescimento da produção canavieira na produção vegetal do município, passando de 50,2, em 1970, para 90,9%, em 1980.

- b) Substituição da área de lavouras alimentares: em parte, a expansão canavieira se deu em detrimento da produção de lavouras alimentares, particularmente da mandioca, cuja área cultivada caiu de 1.214 para 248 hectares, nos dois anos censitários. A área cultivada com feijão e milho não sofreu grandes alterações. Apenas a cultivada com abacaxi aumentou de 13 para 128 hectares, reforçando as atividades agrícolas voltadas diretamente para o mercado.

Tabela 2 – Santa Rita: Evolução das principais lavouras (1970 – 1980)

Principais produtos	1970		1980	
	Quantidade	Área	Quantidade	Área
Coco-da-baía (mil frutos)	1.805	-	2.664	341
Cana de açúcar (t)	203.127	5.868	518.250	12.823
Feijão (t)	60	49	37	54
Mandioca (t)	10.823	1.214	2.417	248
Milho em grão (t)	21	7	20	15
Abacaxi (mil frutos)	1.955	13	2.667	168

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário de 1970 e 1980.

- c) Retração das áreas de mata: a expansão da área cultivada com cana-de-açúcar se deu principalmente sobre as áreas de mata e de cerrado existentes no município (veja figura 4), que cobriam a maior parte dos tabuleiros (veja figura 3). Entre 1970 e 1980, a área de matas reduziu-se de 11.023 para 6.840 hectares. Basta comparar esses dados com os da expansão da área cultivada com cana-de-açúcar para se concluir que essa destruição das matas do município foi comandada pelos interesses canavieiros.
- d) Reforço da base técnica da produção: a implantação do Proalcool trouxe consigo um avanço expressivo da modernização do processo produtivo na agricultura, particularmente com a mecanização e quimificação. Como essa modernização não foi acompanhada de uma mudança na estrutura fundiária, ela tem sido chamada de

modernização conservadora, na medida em que reforçou a estrutura de poder dos proprietários e acentuou o processo de exclusão social (GRAZIANO, 1982). Em Santa Rita, a comparação dos dados censitários de 1970 e 1980 é bastante ilustrativa. O número de tratores cresce mais do que duplica, passando de 65 para 150, devendo ser ressaltado que são os tratores de maior potência os que experimentam maiores incrementos. O número de arados de tração mecânica sobe de 36 para 90. O processo de modernização é também ressaltado ao se comparar a composição das despesas dos estabelecimentos agrícolas do município, conforme os dados apresentados na Tabela 3. Destaca-se, de modo particular, o aumento da participação das despesas com adubos e corretivos, que passaram de 4% para 22%.

Tabela 3 – Santa Rita: Evolução da composição das despesas* dos estabelecimentos agrícolas entre 1970 e 1980

Especificação das despesas	1970	1980
Total	100,0	100,0
Salários	41,8	26,0
Quota parte de parceiros	-	0,0
Arrendamentos de terra	3,8	2,0
Adubos e corretivos	4,0	21,9
Sementes e mudas	3,1	1,0
Inseticidas e fungicidas	0,8	1,3
Ração animal	2,1	0,4
Medicamento animal	0,9	0,0
Serviços de empreitada	5,9	0,0
Juros e despesas bancárias	2,0	5,2
Impostos e taxas	14,5	11,1
Outras	21,1	30,9
Aluguel de máq. e equipamentos	-	2,3
Serviços de empreitada	-	6,1
Transporte	-	1,9
Sacaria e outras embalagens	-	0,0
Combustíveis e lubrificantes	-	18,2
Energia elétrica	-	0,6

Fonte: IBGE – Censos agropecuários de 1970 e 1980

- e) Eliminação de postos de ocupação e avanço do assalariamento: As mudanças na organização do processo de trabalho canavieiro tiveram impactos significativos no nível e na composição do emprego. Podem ser destacados os seguintes aspectos: i) redução no emprego agrícola da ordem de 21,7%; como essa redução foi concomitante com a elevação da produção agrícola municipal, ela só pode ser

explicada pela incorporação de tecnologia, como já foi visto acima, e pela mudança da organização do trabalho, como será discutido a seguir; ii) mudança nas relações de trabalho, alterando de forma bastante forte a composição do emprego agrícola; como pode ser visto na Tabela 1, a redução do emprego esteve restrita à categoria responsáveis e membros não remunerados da família; iii) elevação do emprego assalariado quer sob a forma permanente quer sob a forma temporária, indicando que a expansão canavieira ocorreu sob a intensificação das relações de trabalho nitidamente capitalistas;

- f) Outro impacto importante do Proálcool no espaço agrário de Santa Rita foi a ampliação do parque industrial ligado ao fabrico do açúcar e do álcool. Em 1970, havia no município três usinas (Santa Rita, São João e Santana) que datavam do início do século XX, quando da substituição do sistema engenho pelo sistema usina. Com os incentivos do Programa Nacional do Álcool, foram construídas três destilarias anexas às antigas usinas e três destilarias autônomas: Jacuípe, Japungu e Miriri (veja Figura 6).

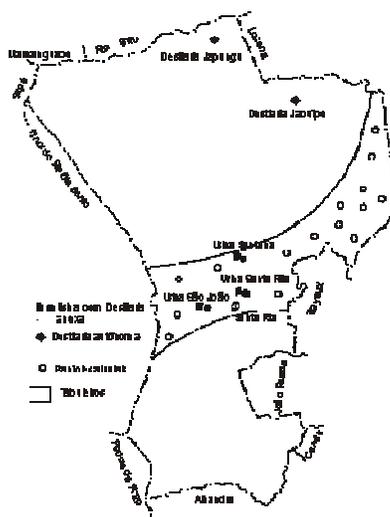


Figura 6 - Santa Rita – Localização das usinas e destilarias (Esboço Cartográfico)

Fonte: Transcrito de Lima e Moreira – 2002

- g) Com a introdução das novas destilarias autônomas houve também a quebra do monopólio exercido pela família Ribeiro Coutinho sobre a organização social, política e econômica do município. As novas unidades industriais pertencem ao

grupo Cavalcante de Moraes, sediados em Pernambuco. A respeito da presença de grupos empresariais mais modernos, Lima e Aragão comentam:

Um aspecto importante do ponto de vista da eficiência produtiva do setor sucro-alcooleiro na Paraíba é o de que enquanto as usinas continuavam sob o domínio de grupos familiares, a chamada oligarquia açucareira dominante, as destilarias surgiram em sua maioria, sob o domínio de grupos empresariais de Pernambuco. O declínio das usinas e a concentração em alguns poucos grupos faz parte de um mesmo processo, associado à perda de controle dos grupos familiares e, em contrapartida, tem-se a predominância crescente de grupos empresariais no setor que centralizaram a atividade. Entretanto, embora a atividade canvieira passasse das mãos de uma oligarquia tradicional para as mãos de grupos econômicos capitalizados que introduziram técnicas modernas de gestão e continuaram o processo de modernização tecnológica do setor, a concentração da terra continuou e o latifúndio assumiu um novo caráter de dominação. (Lima e Aragão, 1999, p. 4-5).

Mediante a exposição dos pesquisadores supracitados, fica claro que as mudanças na atividade canvieira com o repasse de controle de grupos de famílias tradicionais para grupos empresariais modificam apenas a estrutura produtiva do setor, principalmente com a introdução de tecnologias modernas, no entanto, permanece a concentração de terras, o que caracteriza um processo de modernização conservadora.

- h) A ampliação do parque industrial teve como consequência imediata o aumento da produção municipal de açúcar e do álcool, como pode ser visualizado na tabela 4. A produção municipal de açúcar elevou-se em 71,14% e a de álcool de 21 m³, na safra de 1975/76, passou para 12^o,3 mil m³, na safra de 1985/86.

Tabela 4 – Santa Rita: produção de açúcar e de álcool, segundo usinas e destilarias nas safras de 1975/76 e 1985/86

Unidade industrial	Açúcar (saca de 50 kg)		Álcool (m ³)	
	1975/76	1985/86	1975/76	1985/86
S. Rita	119.145	211.308	21	-
Santana	148.682	559.100	-	9.493
S. João	428.300	420.980	-	19.952
Jacuípe	-	-	-	19.381
Japungu	-	-	-	28.020
Miriri	-	-	-	43.535
Total	696.127	1.191.388	21	120.381

Fonte: ASPLAN, Relatórios de Produção, vários anos.

Se o Proálcool, do ponto de vista estritamente econômico pode ser considerado um sucesso, na medida em que dinamizou a atividade canvieira municipal, o mesmo não se

pode afirmar no tocante aos aspectos ambientais e sociais. Na verdade ele contribui para o desenvolvimento de uma série de problemas sociais e econômicos que afetaram, principalmente, os trabalhadores canavieiros. Com efeito, o conjunto das mudanças vai refletir sobre as condições de vida dos trabalhadores. Moreira destaca tais impactos ao afirmar:

No apogeu, o Proálcool expulsou maciçamente os moradores do campo, transformando-os em assalariados bóias-frias. Todavia, apesar de expulsar o trabalhador da terra, o Proálcool não foi capaz de cortar sua vinculação com a atividade agrícola. Parte significativa dos trabalhadores expulsos continuou vinculada à agricultura, na condição de assalariado. Por outro lado, o avanço da cana sobre novas áreas e várias culturas, tornou a agricultura e o emprego das regiões canavieiras antigas e recentes, cada vez mais dependentes daquele produto, cujo desempenho estava atrelado a um programa cuja manutenção era extremamente crítica. Uma crise na atividade canavieira a partir de então, teria conseqüências desastrosas para o emprego. (MOREIRA 1996:145).

Na verdade, o predomínio quase que absoluto da cana-de-açúcar sobre o espaço agrário municipal, tornou-o efetivamente bastante sensível às oscilações do mercado desse produto, como será visto a seguir.

3.2 A crise do Proalcool e a desarticulação do espaço canavieiro municipal

Duas ordens de fatores principais contribuíram para a crise do Programa Nacional do Álcool e, em conseqüência para a crise do setor canavieira do município de Santa Rita. Em primeiro lugar, tem-se a queda do preço internacional do petróleo de US\$ 35,69, em 1980, para US\$ 12,95, em 1986. Essa forte retração do preço do petróleo no mercado mundial tornou praticamente inviável o Proalcool, que tinha como objetivo principal a redução do consumo de gasolina. Em segundo lugar, diante de uma grave crise externa, o Brasil se viu obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional como forma de conseguir recursos externos para cobrir o déficit no seu balanço de pagamento.

A crise do Proálcool vai se refletir fortemente no sistema canavieiro paraibano, conforme pode ser percebido pelos seguintes aspectos:

- a) Retração na área e na quantidade produzida de cana-de-açúcar: o sinal maior da crise que se abateu sobre o sistema foi a redução na produção da cana-de-açúcar. Como pode ser observado na tabela 5, tanto a produção quanto a área cultivada sofreram uma retração da ordem de 19,7% e de 36,4%, respectivamente, entre 1985 e 1995. Como a queda na área cultivada foi mais intensa (quase o dobro) do que na quantidade produzida, tem-se uma forte diminuição na produtividade física: de 59,6

toneladas por hectare, em 1985, foi registrado um rendimento médio de apenas 47,1 toneladas por hectare.

Tabela 5 – Paraíba: Evolução da área, da quantidade e do rendimento médio da cana-de-açúcar (1985/1995)

ANOS	Área colhida (ha)	Variação %	Quantidade produzida (t)	Variação %	Rend. Médio (t/ha)
1985	178.351	66,0	10.646.134	104,2	59,6
1990	156.449	-13,9	8.282.781	-28,5	52,9
1991	154.922	-0,98	8.115.401	-2,02	52,3
1992	152.454	-1,60	7.914.930	-2,47	51,9
1993*	92.731	-39,17	1.837.607	-76,78	19,8
1994	114.390	23,35	4.586.335	149,58	40,0
1995	143.709	25,63	6.775.755	47,73	47,1

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1985-1995.

Nota: (*) Os dados de 93 foram fortemente afetados por uma grande seca, com reflexos também na produção de 1994.

- b) Diminuição da produção de açúcar e de álcool: Essa redução na quantidade produzida de cana-de-açúcar foi acompanhada de retração na produção de açúcar e de álcool. De acordo com os dados da tabela 6, a produção de açúcar e de álcool na Paraíba experimentou uma queda de 61,6% e de 39,5%, respectivamente, entre as safras de 85/86 e de 96/97.

Tabela 6 – Paraíba: Produção de açúcar e álcool segundo as usinas e destilarias (1985/86 e 1996/97)

Usinas/Destilarias	Local Munic.	Açúcar (saca 50kg)		Álcool (m ³)	
		1985/86	1996/97	1985/86	1996/97
Usina M. Alegre	Mamanguape	395.750	509.546	-	-
Usina S. Helena	Sapé	680.019	-	12.311	-
Usina S. Maria	Areia	434.630	-	10.799	-
Usina S. Rita	S.Rita	211.308	-	-	-
Usina Santana	S.Rita	559.100	324.723	9.493	-
Usina S. João	S.Rita	420.980	343.261	19.952	11.775
Usina Tanques	Alagoa Grande	370.589	-	-	-
Destilaria Giasa	Pedras de Fogo	-	-	45.285	46.042
Destilaria Borborema	Pirpirituba	-	-	2.423	-
Destilaria Jacuípe	Lucena	-	-	19.381	14.416
Destilaria Japungu	S.Rita	-	-	28.020	41.942
Destilaria Miriri	Sapé	-	-	43.535	27.065
Destilaria Pemel	Rio Tinto	-	-	60.030	23.369
Destilaria Tabu	Caaporã	-	-	40.250	21.677
Destilaria Una	Sapé	-	-	16.676	-
Paraíba		3.072.376	1.177.530	308.155	186.286

Fonte: ASPLAN, Relatórios de Produção, vários anos.

- c) Fechamento de várias unidades industriais: a contração da produção interna, resultante dos fatores anteriormente comentados, levou ao fechamento de várias unidades industriais, conforme os dados da tabela 7.

Tabela 7 – Paraíba: Evolução das usinas e destilarias anexas e autônomas (1975 /76-1996/97)

Safras	Usinas	Destilarias anexas	Destilarias autônomas	Total de unidades*
1975/76	7	2	0	7
1976/77	7	1	0	7
1977/78	7	2	2	9
1978/79	7	3	3	10
1979/80	7	3	4	11
1980/81	7	3	4	11
1981/82	7	4	4	11
1982/83	7	4	6	13
1983/84	7	4	6	13
1984/85	7	4	7	14
1985/86	7	4	8	15
1986/87	7	5	8	15
1987/88	7	5	8	15
1988/89	7	3	9	16
1989/90	7	5	9	16
1990/91	6	5	9	15
1991/92	6	5	9	15
1992/93	6	4	9	15
1993/94	4	1	5	9
1994/95	3	1	6	9
1995/96	3	1	7	10
1996/97	3	2	7	10

Fonte: Aragão e Pakman, 1993.

Nota: (*) As usinas e suas destilarias anexas são consideradas uma única unidade industrial

Como pode ser observado que após atingir um total de 16 unidades industriais em operação na safra de 1988/89, há um expressivo número de fechamento de empresas. Chama-se a atenção para o fato da crise ter atingido mais fortemente as usinas e as destilarias anexas, pertencentes a grupos açucareiros tradicionais. Das sete usinas de açúcar existentes no Estado, apenas três conseguiram manter-se no mercado, duas delas tendo mudado de titularidade. As destilarias autônomas, de propriedade de grupos de açucareiros de Pernambuco conseguiram atravessar a crise.

d) Conversão produtiva do uso do solo: a crise que se abateu sobre o sistema canavieiro do Estado, teve um impacto importante nas formas de uso do solo. De modo geral, houve uma retração da cana: i) em todo o Brejo Paraibano, sendo substituída pela banana e por lavouras alimentares; ii) no Agreste, sendo substituída pela pastagem plantada e pelo abacaxi; iii) nas áreas de tabuleiros pertencentes às usinas que faliram, tendo sido significativo o número de Projetos de Assentamentos aí criados (TARGINO, MOREIRA e MENEZES, 2007), tendo havido uma forte substituição por lavouras alimentares e pelo fruticultura. Só nas áreas de tabuleiro pertencentes às destilarias autônomas foi que não se registrou uma grande retração da lavoura canavieira.

Esses impactos da crise também foram sentidos no município de Santa Rita, podendo ser destacados os seguintes aspectos:

a) Redução da lavoura canavieira: Os dados contidos na tabela 8 mostram a forte retração da área e da quantidade produzida de cana-de-açúcar no município de Santa Rita, durante a década de 1990. Como se pode ver, a área colhida em 2000 representava apenas 51,8% da área colhida em 1990 e a quantidade produzida situava-se em torno de 41% da cana produzida em 1990. Em termos de produtividade por hectare, tem-se que houve uma perda de cerca de 10 toneladas de cana por hectare entre os dois anos anteriormente referidos. De 50 toneladas por hectare, passou para 40 toneladas.

Tabela 8 – Santa Rita: Área colhida e quantidade produzida de cana-de-açúcar (1990/2000)

Anos	Área colhida (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
1990	19.300	965.000
1991	19.300	965.000
1992	19.300	965.000
1993	11.580	289.500
1994	11.589	289.725
1995	11.589	289.725
1996	11.580	521.100
1997	11.580	521.100
1998	11.580	463.200
1999	10.000	400.000
2000	10.000	400.000

Fonte: IBGE - Produção agrícola municipal

- b) Contração da produção de açúcar e de álcool: Na safra de 1985/86, o município produziu 1.191 mil sacas de açúcar; na de 1996/97, a produção foi de apenas 667,9 mil sacas, vale dizer uma diminuição da ordem de 44%. No tocante ao álcool, a contração foi menos acentuada, mas não deixou de ocorrer: 120 mil m³, na safra de 85/86, contra 95 mil m³, na safra de 96/97 (veja Tabela 6). A menor variação negativa na produção do álcool, justifica-se pelo fato da crise ter afetado mais fortemente as usinas do que as destilarias autônomas, conforme comentado anteriormente.
- c) Fechamento de unidades industriais e transferência de titularidade: Santa Rita detinha uma forte concentração de unidades industriais. Das 16 usinas e destilarias existentes na Paraíba em 1990, 6 encontravam-se nesse município (3 usinas e destilarias anexas e 3 destilarias autônomas). No final da década, uma usina tinha falido, uma estava sem moer, tendo depois mudado a titularidade. Antes do Proalcool, toda a atividade canavieira municipal estava nas mãos da família Ribeiro Coutinho. No final dos anos noventa, apenas a usina São João continuava pertencendo a membros dessa família.
- d) Mudança na composição da produção agrícola: a retração da cana foi compensada com a expansão de outras culturas, com destaque para o abacaxi, que teve a sua área cultivada expandida de 200 hectares em 1990, para 3.450 hectares e a sua produção de 5,4 milhões de frutos para 103, milhões, passando a ocupar a posição de maior produtor de abacaxi do Estado. No início da década, a cana representava 91,5% do valor da produção de lavouras temporárias de Santa Rita e o abacaxi 6,4%. Em 2000, a cana contribuía com 30% do valor da produção do município e o abacaxi com 69,5%. Chama-se atenção para a perda de significação da produção da lavoura alimentar, chegando-se a uma situação em que apenas dois produtos contribuía com 99,5% do valor das lavouras temporárias. Vale também destacar que a mudança do predomínio da cana para o predomínio do abacaxi pode ter tido conseqüências importantes sobre a redução da concentração da renda gerada na agricultura, uma vez que o abacaxi, diferentemente da cana, é também cultivado por médios e pequenos produtores rurais.
- e) Continuidade da destruição das matas: a destruição da mata Atlântica teve continuidade. Em 1980, a área de mata era de 6.840 hectares. De acordo com o

censo agropecuário de 1995/96, essa área foi reduzida ainda mais, somando 2.622 hectares, o que significa uma diminuição de 61,7%.

- f) Redução do nível de ocupação da mão-de-obra: o sinal mais forte da crise da agricultura municipal pode ser percebido pelo nível do emprego na agropecuária municipal. Com efeito, de acordo com o censo de 1995/96, o total de pessoal ocupado era de 2.958, quando em 1980 era de 6.195 pessoas (veja Tabela 1). Diferentemente do que ocorreu na fase de expansão do Proalcool, a destruição no nível de ocupação incidiu principalmente sobre as categorias de empregados temporários (- 1.541) e de empregados permanentes (- 135), entre 1980 e 1995/96. Fato interessante é que essa crise do emprego não redundou em formação de projetos de assentamentos no próprio município, diferentemente do que ocorreu em outros municípios canavieiros. Nesse período, não foi instalado um único projeto de assentamento no município. Este fato pode ser explicado por dois fatores: a) a valorização das terras próximas à cidade de Santa Rita, em decorrência do seu forte crescimento urbano³ e; b) a presença de grupos canavieiros modernos que passaram a dominar a organização canavieira do município.

Ficam, assim, evidenciadas as fortes mudanças provocadas pela crise na organização do espaço agrário de Santa Rita. Com a atual expansão canavieira, podem ser observadas novas transformações, evidenciando que apesar do forte crescimento urbano de Santa Rita a cana-de-açúcar ainda desempenha um papel importante na configuração e organização do seu espaço rural.

3.3 A expansão canavieira atual: aprofundamento do domínio do capital

A década de 2000 vai registrar uma redinamização significativa da produção canavieira no cenário nacional, com desdobramentos na Paraíba e no município de Santa Rita. A retomada da lavoura da cana-de-açúcar está ligada a alguns fatores, podendo ser lembrados: a) o agravamento da crise ambiental mundial que tem trazido para a discussão a necessidade de reduzir as fontes não renováveis de energia na matriz energética mundial, basicamente a premência da substituição do petróleo pelas chamadas bioenergias; b)

³ É ilustrativo o que ocorreu com as terras da usina Santa Rita. Como as suas terras situam-se no limite da cidade, o fechamento da usina não levou à instalação de um Projeto de Assentamento, pois foi objeto de interesse de outros grupos empresariais (instalação de olarias, exploração de areais e loteamento urbano).

mudanças na organização do mercado mundial do açúcar, com as pressões crescentes da Organização Mundial do Comércio contra o protecionismo estabelecido pelos países desenvolvidos aos produtos primários, particularmente as restrições impostas pela União Européia à importação de açúcar; c) elevação do preço internacional do açúcar e do álcool motivada pelo crescimento das economias da China e da Índia; d) pela especulação nas bolsas de futuros que elevou de forma espetacular o preço das principais matérias primas agrícolas; e) política adotada pelo governo brasileiro de fortalecimento das fontes renováveis na matriz energética nacional.

O início do século XXI marca, portanto, um momento de ascensão da produção canavieira, agora voltada para produção de etanol e para a produção do açúcar nas regiões brasileiras. Essa nova etapa é motivada por questões ambientais, oscilações do preço do petróleo, procura por fontes de energias renováveis, o agronegócio dentre outros.

A experiência com o Proálcool tornou o Brasil uma área de referência na produção de álcool como combustível. O país já utiliza 45% de biocombustíveis em substituição à gasolina superando países como os Estados Unidos da América do Norte, que só substituiu aproximadamente 3% do consumo. A produção e área colhida de cana-de-açúcar brasileira, no período de 1975 a 2006 tiveram um aumento respectivo de 211% e 112% (em milhões de toneladas, segundo o Departamento de cana-de-açúcar e da agroenergia).

A previsão feita pelos pesquisadores Carvalho e Carrijo (2007), foi a de que até o final de 2010 a produção de álcool no mundo deveria aumentar para 80 bilhões de litros em apenas 6 localidades: Brasil, EUA, Japão, China, Tailândia e União Européia, substituindo 10% da gasolina consumida no mundo por etanol brasileiro. Atualmente no Brasil a área de plantio da cana é de cerca de 6 milhões de hectares, precisando aumentar 5 vezes esse valor para substituir os 10% de gasolina consumida nesse país. Esse momento promissor da atividade canavieira no Brasil se deve aos seguintes fatores:

Dentre os fatores externos e internos que contribuem para impulsionar a nova expansão da produção de álcool, podemos citar: oscilações e aumento dos preços do petróleo motivado por um ambiente de tensão na região do Oriente Médio, à busca por fontes enérgicas renováveis, o domínio da tecnologia para produção do álcool e aproveitamento de subprodutos da produção como o bagaço na energia e o vinhoto para fertirrigação, o crescimento na demanda de álcool motivadas pela produção de veículos flex e do aumento de consumo de países como China e Índia, questões ambientais que colocam a necessidade de substituição de derivados de petróleo para evitar as emissões de CO₂, necessidade de geração de emprego, dentre outros. (CARVALHO e CARRIJO, 2007, p.10)

O Agronegócio sucroalcooleiro (ou como se intitula, atualmente, como sucroenergético), incentivado por uma política de estado representa um modelo de desenvolvimento econômico agroindustrial, que assume uma configuração ideológica muito forte para maquiagem a imagem da agricultura capitalista, historicamente exploradora do trabalho do homem e concentradora de terra, renda e capital, à medida que se apresenta como gerador de empregos e preservadora do meio ambiente, mas que é, na realidade, uma forma mais evoluída de reconfigurar os espaços produtivos da cana segundo os interesses do capital, conforme expõe Oliveira:

A conjuntura política e econômica favorável ao mercado de etanol a partir de 2005, desencadeou um forte movimento do agronegócio canavieiro em diferentes frentes de expansão no território nacional, fazendo emergir novas(re)configurações geográficas e espaciais, tanto no âmbito do capital como do trabalho, tendo como grande aliado o Estado...Essa é a lógica do sistema metabólico do capital, que na busca da acumulação evidencia seu caráter expansionista e incorporador, diluindo fronteiras e desestabilizando as relações e as formas de organização espacial anteriormente construída, ao mesmo tempo em que cria outras relações para viabilizar a hegemonia do novo segmento produtivo (OLIVEIRA, 2009: 39)

Mais uma vez o modelo capitalista de produção agora, através do agronegócio, vai moldando o espaço em função de suas necessidades de acumulação e expansão, no entanto, como ponto em comum com fases de expansão anteriores da evolução histórica da produção canavieira do Brasil, permanece a tendência à concentração de terras e à exploração da classe trabalhadora, ou seja, uma nova roupagem esconde a real função do modelo de organização espacial que prioriza a valorização do capital.

Na Paraíba, essa nova expansão pode ser confirmada pelos dados relativos à expansão da área cultivada com cana, à quantidade produzida de cana, de açúcar e de álcool. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE), a área plantada com cana de açúcar no Estado passou de 97 mil hectares, em 1999, para 122,5 mil hectares, em 2008, o que representa um acréscimo da ordem de 25%. Em relação à quantidade produzida, entre 1999 e 2008, ela quase que dobrou, evoluindo de 3,1 milhões de toneladas para 6,2 milhões (veja tabela 9). Aproximadamente 2/3 dessa produção é gerada pelas próprias usinas e destilarias. Apenas 1/3 é produzido por fornecedores.

O descompasso entre a evolução da área plantada e da quantidade produzida de cana evidencia que a atual expansão da cana na Paraíba assume um caráter mais de verticalidade do que de expansão horizontal. Isto é, o crescimento da produção tem se dado mais pelo aumento da produtividade do que pela expansão da área cultivada. Esse é um grande

diferencial em relação à expansão experimentada durante a fase do Proálcool. A produtividade da cana elevou-se de 32,5 toneladas por hectare, em 1999, para 51,3 toneladas por hectare, em 2008.

Tabela 9 – Paraíba: Evolução da área plantada e da quantidade produzida de cana (1999-2008)

Anos	Área plantada (hectares)	Quantidade Produzida (Toneladas)
1999	97.082	3.187.673
2000	93.055	3.986.815
2001	98.300	4.895.199
2002	98.897	4.985.127
2003	111.716	6.074.074
2004	116.671	6.364.312
2005	105.403	4.975.797
2006	116.115	6.059.030
2007	120.004	6.222.223
2008	122.587	6.297.179

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal.

Apesar desse crescimento expressivo, a dimensão do setor canavieiro paraibana ainda se situa bem abaixo daquela atingida durante o período do Proalcool. Em 1985, a área cultivada com cana era da ordem 178 mil hectares e a produção de 10,6 milhões de toneladas (veja Tabela 6). Também se observa que o nível de produtividade, mesmo tendo se elevado ao longo da presente década, ainda é inferior à registrada em 1987 (veja Tabela 6).

Dos 223 municípios do Estado, foi registrado o cultivo da cana, em 2008, em apenas 85 municípios. Na maioria dos casos, trata-se de uma área pequena. Em apenas 29 municípios havia uma área superior a 300 hectares (veja Tabela 10). Destes, só quatro não estão localizados na mesorregião da Mata Paraibana.

Chama a atenção o fato do Brejo Paraibano, área de longa tradição canavieira (MOREIRA e TARGINO, 1997), contar com apenas três municípios com área cultivada com cana superior a trezentos hectares.

Portanto, em termos da dimensão espacial, a atual expansão tem se dado, predominantemente, nas áreas de tradicional cultivo (vale do rio Paraíba e do rio Mamanguape) e nas áreas de tabuleiro sob influência das destilarias autônomas. Não se verifica também o transbordamento das fronteiras do sistema canavieiro, tal como ocorreu no período do Proalcool. Os municípios de Pedras de Fogo, Santa Rita, Rio Tinto, Sapé, Mamanguape e Espírito Santo são os cinco maiores produtores, destacando-se Pedras de

Fogo com uma área cultivada de 29 mil hectares, mais do que o dobro da área do segundo colocado (veja tabela 10).

Tabela 10 - Paraíba: Área colhida com cana-de-açúcar, em hectares, segundo os principais municípios produtores (1999-2008)

Município	Ano									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Alagoa Grande	1.000	1.100	1.000	1.100	1.100	1.358	1.900	2.000	2.300	2.400
Alagoa Nova	300	500	300	300	300	335	335	500	620	620
Alagoinha	500	400	400	400	400	400	400	516	516	516
Alhandra	2.800	2.800	4.000	4.000	4.000	4.200	4.000	4.000	4.000	4.000
Araçagi	310	310	310	-	100	100	240	300	300	300
Areia	700	700	700	700	750	900	1.100	1.200	1.650	1.000
Baía da Traição	10	10	15	15	95	110	150	1.550	1.550	1.200
Caaporã	13.000	8.500	7.500	7.500	5.500	5.500	4.400	4.400	4.400	4.400
Capim	1.800	1.800	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.400	2.400	1.600
Conde	200	200	200	261	360	360	290	350	350	350
Cruz do E. Santo	3.000	3.000	5.000	5.000	8.000	8.000	6.560	6.500	6.500	6.500
Cuité de Mamanguape	200	200	220	220	250	250	300	300	500	500
Curral de Cima	100	100	80	80	130	150	200	350	350	350
Itapororoca	3.000	3.000	3.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000
Jacaraú	500	500	600	650	500	1.400	1.400	2.200	2.200	2.200
Juripiranga	4.500	2.000	1.600	3.680	5.050	7.050	7.050	5.000	5.000	5.000
Lucena	2.000	2.000	2.000	2.222	2.222	2.222	2.222	2.500	2.500	1.800
Mamanguape	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000	5.600	9.000	9.000	9.000
Marcação	500	3.180	2.680	2.680	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000
Mari	700	700	80	80	160	660	660	1.200	2.000	2.000
Mataraca	1.500	1.500	1.500	2.850	2.160	3.000	2.400	3.000	3.000	3.000
Pedras de Fogo	24.500	24.500	24.500	23.275	29.500	29.500	29.500	29.500	29.500	29.500
Pitimbu	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	2.400	2.400	2.400	2.400
Pedro Régis	490	490	250	-	-	-	-	150	150	300
Rio Tinto	4.200	4.200	9.336	9.251	7.640	7.640	8.149	10.500	12.000	12.000
Santa Rita	10.000	10.000	12.000	12.000	18.000	18.000	12.600	13.500	13.875	13.875
Sapé - PB	4.000	4.500	4.000	4.000	4.000	4.000	2.800	3.800	3.800	9.000
Serraria - PB	300	300	300	400	400	400	400	400	400	450
Sobrado	2.500	2.500	1.000	1.000	1.000	1.000	800	800	800	600

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Em termos regionais, a Paraíba é o terceiro estado maior produtor de cana do Nordeste, situando-se atrás apenas de Alagoas e Pernambuco. A importância do setor canavieiro situa-se também em termos de geração de emprego. De acordo com informações colhidas no site da ASPLAN, “o setor sucroalcooleiro paraibano gera cerca de 30 mil empregos diretos durante a entressafra e 40 mil em período de colheita.”

Igualmente, verifica-se aumento na produção de açúcar e de álcool. Na safra de 2009/2010, foram produzidas 3,7 milhões de sacas de 50 kg, contra 1,1 milhão na safra de 1996/97. Em relação ao álcool a evolução foi menor: passou de 186,2 milhões de litros, na safra de 96/97, para 399,7 milhões de litros, na safra 2009/2010. O forte crescimento da produção de açúcar, deveu-se fundamentalmente à elevação do preço do produto que, conforme informações colhidas na Usina São João, passou de US\$ 40, na safra 2007/2008, para US\$ 80, na safra 2009/2010.

Esse resultado foi obtido por nove unidades, assim especificadas: uma usina de açúcar (AGROVAL, antiga Santana), duas usinas e suas respectivas destilarias anexas (São João e Monte Alegre) e seis destilarias autônomas (Japungu, Jacuípe, Giasa, Miriri, Una e Tabu). Vale dizer, que durante a atual expansão não houve registro de variação das unidades industriais do setor sucroalcooleiro. Um fato novo registrado nessa década é a presença de capital estrangeiro no setor sucro-alcooleiro, vez que um grupo estrangeiro adquiriu parte das ações da Giasa.

Um fato interessante a ser salientado é que, desde o ano 2000 não houve criação de Assentamentos Rurais na mesorregião da Mata Paraibana, diferentemente do que ocorreu durante a década de 1990. Trata-se de uma mera coincidência ou esses fatos podem estar relacionados? A atual expansão representa um fortalecimento das condições gerais da acumulação do capital nesse espaço. Isso se reflete no soerguimento dos indicadores de rentabilidade das empresas e na elevação do preço da terra. Por outro lado, as unidades produção que apresentavam maior grau de vulnerabilidade já tinham submergido na crise. Desse modo, as condições de enfrentamento entre capital e trabalho na zona açucareira manifestam-se claramente favoráveis ao capital. Acrescente-se a isto que o processo de expropriação dos trabalhadores e de resistência a essa expropriação, na sua maior parte, já tinha sido realizado.

Mais do que isso, verifica-se também nessa expansão formas diferenciadas de captação das áreas que tinham sido objeto de desapropriação por parte do capital sucroalcooleiro. Com efeito, há um movimento crescente de penetração da cana nas áreas dos parceiros, nos Projetos de Assentamento localizados na mesorregião.

Em relação ao município de Santa Rita, no geral, constatam-se as mesmas características gerais das acima discutidas para o conjunto do Estado, podendo ser destacados os seguintes aspectos:

- a) Aumento da área colhida com cana de açúcar: conforme pode ser observado na Tabela 10, houve um crescimento de 38,75% na área colhida, passando de dez mil hectares, em 1999, para 13,8 mil hectares, em 2008. De acordo com os dados da tabela 11, pode-se dizer que essa expansão ocorreu tanto sobre as áreas dedicadas às outras lavouras temporárias, quanto sobre as áreas de cobertura florestal. A observação da Tabela 11 faz destacar a pouca diversificação da produção de lavouras temporárias no município. Com efeito, de acordo com a Produção Agrícola Municipal, apenas 4 produtos são explorados no município: cana, abacaxi, batata-doce e mandioca. Essa quase exclusividade do espaço para a produção canavieira não é aleatória. É resultado de interesses bem específicos, como atesta um depoimento de um trabalhador colhido durante a pesquisa de campo: **“O proprietário falou que cada metro quadrado deve ser priorizado para o cultivo de cana”**.

Tabela 11- Santa Rita: Área plantada e quantidade produzida das lavouras temporárias (2000-2008)

Lavoura temporária	Ano								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Área plantada (hectares)									
Abacaxi	3.450	3.450	2.450	2.660	2.660	3.000	3.000	3.000	3.000
Batata-doce	20	10	10	7	7	10	12	12	10
Cana-de-açúcar	10.000	12.000	12.000	18.000	18.000	12.600	13.500	13.875	13.875
Mandioca	400	350	350	170	170	119	130	130	130
Quantidade produzida (ton)									
Abacaxi*	103.500	103.500	73.500	79.800	79.800	90.000	90.000	90.000	90.000
Batata-doce	100	180	100	56	56	80	96	96	80
Cana-de-açúcar	400.000	600.000	600.000	900.000	900.000	630.000	675.000	693.750	693.750
Mandioca	3.200	2.800	2.800	1.360	1.360	952	1.040	1.040	1.040

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal

Nota (*): em mil frutos

- b) Tal como aconteceu no Estado, o parque sucro-alcooleiro do município não sofreu alteração com a recente expansão. Depreende-se, portanto, que o aumento da produção resultou de uma utilização mais intensa da capacidade instalada. Da mesma forma, não se verificou alteração na titularidade das empresas: Grupo

Ribeiro Coutinho (Usina São João), Grupo Cavalcante de Moraes (Agroval, Miriri, Japungu e Jacuipé⁴).

- c) Ocorreu uma forte elevação da produção de açúcar e de álcool no município. A produção de açúcar, na safra de 2006/07, foi de 2.126 mil sacas de 50 Kg, contra 668 mil sacas na safra de 1996/97, ocorrendo, portanto, um aumento de 3,1 vezes. Na produção do álcool, a variação experimentada foi de 95.198 m³, na safra de 1996/97, para 140.236 m³, na safra de 2006/2007. Observa-se que a variação da produção de álcool (40,23%) foi inferior à do açúcar, em virtude do impacto da mudança no preço internacional do açúcar, que desviou a utilização de cana das usinas da produção do álcool para a do açúcar, conforme depoimentos colhidos na usina São João;
- d) Retração do pessoal ocupado na agricultura: comparando-se os dados dos censos agropecuários de 1995/96 com os do censo de 2006, fica evidenciada uma forte diminuição do pessoal ocupado na agricultura do município: de um total de 2.958 pessoas ocupadas, em 1995/96, o pessoal ocupado passou para 1972, em 2006, o equivalente a 2/3 do total de 1995/96. Essa mão-de-obra encontra-se dividida quase meio a meio entre a agricultura familiar (951 pessoas) e a patronal (1.021 pessoas). Esses dados censitários, contudo, devem ser manuseados com precaução, pois eles não captam o movimento intermunicipal dos trabalhadores. Isto é, uma pessoa que estivesse trabalhando no corte da cana em Santa Rita, por ocasião da realização do censo, mas que residisse em outro município, não é incluída pelo IBGE nos dados do emprego do município de Santa Rita. Assim, a informação colhida junto ao STR do município de que na safra de 2008/2009 era estimado um total de 2.500 trabalhadores só no corte da cana, não apresenta contradição com o dado censitário;

Estas informações sugerem que a expansão canavieira se desenvolve com base no aprofundamento do caráter capitalista tanto das relações de produção, quanto das relações técnicas. Esses dois aspectos serão explorados a seguir, tendo como base informações levantadas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em entrevistas realizadas em duas unidades industriais e no Sindalcool e em pesquisas realizadas por outros estudiosos do assunto.

⁴ A destilaria Jacuipé foi incorporada à Miriri, do Grupo Cavalcanti de Moraes.

3.3.1 Mudanças nas relações técnicas

Uma das características importantes da atual expansão canavieira no Brasil é a inovação tecnológica que tem permitido o aumento da densidade de tecnologia tanto no segmento agrícola quanto no industrial da agroindústria sucroalcooleira. Dentre essas mudanças podem ser lembradas: a) desenvolvimento de novos tipos de cultivares, com maior resistência às pragas, maior teor de açúcar e maior período de colheita; convém, também, lembrar que está em andamento o desenvolvimento da cana transgênica, numa parceria do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) com empresas transnacionais (Monsanto, Cargill, Basf, Bayer e Dow Chemicals), prevista para entrar no mercado em 2015, que propiciará um aumento na produtividade de cerca de 25% (FREITAS, 2010); b) utilização da palha e do bagaço da cana para a produção de etanol, o que elevaria a extração do etanol por tonelada de cana dos atuais 80 litros para cerca de 110 litros, significando um aumento no aproveitamento da ordem de 37% (PEDUZZI, 2009); c) utilização do bagaço da cana não só para alimentação animal, produção de etanol e adubação, mas principalmente para obtenção de energia a partir do bagaço da cana não apenas para o consumo próprio mas para a venda, já tendo sido realizados os primeiros leilões de venda de energia obtida a partir do bagaço da cana pela ANEEL, o que tem reforçado o vetor energético da produção canavieira; d) desenvolvimento de novos equipamentos tanto para a parte agrícola como para a industrial, a exemplo da “colhedora inteligente”, que poderá identificar as canas com maior teor de sacarose, novos tipos de condensadores de caldo, que reduzem o volume da vinhaça, etc. (JORNAL DA CANA, 2010).

Embora essas inovações não venham sendo aplicadas na Paraíba e em Santa Rita com a mesma intensidade que nos centros produtores mais desenvolvidos, elas também se fazem presentes no município em estudo:

- a) estão sendo feitos testes para o uso de colheitadeiras mecânicas, mas a sua utilização será limitada tendo em vista a oscilação de relevo, pois as colheitadeiras atuais só funcionam em áreas com declividade de até 15°, o que limitará o seu uso apenas em áreas aplainadas de tabuleiro;
- b) utilização de um produto químico chamado de desfolhante, que quando lançado sobre a cana diminui o número de palhas para facilitar o corte. Segundo as informações colhidas essa nova proposta visa reduzir as queimadas uma vez que estas causam sérios danos ao meio ambiente, atingindo tanto a população rural quanto urbana, causando problemas de

- saúde. Lembra-se que o uso desse desfolhante em grande quantidade poderá trazer sérias conseqüências a exemplo da poluição dos lençóis freáticos;
- c) Houve a disseminação do uso da vinhaça ou vinhoto para a fertirrigação. Depois de passar por um período em lagoas de decantação para reduzir a acidez, a vinhaça é bombeada para fertirrigação do campo. Ela aumenta a produtividade agrícola em cerca de 20%, tendo em vista que é um meio orgânico riquíssimo em potássio, fósforo e micronutrientes;
 - d) O sistema de plantio tende também a ser modernizado com a utilização de máquinas mais potentes e eficientes, acompanhando sempre as tendências nacionais;
 - e) Introdução de novos cultivares a exemplo da SP e RB, oriundas tanto de São Paulo como de Alagoas e outras áreas do Brasil. A introdução desses tipos de cana poderá contribuir, de acordo com o seu desenvolvimento, para facilitar seu corte, pois quanto mais a planta apresenta um sentido vertical maior a facilidade de corte;
 - f) Utilização do bagaço da cana para: alimentar a caldeira e produzir energia utilizada pela própria planta industrial, não tendo sido identificada, ainda, a venda de energia; produção de torta ou adicionado diretamente no solo, tendo em vista a aumentar a quantidade de matéria orgânica e para reduzir a evapotranspiração, retendo a umidade do solo; e a venda para a indústria de papel e celulose. De acordo com depoimento colhido, “o bagaço de cana, hoje, é como ouro: muito procurado e pouca gente tem; o preço da tonelada chega a R\$ 50,00.”
 - g) A maior incorporação tecnológica no parque da agroindústria sucroalcooleira do município, é a instalação da nova fábrica de açúcar ligada à antiga destilaria Miriri. A previsão é de uma produção de açúcar da ordem de 1,1 milhão de sacas de açúcar cristal e VHP (Very High Polarization). De acordo com o JornalCana, o investimento foi da ordem de “20 milhões de reais na fabricação, armazenagem, geração de vapor, captação e tratamento de águas, moagem e geração de energia.” (JORNAL CANA, 2010);
 - h) Embora não seja uma mudança tecnológica, é importante destacar a disseminação de uma preocupação com o meio ambiente, expressa através de projetos de difusão da problemática ambiental em escolas municipais e entre os trabalhadores e seus familiares. Resta saber se é uma mudança de postura efetiva ou apenas uma forma de modernização da imagem do setor, tido como um agressor do meio ambiente pelas destruições de matas e grande utilização de agroquímicos.

3.3.2 Mudanças nas relações de trabalho

Mais expressivas do que as mudanças tecnológicas já incorporadas pelas usinas e destilarias de Santa Rita são as mudanças nas relações de trabalho. Elas são resultado, de um lado, de uma fiscalização rigorosa do Ministério Público do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho, seguindo uma tendência nacional, das mudanças no mercado local e regional de trabalho e de posturas assumidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. Dentre essas mudanças podem ser lembradas:

- a) fim do contrato de trabalho informal com empreiteiros, que eram responsáveis pelo recrutamento e pagamento dos trabalhadores. Eles favoreciam a clandestinidade e a redução dos salários apropriando-se de parte dos mesmos. Hoje, eles são chamados de “arregimentadores” que apenas recrutam os trabalhadores e para isso recebem uma comissão sobre o salário do trabalhador, mas toda a contratação e o pagamento são feitos diretamente pela empresa. As carteiras são assinadas por um período de seis meses, correspondente ao período da colheita da cana;
- b) extinção dos tradicionais e precários alojamentos no interior das propriedades, devido tanto à intensidade das denúncias efetuadas como pela fiscalização do Sindicato e do Ministério do Trabalho;
- c) Melhoria no padrão do transporte dos trabalhadores, com a substituição dos “gaiolões” pelo ônibus. Com efeito, todo o transporte dos trabalhadores é efetuado através de ônibus. Se o percurso dura mais de uma hora, isso dá ao trabalhador o direito de pagamento de hora extra. O horário do ônibus para pegar os trabalhadores pela manhã está compreendido entre 5:30h e 6:00h. Via de regra, o número de trabalhadores é superior ao de assentos, tendo alguns trabalhadores de fazer o percurso em pé. Os instrumentos de trabalho são colocados tanto na mala do ônibus, como ao lado dos trabalhadores, às vezes provocando cortes em função da proximidade com as ferramentas. Segundo depoimentos colhidos, os ônibus eram velhos e que juntamente com as estradas ruins, às vezes ocorrem acidentes nos percursos. Essas informações são consistentes com as levantadas por Torres (2009).
- d) substituição do regime de trabalho tradicional de 42 horas, entre a segunda e o sábado pela manhã, pelo regime de 5 dias de trabalho por 1 dia de folga. Mudança que foi contestada por alguns trabalhadores como já destacado. Esse sistema gerou insatisfação para os trabalhadores, pois no sistema antigo, o domingo trabalhado equivalia a dois dias

de trabalho. No novo sistema, se a folga cair em outro dia da semana e se trabalhar no domingo, não se recebe o pagamento dobrado, implicando em prejuízo salarial.

- e) Distribuição dos equipamentos de segurança (botas, luvas, perneira, mangão e óculos) pelos empregadores. Anteriormente não havia nenhum tipo de controle na distribuição desses equipamentos e de sua qualidade. De acordo com conversas com os trabalhadores soube-se que nem sempre esses equipamentos são bem conservados. A distribuição desses equipamentos tem contribuído para a redução do número de acidentes de trabalho;
- f) Conforme o estabelecido pela convenção coletiva de 2005 a 2006, que vigorou até 2009, cada trabalhador teria que cortar 2,5 toneladas de cana por dia para perceber um salário mínimo. Apesar do acordo, a meta diária estabelecida pelos empregadores era 6 a 8 toneladas de cana, de modo que o trabalhador que cortasse menos do que a meta estipulada não interessava às unidades produtoras. Portanto, o exigido é bem superior ao estabelecido na convenção coletiva. Convém destacar que o incentivo à alta produtividade do trabalho faz parte tanto do discurso do sindicato como dos patrões, pois isso iria garantir maior salário ao trabalhador e aumento da produção na empresa (TORRES, 2009).
- g) A respeito da forma de pagamento, Torres informa que “o pagamento do salário é feito quinzenalmente de acordo com a produção. O trabalhador recebe um contracheque, especificando o valor produzido a cada dia, podendo o preço da cana variar de acordo com o grau de dificuldade no corte, do tipo de cana e da declividade do terreno. A cada dia, pela manhã, um fiscal informa aos trabalhadores o valor da cana que eles estão cortando.” (TORRES, 2009, 135);
- h) Existem instalações sanitárias e locais apropriados para a realização da refeição, sendo esse um dos itens que consta das inspeções feitas pelos integrantes da DRT e do MPT. Assim como é distribuída aos trabalhadores uma garrafa térmica para o armazenamento de água, sendo o seu valor descontado do salário.
- i) A jornada de trabalho começa geralmente às 6:30h e vai até 16:00h, com uma pausa para o almoço, segundo as informações coletadas no SRT;
- j) Ausência do trabalho infantil e forte redução do trabalho feminino. A fiscalização tem sido bastante severa no combate ao trabalho infantil. Lembra-se que o trabalho infantil e da mulher era prática corrente como forma do chefe de família atingir as metas de produtividade exigidas;

k) A posição do sindicato mudou de forma significativa: na década de 90, a direção do Sindicato assumia uma postura muito mais combativa, participando da luta por melhores condições de trabalho e de salário. Hoje, o STR assume uma posição de conciliação, chegando, inclusive, em reuniões com os trabalhadores a defender a necessidade de alcançar o nível de produtividade exigido pelas empresas, pois isso contribuiria para o aumento do salário. Em entrevista, foi dito pela liderança sindical que o órgão é um aliado dos usineiros na busca da melhoria da situação do trabalhador, negando a postura anterior.

O conjunto dessas situações descritas acima representa uma mudança significativa nas relações de trabalho e nas condições de trabalho anterior vigentes, tomando por base trabalhos realizados nas décadas de 80 e 90 (GESTAR, 1990; MOREIRA, 1995). No entanto, apesar das mudanças, permanece o traço de exploração de trabalho manifesto com muita clareza na exigência de produtividade, vale dizer na intensificação do conteúdo de trabalho exigido.

CONCLUSÃO

As abordagens que têm sido feitas ao longo da história do pensamento geográfico acerca do “espaço” variam desde a concepção de que seja uma realidade dada, inanimada, acabada, palco onde se realizaria a ação humana, até a percepção de que seja um produto social em constante mutação de conformidade com as necessidades de reprodução das condições materiais e sociais da vida e da sociedade humana. Esta última abordagem foi escolhida para guiar esse trabalho de dissertação, por julgá-la a mais pertinente para apreender e compreender o processo histórico de formação do espaço agrário de Santa Rita e as mudanças que aí se processam.

O início do século XXI é marcado por uma necessidade de se encontrar uma maneira de se estudar o espaço em geografia, levando-se em consideração a totalidade abrangente, ou seja, o conhecimento a respeito dessa categoria como um todo (epistêmico), inserindo neste contexto também uma visão ontológica (do ser). Como afirma Ruy Moreira (2008), o grande desafio dos geógrafos é descobrir uma teoria do espaço que seja ao mesmo tempo uma teoria social. Fica claro que não se pode analisar o espaço separando a natureza da humanidade, é necessário ter uma visão “*dialética*” na investigação espacial para se poder aproximar da verdadeira compreensão da realidade existente.

A escolha da categoria espaço nesta pesquisa visou alcançar o entendimento da produção do espaço geográfico de uma forma crítica e que permitisse a compreensão da dinâmica espacial de Santa Rita desde a sua origem até o período recente. Uma abordagem que possa mostrar a lógica das transformações ocorridas nesse espaço em cada momento do período analisado.

A origem do espaço paraibano e santaritense está ligada a dois fatores históricos importantes: a expansão ultramarina e a atividade açucareira. Com efeito foram esses dois fatores os responsáveis pela constituição de um espaço colonial no município em questão: os interesses da Coroa portuguesa em garantir a posse dessas terras no final do século XVI, mediante a exploração da cana-de-açúcar, devido a importância que o açúcar tinha no mercado mundial da época.

A ocupação do espaço de Santa Rita tem início com a construção do Engenho Real Tibiri, em 1586, com o objetivo de fortalecer a política econômica do espaço e ao mesmo tempo garantir a defesa do espaço de agressões de estrangeiros e indígenas a eles aliados. Esse fato marca o início da organização da produção do espaço canavieiro de Santa Rita.

Durante todo o relato da organização espacial, observa-se a importância desempenhada pela atividade canavieira na estruturação daquele espaço, seja em momento de prosperidade ou de crise da produção canavieira. A história da expansão canavieira no município, como de resto em todo o Nordeste brasileiro, é marcada pelas mudanças na base técnica e nas relações sociais de produção. Do ponto de vista das inovações tecnológicas, são registradas as transformações ocorridas na produção da cana-de-açúcar e de seus produtos derivados, como a construção dos primeiros engenhos, a transformação da unidade engenho em engenho central, a formação das usinas e destilarias. Do ponto das mudanças nas relações de produção tem-se o longo caminho de transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado, passando pelo sistema de morada. As mudanças na base técnica e nas relações sociais foram se processando no sentido de intensificar a dominação do capital sobre o espaço santarritense.

As características naturais do espaço santarritense contribuíram para implantação da atividade canavieira em Santa Rita – PB. Foi mostrado, também, como o desenvolvimento dessa atividade tem contribuído para organização do espaço municipal, inclusive com alterações no quadro natural: destruição da cobertura vegetal, contaminação do solo, poluição das águas, etc.. Isso está em conformidade com a abordagem teórica adotada de que o espaço é um produto das necessidades de reprodução das condições que regem a organização da sociedade, no caso, de acordo com os interesses do capital por se tratar de um espaço organizado segundo os ditames dos interesses do capital.

As mudanças espaciais que ocorrem no período recente seguem essa mesma orientação geral. Durante a fase de expansão comandada pelo Proalcool, ficou evidenciada, de um lado, a subordinação do uso dos recursos naturais aos interesses do capital canavieiro e, de outro lado, as mudanças nas relações sociais de produção necessárias para que esses interesses pudessem ser alcançados. Presenciou-se uma expansão horizontal da cana de açúcar, a modernização da base técnica, o predomínio do trabalho assalariado temporário. As restrições no quadro macroeconômico internacional e nacional impuseram uma retração na atividade canavieira de Santa Rita, possibilitando uma diversificação maior nas formas de uso do solo, com rebatimentos sobre a estruturação do poder econômico e político.

A atual expansão é caracterizada por ser uma expansão vertical, com forte densidade de inovação tecnológica. Embora a lavoura canavieira não recupere os limites alcançados na época do Proálcool, verifica-se uma lógica de ocupação de todos os espaços possíveis: ***“O proprietário falou que cada metro quadrado deve ser priorizado para o cultivo de cana”***. Não se trata apenas de ocupar os “espaços” com cana de açúcar, mas, também e sobretudo, de

se obter o máximo de produtividade. Daí a introdução de novos cultivares, de melhoramento e aperfeiçoamento dos equipamentos agrícolas e industriais, a introdução de novos produtos e a exploração de novos produtos e subprodutos de modo que não haja desperdício e que da cana tudo seja aproveitado. Neste contexto, foi evidenciado o aumento da produtividade canavieira, conseqüências da reutilização intensas dos resíduos da cana no processo produtivo do açúcar e do álcool como o bagaço, a vinhaça, a folha da cana, e a torta de cana. Esses recursos vêm sendo utilizados ora como fonte de energia, produzindo mais etanol, termoeletricidade e biogás.

As transformações econômicas impactaram na estrutura de poder resultante da produção canavieira. O monopólio do poder econômico e político exercido secularmente pela família Ribeiro Coutinho foi quebrado. Novos grupos econômicos passaram a constituir essa estrutura.

Com relação às mudanças nas relações de trabalho ali desenvolvidas, foram introduzidas novas formas de relacionamentos com os trabalhadores. A intensificação do conteúdo do trabalho foi parcialmente compensada pela melhoria nas condições de trabalho e na forma de tratamento dos trabalhadores. Essas mudanças, contudo, não resultaram de decisões unilaterais das empresas, mas resultaram de uma atuação mais enérgica e sistemática de órgãos públicos, a exemplo da DRT e do Ministério Público do Trabalho, em resposta a pressões dos trabalhadores em nível nacional.

Deve ser lembrado, também, que as empresas sucroalcooleiras de Santa Rita procuram desenvolver ações que contribuam para a preservação do meio ambiente, uma vez que essas práticas atendem as necessidades de um desenvolvimento sustentável. Questiona-se se essa prática resulta de uma mudança geral na orientação produtiva ou mais um jogo de marketing, uma vez que elas continuam utilizando de forma intensiva produtos agroquímicos.

Pelo estudo realizado fica evidenciada a capacidade do capital em criar e recriar as condições necessárias a sua valorização e que esse processo implica em modificações substanciais na organização do espaço. Não se deve esquecer, porém, que a atuação do capital pode ser limitada pelo avanço da organização social, como evidenciam as melhorias introduzidas nas relações de trabalho a partir de uma atuação efetiva do aparelho estatal, em atendimento a pressões da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste.** São Paulo: Atlas, 1986.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate.** São Paulo: Moderna, 1988.

CARVALHO, S. P. de, CARRIJO, E. L. de Oliveira. **A Produção de Álcool: Do Proálcool ao Contexto Atual.** In Sober. Londrina, julho/2007.

CANABRAVA, Alice P. **O açúcar nas Antilhas, 1697-1755.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial,** 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____, CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

EGLER, Cláudio e TAVARES, Sérgio. “Impactos sociais, econômicos e ambientais do Proalcohol na Paraíba”. João Pessoa: **Cadernos Codecit 002,** Série Impactos Tecnológicos, Ano I, nº.1. 1984

FERNANDES, Irene Rodrigues, AMORIM, Laura Helena B. **Atividades Produtivas na Paraíba.** João Pessoa: UFPB, 1992, p.23 (Coleção História Temática da Paraíba, v.2)

FREITAS, T. Brasil deve ter a primeira cana transgênica do mundo. In **Folha de Londrina,** 17-08-2010. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=25425>

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 22 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

GORENDER, J. **O escravismo colonial.** Editora Ática. São Paulo, Brasil. 1992.

GRAZIANO, Jose. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982.

IBGE. **Censos agropecuários da Paraíba.** Rio de Janeiro, IBGE, 1970. – 2008

IBGE. **Censos agropecuários da Paraíba.** Rio de Janeiro, IBGE, 1980.

IBGE. **Censos agropecuários da Paraíba.** Rio de Janeiro, IBGE, 1995/96.

IBGE. **Censos agropecuários da Paraíba.** Rio de Janeiro, IBGE, 2006.

JORNALCANA. Miriri instala sua fábrica de açúcar. In **JORNALCANA,** n.200, agosto de 2010.

LIMA, Eduardo R. Viana. **Expansão canavieira e transformações no espaço agrário do município de Santa Rita: O caso do núcleo de urbanização rural de Lerolândia.** UFPB, 1984. (Monografia de graduação do curso de bacharelado em geografia).

LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de, MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes. Expansão canavieira e transformações no espaço agrário do Município de Santa Rita: O caso do núcleo de urbanização rural de Lerolândia. **Cadernos do Logepa** - Série Monografias, Ano 1 - Nº 01 – Jul-Dez 2002

LIMA, Sergio Ricardo Ribeiro de. ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de. Modernização e crise do setor sucro-alcooleiro da Paraíba. In **Revista Raízes,** Ano XVIII, Nº 19,

MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem**. Série Estudos e pesquisa 4 – Conselho Federal de Cultura – Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1975.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. 2ª edição. João Pessoa, A UNIÃO Cia. Editora, 1978.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____ (organizador), FERNANDES, Florestan (coordenador). **Ratzel** - Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Editora Ática. 1990

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Ocupação e povoamento do território Paraíba**. Departamento de Geociências – UFPB, João Pessoa, março de 1983.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **As caras pintadas de suor e fuligem da cana**. Relatório Técnico de Pesquisa CNPq, 1995.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária/ UFPB. 1997.

MOREIRA, Emília. **Atlas da geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária. 1997.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização**. João Pessoa. GAPLAN, 1988.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Formação Inicial e Configuração atual do espaço paraibano**. (notas preliminares) mimeografado. João Pessoa: DEGEOC/UFPB, 1999

MOREIRA, Emília. **O espaço enquanto produto do trabalho**: uma contribuição ao ensino de Geografia. Texto publicado na Revista digital Cadernos do Logepa, série texto didático ano 1, nº2, ano, 2002.

MOREIRA, I. T.. **Política agroenergética e impactos sobre a organização do espaço agrário brasileiro**. In: Anais do XXVIII International Congress – LASA. Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, Ruy. **O Discurso do Averso**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1988.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento Territorial e Produtivo do Agronegócio Canavieiro no Brasil e os Desdobramentos Para o Trabalho**. Presidente Prudente: [s.n], 2009. Tese de doutorado em geografia.

PEDUZZI, Pedro. **Extração de etanol do bagaço e da palha de cana pode aumentar em 37% a produtividade**. 2009. Disponível em: <http://www.rumosustentavel.com.br/extracao-de-etanol-do-bagaco-e-da-palha-de-cana-pode-aumentar-em-37-a-produtividade/>

PEREIRA, Martha Priscilla Bezerra Pereira, MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Crise do Proálcool e emprego rural na zona canavieira da Paraíba**: a percepção dos atores ligados aos trabalhadores. Relatório técnico anula de pesquisa – PIBIC/CNPq/UFPB. João Pessoa , 1996.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para história da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

- SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Morais. **Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba. 1920-1962.** João Pessoa, CNPq/UFPB, 1990.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo : Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton, **Espaço e sociedade,** Rio de Janeiro, vozes, 2ª edição, 1982.
- _____. **Espaço e método.** São Paulo, Nobel 1985.
- _____. **Metamorfose do Espaço habitado.** São Paulo, Hucitec, 4ª ed., 1996.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional.** S. Paulo: Hucitec, 1997.
- SILVA, Antonio Correia da Silva. **A industrialização da cana-de-açúcar em Santa Rita “o processo de transformação do engenho São João”.** Monografia de graduação em bacharelado do curso de geografia da UFPB. João Pessoa, 2006.
- SILVA, Carlos Antônio de Andrade Silva. **Transformações nas relações de trabalho na lavoura canavieira: Análise do sistema morador no município de Santa Rita.** UFPB, 1986 (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ECONOMIA).
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1993
- SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. In **Estudos Avançados**, vol.5, n.11 São Paulo Jan./Abr. 1991.
- SILVA, Siéllysson Francisco da. **Santa Rita: a herança cristã do real ao Cumbe.** João Pessoa: Idéia, 2007.
- TARGINO, I.; MOREIRA, Emilia ; MENEZES, Marilda . Projetos de assentamento e a relação campo-cidade na zona da mata paraibana. In **Economia e Desenvolvimento** (Recife), v. 6, p. 107-135, 2007
- TARGINO, I.; **Setor Industrial** – João Pessoa: UFPB, 2010 (mimeo.)
- TORRES, Ericsson da Nóbrega. **Espaço Agrário e Trabalho Assalariado na Zona da Mata Paraibana.** UFPB, 2009(DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA)
- WANDERLEY, M. N. B. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

APÊNDICE: REGISTRO FOTOGRÁFICO E ENTREVISTAS



Figura 7: Companhia Usina São João 2007 – Arquivo: Josias Matias



Figura 8: Área Central da Vila operária da Cia Usina São João – 2007 - Arquivo: Josias Matias



Figura 9: Imagem da expansão canavieira sobre as pequenas lavouras Vila Operária – Cia Usina São João em 2007 - Arquivo: Josias Matias



Figura 10: Imagem da expansão canavieira entre as pequenas lavouras e Mata Atlântica - Vila Operária – Cia Usina São João em 2007 - Arquivo: Josias Matias



Figura11: Imagem de área de expansão da cana as margens da estrada de acesso ao Município de Cruz do Espírito Santo em terras da Cia Usina São João - 2007 Arquivo: Josias Matias



Figura 12: Imagem de área de entrada da Vila Operária da Cia Usina São João, ao fundo limite entre a cana e a Mata Atlântica.2007 – Arquivo: Josias Matias



Figura 13: Espaço do antigo Engenho Real Tibiri 2010– Arquivo: Josias Matias



Figura 14: Capela de São Sebastião (restaurada), em frente ao antigo Engenho Real Tibiri 2010– Arquivo :Josias Matias

Imagens da Destilaria Japungu



Figura 15: Área de entrada da Destilaria Japungu em detalhe a irrigação no plantio de cana - 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 16: Área de entrada da Destilaria Japungu, plantio de cana as margens da estrada de barro 2009 - Arquivo: Manoel Vieira



Figura 17: Área de entrada da Destilaria Japungu em detalhe o vinhoto, limpeza de canal executada por trabalhadores da empresa. 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 18: Área de entrada da Destilaria Japungu em detalhe, espaço de reflorestamento. 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 19: Destilateria Japungu, em detalhe reservatórios para produção de álcool.
Arquivo: Manoel Vieira



Figura 20: Área interior da Destilateria Japungu, em detalhe parte externa dos alojamentos dos trabalhadores 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 21: Área interior da Destilaria Japungu, em detalhe parte externa dos alojamentos dos trabalhadores 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 22: Área interior da Destilaria Japungu, em detalhe parte interna dos alojamentos dos trabalhadores 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 23: Área interior da Destilaria Japungu, em detalhe parte interna dos alojamentos dos trabalhadores – Instrumentos de trabalhos 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 24: Área interior da Destilaria Japungu, em detalhe parte interna dos alojamentos dos trabalhadores – dormitórios 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 25: Área interior da Destilaria Japungu, em detalhe parte interna dos alojamentos dos trabalhadores – dormitórios 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 26: Área interior da Destilaria Japungu, em detalhe parte interna dos alojamentos dos trabalhadores – lavanderias 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 27: Área interior da Destilaria Japungu, em detalhe parte interna dos alojamentos dos trabalhadores - lavanderias2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 28: Área interior da Destilaria Japungu, em detalhe parte interna dos alojamentos dos trabalhadores – banheiros 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 29: Área interior da Destilaria Japungu, em detalhe parte interna dos alojamentos dos trabalhadores – refeitório 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 30: Área interior da Destilaria Japungu- refeitório centra 2009. Arquivo: Manoel Vieira



Figura 31



Figura 32

Figuras 31 e 32: Imagens da Irrigação da cana na Destilaria Japungu.Santa Rita, março de 2009. Arquivo Éricson Torres

Imagens do trabalho na atividade canaveira



Figura 33



Figura 34

Figuras 33 e 34 - Cortadores de cana-de-açúcar No Município de Santa Rita _PB
Arquivo da Prefeitura Municipal de Santa Rita - PB

Imagens dos transportes canavieiros



Figura 35: Transporte da cana –de - açúcar no Município de Santa Rita _PB
Arquivo da Prefeitura Municipal de Santa Rita - PB



Figura 36: Transporte atual utilizado pelos canavieiros. Arquivo Éricson Torres

Imagens da área da antiga Usina Santa Rita



Figura 37: Espaço da antiga Usina Santa Rita - as margens do rio Paraíba do Norte 2010. Arquivo: Josias Matias



Figura 38: Espaço da antiga Usina Santa Rita – Parte central - balança e capela 2010 - Arquivo: Josias Matias



Figura 39: Espaço da antiga Usina Santa Rita em destaque, chaminé e capela em ruínas 2010– Arquivo: Josias Matias



Figura 40: Espaço da antiga Usina Santa Rita – permanência do plantio de cana ao fundo 2010–
Arquivo: Josias Matias



Figura41: Espaço da antiga Usina Santa Rita – Vila operária 2010 – Arquivo: Josias Matias



Figura 42: Secretaria da Agricultura do Município de Santa Rita –PB 2010 – Arquivo: Josias Matias



Figura 43: Santa Rita – em frente área urbana, ao fundo plantio de cana 2010– Arquivo: Josias Matias

Entrevistas efetuadas

VISITA A ASPLAN E SINDALCOOL- EM 16.03.2010

ASPLAN – ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DE AÇUCAR (10:40h)

THYBÉRIO – Tecnólogo de geoprocessamento da Asplan. Segundo este funcionário não ocorre pelo menos de forma significativa, uma expansão horizontal da produção canavieira e sim uma reocupação de antigas áreas de cultivo da cana que foram ocupadas nos períodos de crise ou retração dessa atividade e a substituição em determinados momentos por outras culturas. Alegou não poder dar mais informações por que a associação só é responsável por uma média de 35% do fornecimento da cana usadas nas usinas e destilarias paraibanas e logicamente e todos os dados fornecidos deveriam ter a fonte da informação e por não estar autorizado a fornecer na íntegra todas as informações necessárias a pesquisa. No entanto Thybério forneceu o telefone e endereço do SINDALCOOL (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ALCOOL NO ESTADO DA PARAÍBA) – 3513-1800 – 9954-0510 – a sede do sindicato está localizada no 11 andar do edifício da Loja Insinuante da Rua Padre Meira, 35 sala 1105, no centro de João Pessoa –PB.

SINDALCOOL- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ALCOOL NO ESTADO DA PARAÍBA – (11:45 às 13: 45h)

Entrevistado: Edmundo Barbosa – Presidente Executivo

O entrevistado confirmou mais uma vez a não existência de uma expansão horizontal da produção canavieira e sim um crescimento vertical, baseado na melhoria da qualidade e incentivo de investimento, sobretudo na fertilização do solo. Ele alegou que a concorrência das indústrias que fabricam álcool no nordeste com as indústrias deste mesmo setor localizadas no sudeste do país é desleal, principalmente quando se compara todos os gastos de investimento no processo e o preço de venda comum a ambas que estabelecido a nível nacional, para o presidente deste sindicato, ocorre uma necessidade de se criar aqui no nordeste outras formas alternativas de produção, ou seja, inovar colocando sempre algo a mais que as coloquem sempre no mesmo nível competitivo. Por exemplo, maior aproveitamento do material orgânico (bagaço da cana no fim do processo), tanto na adubação como na produção de energia elétrica. Edmundo afirmou que as empresas produtoras de álcool aqui da Paraíba sempre está buscando alternativas que amenizem os impactos no meio ambiente a exemplo, de um projeto recentemente promovido em Pernambuco pela CETENE – CENTRO DE TECNOLOGIA ESTRATÉGICAS DO NORDESTE- proposta de reflorestamento das áreas desmatadas com espécies nativas ou ainda com espécies que atendam as necessidades de consumo da população como o plantio do eucalipto e outras espécies utilizadas para cozinhar,

construir casas etc.

Com relação ao destino da produção ele alegou que a Paraíba não tem álcool ou açúcar para exportar, ou seja, toda a produção destina-se ao abastecimento da própria região nordeste, não estando, portanto no contexto da política de expansão da produção proposta pelo governo brasileiro recentemente através do PAC – programa de aceleração para o crescimento. No processo de transição entre as indústrias de alimentos, no caso açúcar e derivados para indústria produtora de energia requer maiores necessidades de segurança no trabalho, ou seja, nesse novo processo, até então desconhecido pela população local, ocorre à necessidade de requalificação de trabalhadores para crescimento da colheita mecanizada irá contemplar a baixa produtividade, daí a necessidade de se buscar novas alternativas fazendo aqui o que ninguém faz lá fora. Citou o exemplo da produção da bioeletricidade, que poderia resolver um dos problemas que gera a desigualdade entre as regiões como a compra de energia elétrica aqui no nordeste que é encarecida pelo distanciamento onde é produzido, no caso na região norte do Brasil, aproveitando assim o bagaço (fibra) para produção da energia biolétrica como também para a produção do etanol. A NOVOZYMES – RETHINK TOMORROW é uma empresa produtora de e enzimas norte americana que esta tentando propiciar a produção do etanol aqui na Paraíba, no entanto, sua atuação pode gerar um encarecimento da produção. As indústrias paraibanas estão procurando indústrias produtoras de enzimas nacionais e que possam funcionar no próprio espaço da indústria produtora de etanol para facilitar a produção e reduzir os custos.

O sindicato criou um projeto na Paraíba intitulado – Corredor ecológico – área localizada entre as reservas florestais de Pacatuba em Santa Rita-PB e Gargaú, a instalação de um centro de pesquisa que deve ser implantado em Santa Rita, visando uma restauração florestal implantando tanto espécies nativas como também espécies nativas da área. O incentivo a substituição das estações de tratamento por biodigestores, copiando modelos oriundos da America do Norte, produzindo biogás e de adubos de alta qualidades, ou seja, aproveitamento 100% de todo o material, solucionando dessa forma o grande problema do lixo resultante da produção de açúcar e álcool. Tal visão procura atender as necessidades de manutenção pelo menos de trabalho, com a natureza de forma harmoniosa, sem maiores prejuízos para mesma. Ex. Santa Rita e mangabeira (estações de tratamento de água que só trouxeram prejuízos ou não funcionaram).

O presidente do sindicato disponibilizou dados da produção canavieira de 1979 a 2007 e ainda cópias dos projetos criados por essa entidade.

Anexo 1

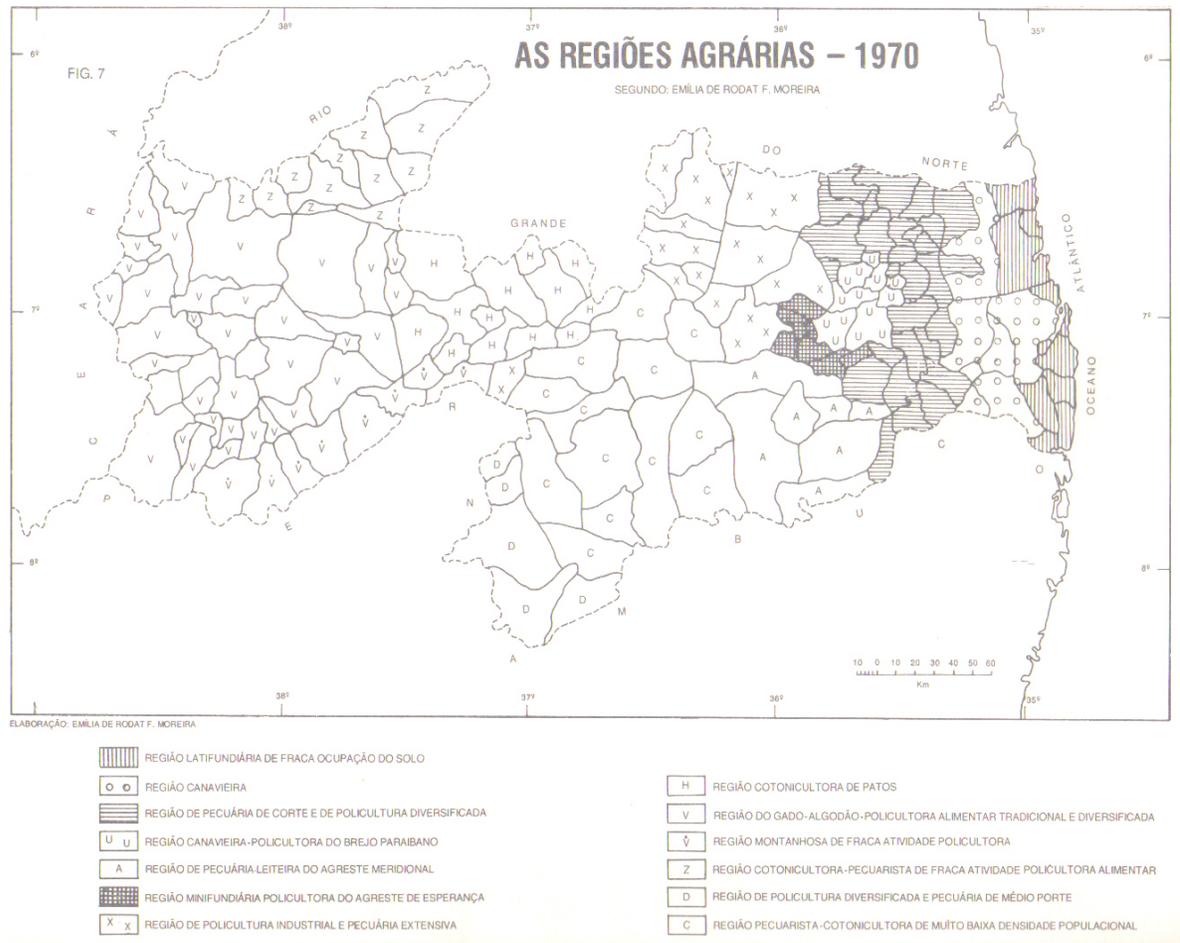


Figura 44:Esboço das regiões agrárias da Paraíba – 1970
 Fonte: Moreira, 1988

